



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE



**ROYALTIES DO PETRÓLEO NO CONFLITO TERRITORIAL ENTRE
OS MUNICÍPIOS SERGIPANOS DE PACATUBA E PIRAMBU**

São Cristóvão/SE

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE



TÁSSIA HENRIQUES DE MORAIS CAMARGOS

**ROYALTIES DO PETRÓLEO NO CONFLITO TERRITORIAL ENTRE
OS MUNICÍPIOS SERGIPANOS DE PACATUBA E PIRAMBU.**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Professor Hélio Mário de Araújo

São Cristóvão/SE

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE LAGARTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C172r Camargos, Tássia Henriques de Moraes.
Royalties do petróleo no conflito territorial entre os municípios
sergipanos de Pacatuba e Pirambu / Tássia Henriques de Moraes
Camargos; orientador Hélio Mário de Araújo. – São Cristóvão, 2017.
109 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Conflito social. 2. Petróleo e gás - Royalties. 3. Direitos
sociais. 4. Indicadores sociais. I. Araújo, Hélio Mário de, orient. II.
Título.

CDU 316.48:504



**Ata da 394ª Sessão de Defesa Pública de Dissertação de Mestrado em
Desenvolvimento e Meio Ambiente**

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se no auditório do Departamento de Geografia na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, a sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente de **TÁSSIA HENRIQUES DE MORAIS CAMARGOS** sob o título: *"ROYALTIES DO PETRÓLEO NO CONFLITO TERRITORIAL ENTRE OS MUNICÍPIOS SERGIPANOS DE PACATUBA E PIRAMBU."*, presidida pelo Prof. Dr. Hélio Mario de Araújo que na condição de orientador passou a palavra a aluna para que procedesse à apresentação de seu trabalho. Após a apresentação, o primeiro examinador Prof. Dr. Genésio José dos Santos fez seus comentários e arguiu a aluna que teve igual período para sua defesa. A palavra foi franqueada ao segundo examinador Prof. Dr. Christian Jean-Marie Boudou que fez seus comentários e apresentou sugestões sobre o objeto de estudo, e logo após a aluna teve igual período para sua defesa. Em seguida, o Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo agradeceu as contribuições dos membros da banca e teceu alguns comentários sobre o trabalho e sobre o desempenho da mestrandã. Encerrados os trabalhos, a banca examinadora retirou-se do recinto para atribuição da nota. A comissão decidiu **Aprovar** a aluna, considerando que a dissertação atende aos requisitos de um trabalho de conclusão de Mestrado **com excelente qualidade, recomendado, inclusive, para publicação**, bem como da Resolução nº25/2014/CONEPE que regulamenta a apresentação e defesa da dissertação de Mestrado. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que será lida e assinada pelos componentes da banca e pela aluna.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 26 de julho de 2017.

Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Genésio José dos Santos
Examinador Externo/ UFS

Prof. Dr. Christian Jean-Marie Boudou
Examinador Externo/UFS

TÁSSIA HENRIQUES DE MORAIS CAMARGOS
Aluna-mestrandã

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas.

Oportunidade de amar e ser amada incondicionalmente (meus pais e minha filha);

Por me presentear com uma irmã-amiga que, com gestos sutis, faz meu mundo “girar”;

Por me fazer forte, em meio as fraquezas bobas de meu corpo;

Por me fazer instrumento de esperança na vida de pessoas diabéticas como eu, amo meu trabalho;

Por me apresentar sorrisos capazes de encorajar, como os de meus tios-padrinhos;

Por me dá a oportunidade de construir uma família ao lado de meu melhor amigo, namorado, parceiro: Glauco;

Por me colocar em companhia de um homem distinto e atencioso como meu orientador, Dr. Hélio Mário;

E, por fim, pela oportunidade de “levar a hora para passear” nos momentos que escrevo.

Sou grata a Ele por me fazer reconhecer que não posso controlar tudo e por, mesmo assim, me ensinar agir diante das coisas e oportunidades que me acontecem.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01: Roteiro Metodológico da Pesquisa..... | 18 |
| Figura 02: Recorte Espacial da Pesquisa..... | 19 |
| Figura 03: Mapa Pacatuba/Pirambu – Divisão Político-Administrativa..... | 21 |
| Figura 04: Dinâmica Territorial Brasileira | 27 |
| Figura 05: Localidades em áreas de Fronteiras | 29 |
| Figura 06: Produção, armazenamento e transporte do Coque..... | 36 |
| Figura 07: Reportagem publicada pelo Ministério Público Federal..... | 37 |
| Figura 08: Distribuição dos Conflitos por Estado e Região..... | 39 |
| Figura 09: Mapa dos conflitos territoriais no Estado de Sergipe | 40 |
| Figura 10: Área urbana do município de Pacatuba..... | 46 |
| Figura 11: Povoado Alagamar no município de Pirambu..... | 47 |
| Figura 12: Cenários do povoado Santa Isabel no município de Pirambu..... | 47 |
| Figura 13: Área urbana do município de Pirambu..... | 50 |
| Figura 14: Pacatuba - Mapa Municipal Estatístico..... | 63 |
| Figura 15: Pirambu - Mapa Municipal Estatístico..... | 64 |
| Figura 16: Decreto de nº 98.075/1989..... | 66 |
| Figura 17: Limites fronteiriços entre os municípios de Pirambu e Pacatuba | 71 |
| Figura 18: Fotos Perícia | 77 |
| Figura 19: Visualização da Estação Coletora de Robalo no município de Pacatuba..... | 79 |
| Figura 20: Manifestação do Ministério Público Federal..... | 93 |
| Figura 21: Sistema de Transparência e Controle Social – Prefeitura de Pirambu..... | 95 |
| Figura 22: Sistema de Transparência e Controle Social – prefeitura de Pacatuba..... | 95 |
| Figura 23: Reportagem CINFOM - Dossiê aponta Farra com Royalties..... | 97 |
| Figura 24: Lei do Município de Pirambu..... | 99 |
| Figura 25: Lei do Município de Pacatuba..... | 100 |
| Figura 26: Outdoor veiculado pelo movimento “Pacatuba, O Robalo é nosso” | 101 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Pacatuba - Royalties auferidos (2004 – 2017) | 51 |
| Tabela 02: Pirambu - Royalties auferidos (2004 – 2017) | 52 |
| Tabela 03: Pacatuba e Pirambu, IDEB (2007 – 2013)..... | 53 |
| Tabela 04: Pacatuba e Pirambu, Serviços de Saúde (2005 e 2009)..... | 54 |
| Tabela 05: Pacatuba e Pirambu, Taxa de Mortalidade Infantil (2008 e 2014) | 55 |
| Tabela 06: Pacatuba e Pirambu, Produto Interno Bruto (2010 – 2014)..... | 57 |
| Tabela 07: Pacatuba e Pirambu, Indicadores de Pobreza e Desigualdade (2003)..... | 58 |
| Tabela 08: Pacatuba e Pirambu, Índice de Desenvolvimento Humano municipal..... | 59 |

RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, a exploração do petróleo e gás natural em Sergipe, aliada a outros recursos minerais, dinamizou a economia do Estado com implantação da indústria extrativo-mineral, transformando uma economia tradicionalmente agrícola, em uma das maiores regiões produtoras de petróleo do Brasil. Dentro deste contexto, a investigação proposta caminha por este tema e alcança uma disputa territorial abrangendo os municípios sergipanos de Pacatuba e Pirambu. Diante disso, analisou-se o conflito, discutiu-se suas causas e as consequências que afetam os direitos sociais da população envolvida. Para concretização desse e dos demais objetivos específicos, utilizou-se distintos procedimentos metodológicos associados a diferentes etapas, a saber: levantamento bibliográfico e de documentos de diferentes épocas, análise de peças processuais e realização de visitas aos municípios, estabelecendo um contato mais direto com a população da área do litígio. Os resultados desse trabalho mostram que o referido conflito territorial teve seu início em 2002, logo após a instalação da Estação Coletora de Petróleo “Robalo”, da PETROBRÁS, em áreas geograficamente reconhecidas como pertencentes ao município de Pacatuba. Isto porque, em data anterior, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao elaborar o Mapa Municipal Estatístico de 2000, visando, apenas, o recenseamento populacional, por setor censitário, alterou os limites territoriais dos dois municípios, trazendo repercussões na distribuição dos royalties do petróleo e prejudicando principalmente o município de Pacatuba. Além disso, o litígio ao longo do tempo, repercutiu em questões políticas locais, atingiu, sobretudo, a área de influência direta da atividade de exploração mineral e alterou a qualidade de vida dos cidadãos. O reconhecimento do conflito, do papel dos envolvidos e das intenções que permeiam a disputa são elementos que compõem o cenário em estudo. Assim, verificou-se a existência de um paradoxo entre um subsolo potencialmente rico e uma população em crescente estado de pobreza, desprovida de garantias e direitos estabelecidos no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Palavras-Chave: Conflito territorial; Royalties do petróleo e Direitos Sociais.

ABSTRACT

Exploiting natural oil and gas in Sergipe, from the second half of the twentieth century onwards, together with other mineral resources, enhanced the local economy by introducing the mineral extractive industry, contributing to the transformation of a traditionally agricultural economy state into one of the biggest oil producing state of Brazil. In that context, this study looks into this theme and into the territorial dispute between Sergipe's municipalities Pacatuba and Pirambu. So, the conflict was analysed, debating its causes and consequences to the involved population and keeping the social rights thereof. To that and other specific goals, distinct methodological procedures associated to different stages were used, namely: searching bibliographical and documental data of various times, analysing court papers and visiting the municipalities, in order to interact with the disputed area people. Results show that such territorial conflict began in 2002, soon after the installation of the Robalo Oil Collecting Plant, by Petrobras, in geographical areas always known to be Pacatuba's. Some time before that, IBGE (Brazilian Geography and Statistics Institute), on making the 2000 Statistic Municipal Map, aiming only populational counting, altered the boundaries of the two municipalities, affecting the distribution of oil royalties, and thereby harming especially the municipality of Pacatuba. Furthermore, the conflict, as time went on, influenced local political issues, impacting mainly the mineral extracting activity, damaging the citizens quality of life. So, taking into consideration the intentions in the municipal arena, and the role of the interested ones, one can see a paradox between a potentially rich subsoil and the growing poverty of the population, to which part of the rights and guarantees of constitutional article sixth do not exist.

Key-Words: Territorial Conflict; Petroleum Royalties; Social Right.

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| AGRADECIMENTOS..... | IV |
| LISTA DE FIGURAS..... | V |
| LISTA DE TABELAS..... | VI |
| RESUMO..... | VII |
| ABSTRACT..... | VIII |
| 1 - INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 Justificativa e Relevância Pesquisa..... | 13 |
| 1.2 Problematização e objetivos..... | 14 |
| 1.3 Etapas e procedimentos operacionais..... | 15 |
| 1.4 Recorte espacial da Pesquisa..... | 19 |
| 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS E BASES CONCEITUAIS SOBRE TERRITÓRIO, ROYALTIES E CONFLITOS TERRITORIAIS | |
| 2.1 O Território como elemento de formação do Estado..... | 22 |
| 2.2 O Petróleo e sua influência no território..... | 30 |
| 2.3 Conflitos territoriais e seus reflexos..... | 38 |
| 3 – APLICABILIDADE DOS ROYALTIES NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NA ESCALA DOS MUNICÍPIOS | |
| 3.1 Direitos sociais e a realidade dos municípios de Pacatuba e Pirambu..... | 42 |
| 3.1.1 Perfil socioeconômico do Município de Pacatuba..... | 43 |
| 3.1.2 Perfil socioeconômico do Município de Pirambu..... | 46 |
| 3.2 Royalties e Indicadores Sociais..... | 50 |
| 4 – O CONFLITO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS NA ESFERA JUDICIAL | |
| 4.1 O IBGE e a geração do conflito..... | 60 |
| 4.2 As perícias judiciais e os assistentes técnicos dos municípios..... | 67 |
| 4.3 O poder judiciário na mediação do conflito e o papel do MPF..... | 84 |
| 4.4 O interesse do poder público municipal pela disputa do território..... | 96 |
| 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 103 |

| | |
|-----------------------------|------------|
| 6 - REFERÊNCIAS..... | 105 |
|-----------------------------|------------|

| | |
|------------------------|------------|
| 7 – ANEXOS..... | 109 |
|------------------------|------------|

1.INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, a opinião pública vem se tornando gradualmente mais sensibilizada em relação às questões vinculadas à qualidade de vida, à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico e social.

Antes disso, a visão regente era extremamente utilitarista em relação aos recursos naturais e o direito acautelava somente interesses do indivíduo. Quando o sujeito de direito passa ser a coletividade, o gênero humano torna-se destinatário da proteção. Inaugura-se um entendimento mais humanista, fraterno e universal.

Neste cenário, o estudo das fontes energéticas ganha maior importância, já que se relaciona diretamente ao desenvolvimento humano. Pelos motivos supramencionados, este trabalho aborda temas relacionados à exploração do petróleo, sua interferência na organização do espaço e seus impactos nas estruturas socioeconômicas das regiões exploradas.

Os recursos da natureza, sobretudo os minerais, são de fundamental importância na configuração do território. Entretanto, no campo dos impactos socioambientais os estudos mostram que, a atividade petrolífera está entre as que mais causam conflitos, poluição e disparidades sociais (SANTOS, 2012).

O pesquisador G. Tyler Miller (2008), em seu livro “Ciência Ambiental”, discorrendo de forma técnica sobre todos os danos da atividade em comento, afirma que a perfuração de poços e o transporte do petróleo ao redor do mundo resulta em derramamentos de óleo nos ecossistemas e em danos diretos à população.

Diante disso, como a exploração do petróleo é comprovadamente geradora de danos, a legislação brasileira estabeleceu que os Municípios, os Estados e a União deverão receber compensações em *royalties*¹, provenientes das transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Artigo 6º da Lei de nº 7.525/86) e das transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela produção de Petróleo e Gás Natural (Art. 48 da Lei de nº 9.478/97 - Lei do Petróleo).

Cumprе frisar que, existem outras contribuições referentes à extração do petróleo e gás natural que pela natureza delas não serão aqui tratadas, mas segundo observa Silva (2012, p. 134-135) os royalties devem ser “direcionados de modo a proporcionar o desenvolvimento de

¹A palavra *royalty* tem sua origem no inglês *royal*, que significa “da realeza” ou “relativo ao rei”. Era o direito que os reis tinham de receber pagamento pela extração de minerais feita em suas terras (THOMÉ, 2011, p. 452).

outras atividades econômicas que venham suprir as necessidades das populações quando da exaustão das reservas de petróleo e gás natural”.

Aliado a isso, Piquet e Serra (2007) recomendam que as compensações financeiras devem ser administradas pelos beneficiários com sabedoria, uma vez que, em razão de sua própria natureza, elas oscilam segundo diversos fatores, tais como a produção mensal de petróleo e gás natural e o preço de mercado, pelo que nenhum beneficiário deve contar com um valor específico mensal como fonte segura para a realização das despesas correntes.

Assim, dentro desse contexto, a investigação proposta caminha pelo tema da exploração petrolífera e alcança uma disputa territorial abrangendo os municípios sergipanos de Pacatuba e Pirambu, analisando-se o conflito, discutindo suas causas e apresentando as consequências em relação aos direitos da população diretamente envolvida.

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No capítulo 1, buscou-se de forma introdutória, apresentar um panorama geral da temática abordada, justificando o objeto de pesquisa e ressaltando a importância acadêmica e científica da pesquisa no campo interdisciplinar. Além disso, estão as questões norteadoras, os objetivos, as etapas e os procedimentos operacionais e uma breve caracterização da área de estudo.

O Capítulo 2, discute teoricamente a concepção de território, royalties e conflitos territoriais, enfatizando três eixos fundamentais, a saber: a) o território como elemento de formação do Estado; b) o petróleo e sua influência no território e c) os conflitos territoriais e seus reflexos.

No capítulo 3, fez-se uma radiografia da realidade socioeconômica dos dois municípios envolvidos diretamente no conflito, a partir do uso de indicadores sociais, para melhor entender se ocorre efetivamente a aplicabilidade dos royalties nas garantias dos direitos sociais da população e sua compatibilidade com as condições e qualidade de vida diagnosticada.

O capítulo 4, que trata especificamente do conflito no âmbito judicial, mostra a importância do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal na mediação do conflito, bem como da contribuição dos peritos judiciais e dos assistentes técnicos municipais para a solução do litígio, além da avaliação sobre o interesse do poder público municipal pela disputa do território.

Nas considerações finais, evidencia-se que os interesses econômicos e políticos estão acima da questão territorial e da melhoria das condições e qualidade de vida da população diretamente afetada pela situação litigiosa, uma vez que a arrecadação dos royalties do petróleo não tem servido para reverter a situação exposta.

1.1 Justificativa e Relevância da pesquisa

A partir da segunda metade do século XX, a exploração do petróleo e gás natural em Sergipe, aliado a outros recursos minerais existentes no território, dinamizou a economia local com a implantação da indústria extrativo-mineral, transformando uma economia tradicionalmente agrícola, em uma das maiores regiões produtoras de petróleo do Brasil.

O estado de Sergipe, não fugindo à regra, apresenta-se com grande capacidade produtiva, mas, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/2015, ainda está entre os dez estados mais pobres do território nacional. Descrevendo a real situação dos municípios recebedores de *royalties*, bem como a aplicabilidade desses recursos, Silva (2012, p. 200) se posiciona afirmando que “A despeito dos valores monetários que circulam nos cofres públicos dos municípios petrolíferos de Sergipe, as condições sociais apresentadas pela maior parte deles levantam indagações a respeito de sua aplicabilidade”.

Neste sentido, fazendo um recorte espacial do Estado, verifica-se que a Região Petrolífera Sergipana (RPS) se localiza em sua porção oriental, abrangendo os territórios municipais de Pacatuba e Pirambu que se inserem numa área de 4.444km², correspondente a 20% da superfície total.

Fato interessante é que, o litígio estabelecido entre os referidos municípios, iniciou-se em 2002, logo após a instalação da Estação Coletora de Petróleo Robalo, pela PETROBRÁS, em área geograficamente reconhecida pelo Estado, como pertencente ao município de Pacatuba, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao elaborar o Mapa Municipal Estatístico de 2000, visando, apenas, o recenseamento populacional, por setor censitário, alterou os limites territoriais dos dois municípios, trazendo repercussões na distribuição dos royalties do petróleo e, com isso, prejudicando principalmente o município de Pacatuba.

Essa situação, não resolvida no âmbito administrativo, motivou o município de Pacatuba a propor uma Ação Ordinária Retificatória para discussão da área de abrangência dos dois municípios. Como preleciona Silva (2012, p. 154-155) “Diante da possibilidade de perda e ganho que envolve a questão entre os dois municípios supramencionados, ficam claras as forças que atuam na configuração de territórios. [...] Não fossem as participações governamentais que estão em jogo, muito provavelmente não haveria interesse pela área”.

Sem discordar dessa afirmativa de Silva (2012), o que se constata é que ao longo do tempo, o litígio repercutiu nas políticas locais, atingiu a área de influência direta da atividade de exploração mineral e gerou impactos nas condições e qualidade de vida dos cidadãos. Assim, como se vê, esse é um tema extremamente controverso e complexo, cuja análise caminha na linha multidisciplinar, exigindo diversos olhares sobre a realidade de fato exposta, o qual acabou por esbarrar na esfera do Direito, área de atuação da autora e pesquisadora da presente investigação.

Ressalta-se por fim, que essa investigação científica, pelo caráter inédito de seu conteúdo, servirá como instrumento acadêmico útil para consulta de estudiosos de diversas formações, além da importante contribuição informativa para a população dos municípios de Pacatuba e Pirambu, que há mais de uma década vem acompanhando este debate midiático e conflitante, sem muitas vezes compreender a realidade de fato existente, com seus variados desdobramentos e repercussões na escala local.

1.2 Problemática e Objetivos

A hipótese sugerida nesta pesquisa, foi a de que os interesses econômicos e políticos estivessem acima da questão territorial e da melhoria das condições e qualidade de vida da população rural e urbana dos municípios de Pacatuba e Pirambu.

Na perspectiva de investigar o objeto proposto, surgiram alguns questionamentos respondidos no decorrer da pesquisa, assim elencados:

a) De que forma o IBGE contribuiu para o desencadeamento do conflito territorial existente entre os municípios de Pacatuba e Pirambu?

b) Como a Administração Pública Municipal de Pacatuba e Pirambu tem se posicionado em relação ao litígio?

c) Como o Poder Judiciário e o Ministério Público Federal tem se posicionado diante do confronto deflagrado entre os dois municípios?

d) A arrecadação dos royalties do petróleo tem contribuído para a melhoria das condições e qualidade de vida da população dos municípios envolvidos no conflito territorial?

Assim, considerando a relevância da temática abordada, priorizou-se como objetivo geral analisar as causas motivadoras da disputa territorial entre os municípios de Pacatuba e

Pirambu e suas consequências na garantia dos direitos sociais da população estabelecidos no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil. Em termos específicos delineou-se:

a) Averiguar de que maneira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contribuiu para a geração do conflito territorial existente entre os municípios de Pacatuba e Pirambu;

b) Avaliar qual seria o interesse do Poder Público Municipal de Pacatuba e Pirambu na disputa do território de fronteira;

c) Analisar o papel do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal na mediação do conflito territorial existente entre os municípios de Pacatuba e Pirambu a partir de 2003 e,

d) Verificar a aplicabilidade dos royalties nas garantias dos direitos sociais da população residente nos municípios estudados.

Por fim, expõe-se que este é um estudo interdisciplinar como já dito, abrangendo a Geografia Física e outros campos, a política dos municípios, o uso do meio ambiente como fator gerador de indenização (Royalties), a legislação pertinente ao caso com a “judicialização” do conflito e, ainda, as questões socioeconômicas resultantes.

1.3 Etapas e Procedimentos operacionais

A adoção de um procedimento metodológico que direcione as etapas a serem seguidas na investigação científica proporciona uma organização na aquisição, tratamento e interpretação dos dados coletados, além de estabelecer uma sequência compreensível para apresentação dos resultados. Neste aspecto, adotou-se aqui a proposta metodológica de Liboult (1971), que define os quatro níveis da pesquisa geográfica, podendo ser ajustada a todo tipo de pesquisa em qualquer área do conhecimento científico, como segue: Nível compilatório, Nível Correlativo, Nível Semântico e Nível Normativo.

No desenvolvimento dessa investigação, visando cumprir os objetivos aqui apresentados, tornou-se necessário a utilização de distintos procedimentos metodológicos associados aos diferentes níveis, a saber: levantamento bibliográfico e de documentos de diferentes épocas, análise de peças processuais em cartório, levantamento de dados oficiais e realização de visitas de reconhecimento geográfico nas áreas dos municípios litigantes (Figura 01).

a) Nível Compilatório

Em gabinete, realizou-se o levantamento bibliográfico para fundamentar a discussão teórico-metodológica do objeto investigado, priorizando principalmente os autores especializados de acordo com os três eixos contemplados no capítulo 2 voltados para as categorias *Território, royalties e Conflitos territoriais*, além de outras referências de abrangência do tema para dar suporte aos demais capítulos da Dissertação. Para cumprimento dessa primeira etapa, buscou-se como base de apoio a Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e da Universidade Tiradentes (UNIT), portais na Internet como o Banco de Teses e Dissertações da Capes, Anais eletrônicos e Jornais de notícias. A documentação cartográfica básica foi disponibilizada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe (SEPLAG) e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (SEMARH/SE).

Observa-se portanto, que essa etapa não terminou ao iniciar as outras, uma vez que ela perpassou pelos demais níveis pela necessidade permanente de se fazer a revisão bibliográfica e adquirir novas informações no percurso da investigação.

b) Nível Correlativo

Priorizou-se nesta etapa, a ordenação e tabulação dos dados oficiais disponibilizados pelas esferas de governo federal e estadual para análise posterior. Elenca-se entre os órgãos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), o Ministério da Saúde-Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De fato, priorizou-se aqui a correlação das informações coletadas e a realidade do objeto investigado, principalmente no que pese aos royalties e indicadores sociais considerados para a análise, tais como: IDEB dos municípios, Serviços de saúde, Taxa de mortalidade infantil, Produto interno bruto (PIB), Índice de desenvolvimento humano (IDH) e Pobreza, Desigualdade e Índice de Gini.

Para melhor compreender a realidade conflituosa existente entre os municípios e assim subsidiar a discussão empírica, realizou-se visitas ao cartório da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, na Justiça Federal, para consultar o processo nº 0008501-

70.2003.4.05.8500, movido pelo município de Pacatuba em Ação Ordinária Retificatória com Pedido de Tutela de Urgência em face do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 11 de dezembro de 2003.

Por fim, fez-se duas visitas técnicas de campo, na primeira para reconhecimento geográfico da área de litígio e adjacências e, na segunda para melhor observar os aspectos urbanos dos dois municípios e rurais (Povoados Santa Izabel e Alagamar). Utilizou-se a câmera fotográfica digital para registro de cenários da paisagem e oportunamente conversou-se informalmente com alguns atores sociais locais sobre questões socioeconômicas e do litígio.

c) Nível Semântico

Nesta etapa, em que priorizou-se a análise e interpretação dos dados, fatos e legislações, estruturou-se o capítulo 2, de natureza teórico-conceitual, com base nos temas previamente selecionados no primeiro nível dessa abordagem, a saber: a) o território como elemento de formação do Estado; b) o petróleo e sua influência no território e c) conflitos territoriais e seus reflexos, priorizando o estado da arte e o diálogo com variados autores da Ciência geográfica, Direito, Filosofia e Sociologia, na perspectiva da sustentação metodológica da proposta.

As informações selecionadas sobre a aplicabilidade dos royalties nas garantias dos direitos sociais da população, bem como da análise de peças processuais em cartório foram sistematizadas, textualmente, em capítulos. No primeiro caso (capítulo 3), utilizou-se indicadores sociais para fazer uma radiografia da realidade socioeconômica dos dois municípios envolvidos diretamente no conflito, visando atestar a aplicabilidade dos royalties na melhoria das condições e qualidade de vida da população e, no segundo (capítulo 4), buscou-se tratar especificamente do conflito no âmbito judicial, para mostrar a importância do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal na mediação, bem como da contribuição dos peritos judiciais e dos assistentes técnicos municipais para a solução do litígio, além da avaliação sobre o interesse do poder público municipal pela disputa do território.

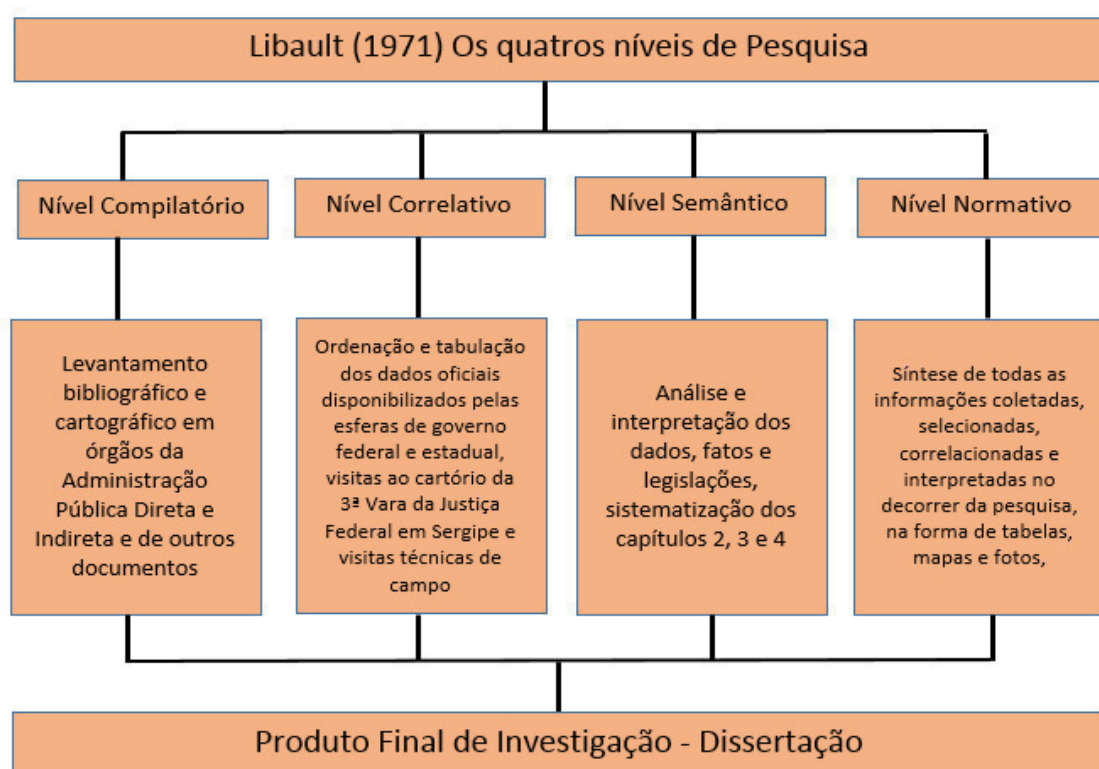
Em termos legais, o estudo contemplou a Constituição Federal, com análise e interpretação dos dispositivos mais diretamente relacionados a pesquisa, bem como das Leis nº 7.525 de 1986 e nº 9.478 de 1997 que dispõe especificamente sobre o Petróleo.

d) Nível Normativo

Esse nível, demandou a síntese de todas as informações coletadas, selecionadas, correlacionadas e interpretadas no decorrer da pesquisa, na forma de tabelas, mapas e fotos, no que foi possível, com o propósito de facilitar a compreensão e visualização de alguns resultados. Essa etapa de maior ajuste, culminou com o produto final da pesquisa em forma de Dissertação.

Os mapas foram elaborados com apoio da Cartografia Digital e uso da ferramenta computadorizada. A carta base que possibilitou a elaboração dos dois produtos cartográficos foi extraída do Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe, edição mais atualizada em 2013. Para isso, utilizou-se o software ArcGis 1.0 e o sistema de projeção UTM e SIRGAS 2000.

Figura 01: Roteiro metodológico da pesquisa, 2017.

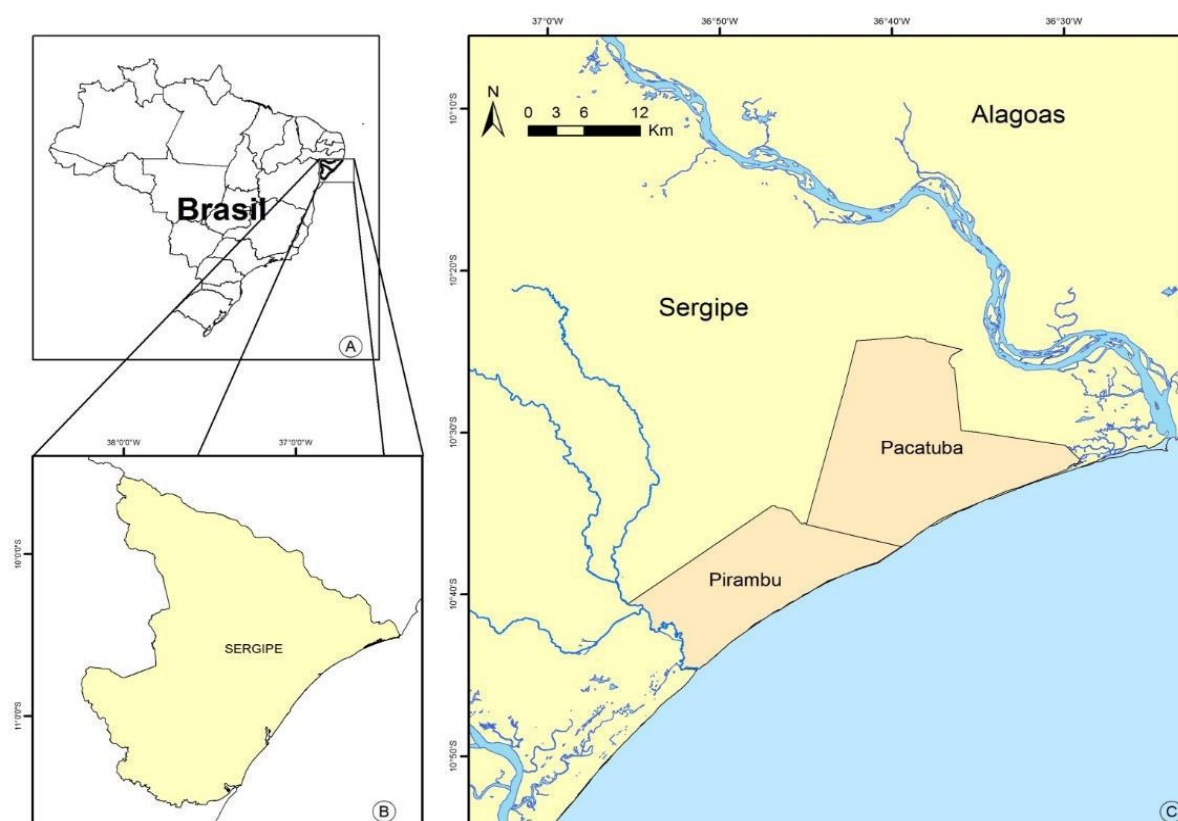


Organização: Acácia Maria Barros Souza e Hélio Mário de Araújo, 2017.

1.4 Recorte espacial da Pesquisa

O litoral sergipano abrange 23 municípios, tendo 163km de linha de costa, limitado ao norte pelo rio São Francisco e ao sul pelo Complexo Estuarino Piauí/Fundo/Real. A área de abrangência desse estudo envolve os municípios sergipanos de Pacatuba e Pirambu localizados no Litoral Norte do Estado (Figura 02).

Figura 02- Recorte Espacial da Pesquisa, 2017.



Fonte: Base cartográfica do Atlas Digital sobre os Recursos Hídricos de Sergipe-SEMAEH - SRH, 2013. Projeção UTM/SIRGAS 2000.

Organização: Tássia Henriques de Moraes Camargos, 2017.

A área de litígio e adjacências é influenciada pela circulação atmosférica regional definida pelos sistemas meteorológicos Alísios de SE, Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), Frente Polar Atlântica e Sistema Equatorial Amazônico (SEA). A interferência desses sistemas associada aos fatores locais (posição geográfica e proximidade da costa) determinam na área um tipo climático quente, variando do úmido ao Subúmido (Figura 03).

Nos municípios de Pirambu e Pacatuba as chuvas se distribuem seguindo o padrão regional, diminuindo o seu volume com o afastamento da fonte de suprimento da umidade no

oceano. Durante o ano, a temperatura média gira em torno dos 25,0°C, apresentando médias compensadas entre 23,0°C e 29,0°C.

A geologia local, acha-se representada pelas formações superficiais, abrangendo o Grupo Barreiras de idade Plio-pleistocênica constituído pelos sedimentos terrígenos (cascalhos, conglomerados, areias finas e grossas e níveis de argilas) pouco ou não consolidados, de cores variadas e estratificação irregular, e as coberturas quaternárias, com predomínio da holocênica envolvendo os depósitos de pântanos e mangues atuais, terraços marinhos e depósitos eólicos litorâneos.

Segundo Alves (2010) e Araújo (2015), o contexto geomorfológico da área revela uma paisagem integrada por diversos elementos elaborados no decorrer do tempo geológico, representando vários ciclos de atuação de processos morfogenéticos comandados pelas mudanças climáticas do Quaternário e pelas oscilações do nível relativo do mar. Assim, considerando as variações hipsométricas predominantes na localidade reconhecem-se duas unidades de relevo: Planície Costeira e Tabuleiros Costeiros.

Em termos socioeconômico, os referidos municípios estão inseridos na região petrolífera de Sergipe e em decorrência dessa condição arrecadam royalties da PETROBRAS, mas o que se verifica é o pouco investimento desse recurso em benefício da população, repercutindo na qualidade de vida das pessoas. Essa afirmativa encontra fundamento não somente na análise dos indicadores sociais apresentados no capítulo 3, mas nas palavras de Silva (2012) como se observa:

As implicações dessa dinâmica nas regiões de uso intenso do território a exemplo das áreas industrializadas de extração mineral são testemunhas de uma relação paradoxal, onde contrastando com essa riqueza do subsolo rico em minérios, **persiste a condição de pobreza intensa por parte da população (grifo nosso)**. Nesse contexto de disputa pela área onde está localizada a estação coletora Robalo, encontram-se as populações de dois municípios sergipanos que, apesar das vultosas quantias que recebem em royalties e participações especiais, estão entre os mais carentes do estado de Sergipe (SILVA, 2012, p.155/156).

A realidade atual dos fatos e a clareza de Silva (2012) sobre a questão evidenciam uma situação de carência para a população totalmente oposta aos valores depositados mensalmente para os dois municípios. A situação é tão gritante que Pacatuba se enquadra entre os municípios do Estado com os menores índices de desenvolvimento humano e os maiores índices de pobreza.

PACATUBA/PIRAMBÚ
DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA
2017

CONVENÇÕES

- Hidrografia
- Sede municipal
- Limite municipal
- Limite em litígio

0 2 4 km

Projeção UTM/SIRGAS 2000.
Organização: Hélio Mário de Araújo e
Leandro Barros de Santana, 2017.
Base cartográfica: Atlas digital/SEMARH, 2013.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E BASES CONCEITUAIS SOBRE TERRITÓRIO, ROYALTIES E CONFLITOS TERRITORIAIS

2.1 O Território como elemento de formação do Estado

O homem, em sua caminhada sobre a Terra, ao ampliar seus métodos e mecanismos de controle do ambiente, passa a desejar bens e a se interessar por coisas que ultrapassam as fronteiras das posses particulares, almejando o domínio sobre o bem comum (AZAMBUJA, 1997).

O anseio de exercer um império sobre os espaços, de explorar a natureza por completo e de criar hierarquias entre as pessoas, demanda organização dos indivíduos. Opina Dallari (1998, p. 6) que “através de uniões e com a cooperação dos outros é que o homem pode conseguir todos os meios necessários para satisfazer as suas necessidades e, portanto, conservar e melhorar a si mesmo, conseguindo atingir os fins de sua existência”. Como resultado disso, cria-se a figura do Estado.

Nesta seara, importa frisar e diferenciar os conceitos de Nação e Estado para melhor compreensão da análise requerida neste trabalho. Assim, para Baalbaki (2005) a Nação estaria relacionada:

[...] à ideia de comunidade, cujas características assim se delineiam: existência independente da vontade; inexistência de objetivo (há somente um sentimento de preservação); ausência de vínculos jurídicos (existência só de sentimentos comuns) e inexistência de poder.

[...] o artifício de se empregar o termo Nação, que deflagra reações emocionais no povo, objetivava afastar do poder os monarcas, responsáveis diretos pelas guerras intermináveis e, por outro lado, possibilitar que a burguesia conquistasse o poder político” (BAALBAKI, 2005, p.1).

Como se constata, não se tratava apenas de uma união proposta para a melhoria de vida das pessoas, a carga emocional embutida na defesa dessa comunidade estava diretamente vinculada à tomada do Poder Político.

Em contrapartida ao conceituar o Estado, Ranelletti *apud* Dallari (1998, p. 44) afirma que este seria “um povo fixado num território e organizado sob um poder supremo originário de império, para atuar com ação unitária os seus próprios fins coletivos”.

Em outras palavras, o Estado baseia-se na organização de pessoas, regidas por um poder e por um vínculo jurídico que as conectam dentro de um determinado território. O surgimento

se dá por atos de vontade de uma sociedade. “É uma espécie de corporação territorial” (RANELLETTI *apud* DALLARI, 1998, p. 51).

Em termos conclusivos, “o Estado é uma sociedade e a Nação, uma comunidade, havendo, portanto, uma diferença essencial entre ambos, não se podendo dizer, com propriedade, que o Estado é uma Nação ou que é um produto da evolução desta” (DALLARI, 1998, p. 51).

Ainda conforme os doutrinadores apresentados, o Estado é constituído por três elementos: Soberania, Povo e Território.

Em relação ao tema soberania, Dallari (1998, p.59) esclarece que “a noção de poder está implícita na de soberania, que, no entanto, é referida como característica da própria ordem jurídica”.

Neste sentido, afirma o referido doutrinador que, a soberania envolve tanto o poder jurídico, quanto o poder político. Dessa maneira, explica:

[...]mesmo que o poder se apresente como aparência de mero poder político, procurando ser eficaz na consecução de objetivos sociais, sem preocupação com o direito, ele já participa, ainda que em grau mínimo, da natureza jurídica. E mesmo quando tiver atingido o grau máximo de juridicidade, tendo sua legitimidade reconhecida pela ordem jurídica e objetivando fins jurídicos, ele continuará a ser, igualmente, poder político, capaz de agir com plena eficácia e independência para a consecução de objetivos não jurídicos (DALLARI, 1998, p. 56).

Definido o modo de entrelaçamento entre as espécies de poder, necessária se faz a discussão sobre quem seria o titular do poder e quem teria a competência para exercê-lo. O exercício é feito pelos representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Já o titular legítimo do poder é o Povo. Ou seja, são os interesses e as vontades coletivas que deverão ser, precipuamente, atendidas.

Já o segundo elemento, o povo, é descrito como um agrupamento de indivíduos que reúnem-se num determinado território com objetivo organizacional. Entretanto, este conceito nada tem em comum com o substantivo “população”, pois para se constituir um povo, torna-se necessário a existência de um vínculo especial entre as pessoas e o Estado (BAALBAKI, 2005, p.01).

Nesta composição, o indivíduo abre mão de sua liberdade natural, sem qualquer limite, para oportunizar o respeito à vontade geral, ganhando, deste modo, a liberdade civil. Este é o denominado “pacto social”. Tem-se um acordo universal, garantidor de direitos iguais e deveres mútuos (ROUSSEAU, 2016, Livro I, Cap. VI e VIII).

No que tange ao território, categoria de análise em discussão, a doutrina afina-se no sentido de reconhecer este elemento como uma parte indispensável à formação do Estado.

Dallari (1998) a propósito apresenta três acepções sobre a ligação do Estado com o Território, são elas: *dominium*, *imperium* sobre pessoas e *imperium* sobre pessoas e coisas, conforme se expõe:

(...) *dominium* tem como ideia a propriedade. Nesse sentido, o Estado é considerado proprietário do território mantendo uma relação direta com propriedade possuída. (...) *imperium* sobre pessoas, afirma que o Estado mantém uma relação indireta com território via pessoas que nela se encontram. (...) *imperium* sobre pessoas e coisas, que é a terceira concepção principal sobre a relação soberana entre Estado e território (DALLARI, 1998, p.41).

Ainda, sob a égide do Direito, Kelsen (2000, p. 319) defende ser o território “um espaço tridimensional ao qual pertencem o subsolo, por baixo, e o espaço aéreo por cima da região compreendida dentro das chamadas fronteiras do Estado”. Com esta afirmação ele não descreve o território como um espaço delimitado geograficamente, ao contrário, expõe ser neste domínio espacial a vigência de uma ordem jurídica organizacional. Não há território se ausente estiver a figura jurídica, esta capaz de manter e estabelecer parâmetros em uma sociedade.

Dallari (1998), se apropriando dos ensinamentos de Bonavides¹ e Kelsen², chega a algumas conclusões gerais sobre o tema Território, expondo o que se segue:

a) **Não existe Estado sem território (grifo nosso).** No momento mesmo de sua constituição o Estado integra num conjunto indissociável, entre outros elementos, um território, de que não pode ser privado sob pena de não ser mais Estado. A perda temporária do território, entretanto, não desnatura o Estado, que continua a existir enquanto não se tornar definitiva a impossibilidade de se reintegrar o território com os demais elementos. O mesmo se dá com as perdas parciais de território, não havendo qualquer regra quanto ao mínimo de extensão territorial.

b) **O território estabelece a delimitação da ação soberana do Estado (grifo nosso).** Dentro dos limites territoriais, a ordem jurídica do Estado é a mais eficaz, por ser a única dotada de soberania, dependendo dela admitir a aplicação, dentro do âmbito territorial, de normas jurídicas providas do exterior. Por outro lado, há casos em que certas normas jurídicas do Estado, visando diretamente à situação pessoal dos indivíduos, atuam além dos limites territoriais, embora sem a possibilidade de concretizar qualquer providência externa sem a permissão de outra soberania.

c) **Além de ser elemento constitutivo necessário, o território, sendo o âmbito de ação soberana do Estado, é objeto de direitos deste, considerado no seu conjunto (grifo nosso).** Assim é que, caso haja interesse do povo, o Estado pode até alienar uma parte do território, como pode também, em circunstâncias especiais, usar o território sem qualquer limitação, até mesmo em prejuízo dos direitos de particulares sobre porções determinadas (DALLARI, 1998, p.41).

¹ Paulo Bonavides é um destacado jurista brasileiro, produtor de obras de Direito Constitucional, principalmente.

² Hans Kelsen foi um jurista e filósofo austríaco de grande importância para a construção do Direito Constitucional. Publicou um importante livro chamado “Teoria Pura do Direito”.

Conforme os termos apresentados, conclui-se que o território é inerente ao conceito de Estado, ou seja, é o ambiente no qual vigora o poder soberano deste. Tais conceitos e terminações são próprios do Direito e explicam parte do que fora chamado de “conflito territorial”, temática contemplada nesta pesquisa.

Ademais, por ser este um trabalho de caráter interdisciplinar, buscou-se na Geografia alguns conceitos e bases para definição do que seja Território.

Portanto, para iniciar essa discussão, torna-se necessário estabelecer a diferenciação entre “espaço” e “território”, uma vez que o pensamento geográfico traz consigo várias correntes filosóficas, expondo, neste caso, generalidades e especificidades de cada uma dessas categorias.

Neste aspecto, é interessante o posicionamento de Santos (2002) quando se manifesta a respeito, deixando bem evidenciado o que de fato se concebe como território, pois

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (SANTOS, 2002, p. 213).

Discutindo mais profundamente a categoria, ainda que em bases conceituais, Santos (2002) afirma que é tarefa árdua diferenciar tais conceitos pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa dizer que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território.

O conceito de espaço é amplo, complexo e difícil de operar. Adotando a conceituação de Santos (1997), constitui-se num sistema que envolve objetos e ações, como muito bem sinaliza:

O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único na qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 1997, P. 22).

Extraí-se desse enunciado que, a produção do espaço resulta da ação do homem através dos objetos naturais e artificiais. Logo, o espaço é um conjunto heterogêneo de formas naturais, que ainda não tenha sido usada pelo homem, e artificiais que se traduzem na produção do desenvolvimento humano, caracterizando tais formas uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores (MENEZES, 2013). “Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial” (SANTOS, 1997, P. 25).

Segundo Menezes (2013), a abordagem espacial tem como referência a reprodução das relações sociais de produção baseada na reprodução da sociedade. Para Santos (1997) as categorias de análise do espaço se constituem em quatro: forma, função, estrutura e processo. Uma não existe sem a outra e o espaço resulta da interação dessas categorias, onde a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, pois ela não deve ser considerada em si mesma. A função implica numa tarefa, atividade ou papel a ser desempenhada pelo objeto criado. A estrutura significa a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento e, finalmente o processo se traduz em ação que se realiza de modo contínuo, implicando tempo e mudança.

Parafraseando finalmente Santos (1985, p. 45), verifica-se que “o espaço, dessa maneira, é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade”.

Na visão de Haesbaert (2006), o território é concebido como um espaço delimitado por fronteiras rígidas, onde o poder político e/ou econômico limita o acesso e reforçam o controle sobre os sujeitos ali cercados. A essência do território está na questão das relações de poder, embora esta simplificação não seja tão fácil, afinal os poderes além de pertencerem a diversas tipologias, se movimentam na intersubjetividade de distintas formas.

Partindo-se principalmente de uma leitura político-geográfica, Raffestin (1993, p. 144) se expressa informando que “(...) o território se apoia no espaço, mas não é espaço”. “O espaço é o palco onde as ações humanas acontecem e dão origem aos territórios” (SILVA, 2012, p. 43).

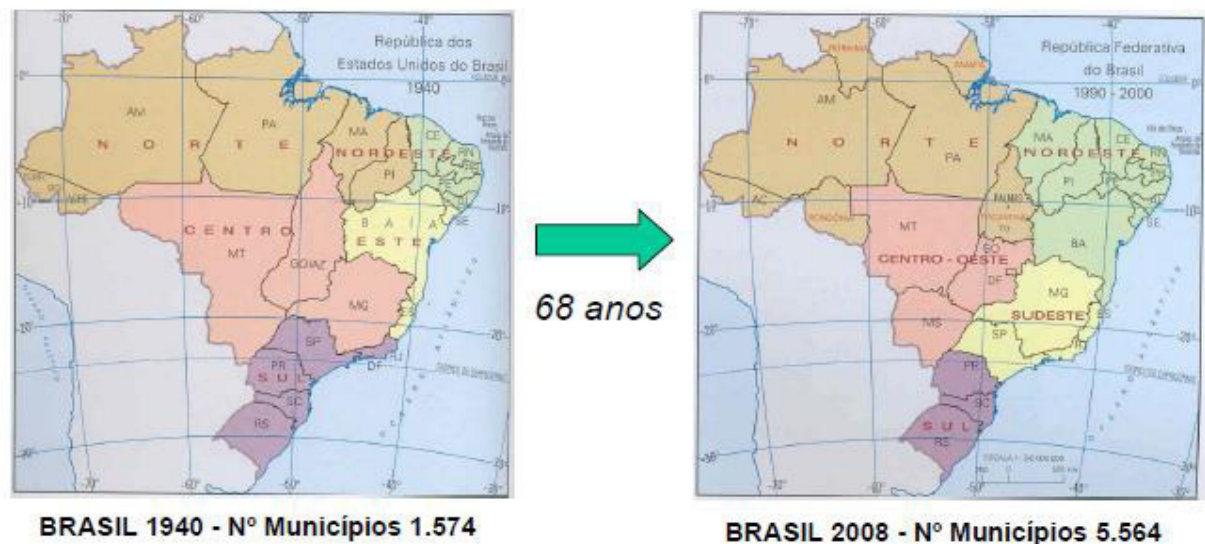
Prelecione Silva (2012, p. 43) que Raffestin “se refere ao espaço como um campo de possibilidades, deixando clara a ideia de a construção do espaço estar condicionada a decisões de um ator, movido por diversos interesses, criando pontos neste espaço que poderão interligar-se ou não, inscrevendo tantas “imagens territoriais quantos objetivos intencionais houver” (RAFFESTIN, 1993, P.148).

Raffestin (1993) abordou o território a partir da projeção do trabalho humano sobre determinado espaço físico e o definiu como “espaço onde o trabalho é projetado, desde energia à informação, e em decorrência revela relações marcadas pelo poder, onde o território apoia o espaço”. Dessa forma, o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo social, que mantém controles e influências sobre o comportamento de outros e da natureza utilizando relações de poder.

Seguindo essa linha de raciocínio, porém imbuído do pensamento jurídico Kelsen (2000) trava uma discussão sobre a existência espacial e acrescenta a existência temporal do Estado. Neste caso, torna-se importante voltar à Doutrina Jurídica em alguns momentos, para mostrar a mutabilidade do que se chama território, pois “[...] se o espaço é considerado como um elemento do Estado, também o tempo o deve ser, que a existência do Estado, assim como é limitada no espaço, também o é no tempo, pois os Estados podem surgir e desaparecer”.

Os limites brasileiros já foram redesenhados inúmeras vezes, conforme é apresentado na Figura 04. Para se ter ideia, em 1940, a República dos Estados Unidos do Brasil era formada por 1.574 municípios. Transcorrido sessenta e oito anos, em 2008, o número de municípios quase quintuplicou, chegando a 5.564.

Figura 04: Dinâmica Territorial Brasileira



Fonte: IBGE,2008.

Disponível em

<http://www.sieg.go.gov.br/downloads/Divisao_Territorial_do_Brasil_e_Limites_Territoriais2.pdf>

Ademais, a incorporação do Estado do Acre ao Brasil, território pertencente à Bolívia até 29 de Abril de 1904, e o desmembramento do Estado de Sergipe em relação ao da Bahia, em 08 de Julho de 1820, são exemplos de formação de novos territórios.

Desse modo,

[...]o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (SAQUET & SANTOS, 2008, p. 8).

Para Raffestin (1993), o território abrange a noção de limites, esferas de poder. É a relação dos “atores”, possuidores, com o espaço. Quando se trata do tema em análise, é preciso perceber que existe a formação de territórios através de zonas de poder econômico.

As regiões e os lugares não dispõem de autonomia, porém, sendo funcionais na totalidade espacial, influenciam no desenvolvimento do país [...] (SAQUET & SANTOS, 2008, p. 12). No dizer de Silva (2012, p. 68), analisando essa questão a luz da realidade dos municípios de Pacatuba e Pirambu “opta-se pela perspectiva do território como espaço usado, por considerar o destaque dado ao caráter utilitarista do território no momento atual do desenvolvimento do capitalismo e na especificidade da atuação da Petrobrás”.

Na escala local, expõe-se que o Gasoduto de Robalo, antes mesmo de sua implantação, fora dimensionado dentro dos limites territoriais da cidade de Pacatuba, conforme Decreto Federal, de nº 98.075 do ano de 1989, proferido pelo Presidente da República Federativa do Brasil José Sarney, no uso de suas atribuições:

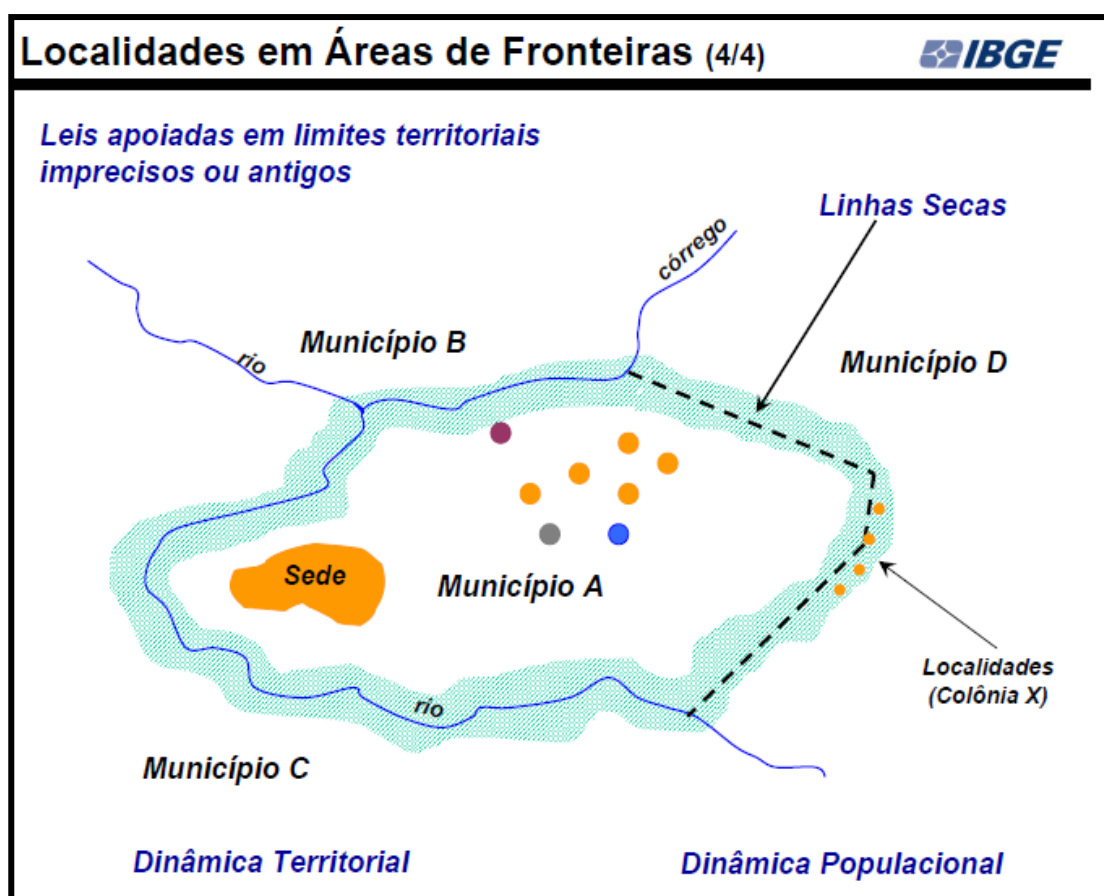
Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, excluídos os bens de domínio público, **compreendidos numa faixa de terra situada no Município de Pacatuba, no Estado de Sergipe**, os quais se encontram relacionados neste Decreto e assinalados na planta de desenho constantes do Processo MME nº 27000.004208/8996³(Grifo nosso).

Após a publicação do Decreto-Lei e durante a construção do referido Gasoduto, nada foi questionado pelo município vizinho, Pirambu.

³ Decreto de nº 98.075, de 21 de Agosto de 1989 – Texto na íntegra em Anexo.

Entretanto, no ano de 2002, foram alteradas as delimitações fronteiriças entre os municípios em apreço, em razão da publicação do Mapa Municipal Estatístico de 2000, elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Inegável é o fato de que o IBGE, utilizando-se de mecanismos mais modernos, apresentou demarcações mais precisas, para o fim a que se propunha, o recenseamento, do que as antigas legislações, embora não pudesse sobrepor-se a elas, como mostra claramente a figura 05:

Figura 05: Localidades em áreas de Fronteiras



Fonte: IBGE, 2008.

Disponível em:

http://www.sieg.go.gov.br/downloads/Divisao_Territorial_do_Brasil_e_Limites_Territoriais2.pdf

O que se percebe, com clareza, é que o conflito não diz respeito apenas ao espaço geograficamente pleiteado, por se tratar de um conflito territorial que ofende a soberania, o poder econômico e os cidadãos daqueles municípios.

Cabe frisar, por derradeiro, que o direito pátrio nega a qualquer Estado (Unidade de Poder, em qualquer esfera) a possibilidade de se apossar, no todo ou em parte, de espaço alheio. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios deverá obedecer às regras do art. 18, da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme se apresenta:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Como se vê, as formas originárias de construção de novos Entes, nada vinculam o IBGE, já que ele não tem competência para isso.

2.2 O Petróleo e sua influência no território

Inúmeras são as fontes de energia disponíveis no planeta Terra, por isso, este é um assunto extremamente trabalhado. Entretanto, tratar dessa temática, considerando conceitos e sistemáticas legais, é um desafio para qualquer pesquisador.

“Energia significa a força em ação, não podendo ser criada ou destruída, mas apenas captada e transformada” (AMADO, 2015, p. 1433). As fontes de energia são distribuídas entre renováveis ou não renováveis.

A título de exemplo, a energia eólica, gerada a partir de ventos, é inesgotável, enquanto que a energia fóssil, produtora do petróleo, é esgotável, limitada e se exaurirá em um determinado momento. O petróleo cru/convencional/leve “é um líquido denso e viscoso, formado por centenas de hidrocarbonetos combustíveis e pequenas quantidades de impurezas de nitrogênio, enxofre e oxigênio” (MILLER, 2008, p. 328 - 329).

Deste modo, as políticas energéticas a serem implantadas estão diretamente vinculadas ao crescimento econômico de uma nação; a proporcionalidade é direta: quanto mais energia for produzida, mais se alcançará avanços econômicos (AMADO, 2015).

A exploração de recursos minerais para geração de energia ou para extração de recursos é chamada de mineração. O petróleo é um dos minerais extraídos do subsolo terrestre e marinho Brasileiro.

De acordo com, Romeu Thomé (2011, p. 433) “Na conferência, Rio +10, realizada em Johannesburgo⁴ no ano de 2002, a mineração foi considerada como uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico e social de muitos países”. É importante ressaltar que a ocupação do território brasileiro, historicamente, vincula-se à exploração dos recursos minerais.

⁴ Atualmente é a maior cidade da África do Sul.

No Brasil, a Política Energética, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, a criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional estão dispostas na Lei 9.478/1997, “Lei do Petróleo”.

Apoiada no que fora disposto na Constituição Federal no artigo 177⁵, fruto da Emenda Constitucional número 9/1995, a Lei do Petróleo estabelece o monopólio da União sobre as atividades econômicas envolvendo o petróleo.

Para melhor entendimento do tema, Carvalho Filho *apud* Romeu Thomé (2011, p. 449) conceitua o monopólio como sendo “a atribuição conferida ao Estado para o desempenho exclusivo de certa atividade do domínio econômico, tendo em vista as exigências de interesse público”.

Entretanto, apesar de a União⁶ exercer o monopólio sobre as atividades de pesquisa, lavra, refinação, importação, exportação e transporte do petróleo, o artigo 3º da Lei 9.478/1997, em conjunto com a Constituição Federal, flexibilizou tal domínio, estendendo às empresas estatais ou privadas o privilégio de desempenhar tal função. Nesse contexto, percebe-se que fora afastada a exclusividade da PETROBRAS na exploração da atividade.

A Lei do Petróleo define a PETROBRAS como sendo uma sociedade de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins, conforme definidas em lei (Artigo 61º da Lei 9.478/97).

⁵ Art. 177. Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

VI - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal.

§ 1º O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades nele mencionadas, sendo vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, ressalvado o disposto no art. 20, § 1º.

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.

⁶ O monopólio da União é exercido através da Agência Nacional do Petróleo – ANP, uma autarquia sob a direção do Presidente da República.

As empresas privadas exploradoras de tal atividade serão fiscalizadas pela União e poderão exercer sua atividade através de concessões, autorizações ou contratação sob regime de partilha de produção. Tais empresas deverão ser constituídas sob o regime das leis brasileiras, com sede e administração no País (art. 5º da Lei 9.478/97).

Enfatiza-se, por oportuno, que o título de proprietário ou posseiro⁷ de uma área não alcança o subsolo, as jazidas de petróleo, de gás natural ou outros hidrocarbonetos fluidos, por exemplo (art. 1.230, do Código Civil). O domínio ou a posse é apenas sobre a superfície ou sobre o solo. Contudo, ao proprietário do solo é assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a Lei.

Diferenciando os termos domínio e propriedade do produto, frisa-se que o monopólio permanece sendo da União, mas que a propriedade sob o produto da exploração é do concessionário (empresa estatal ou privada). As autorizações e concessões são outorgadas conforme critérios exposto no Código de Minas (Decreto-lei nº 1.985, de 29 de Março de 1940), e são atos administrativos, não podendo ser considerado um contrato.

Em decorrência disso, as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural são exercidas através de contratos de concessão, precedidas de licitação⁸, conforme regras específicas contidas na Lei 9.478/1997, ou sob o regime de partilha de produção nas áreas do pré-sal e nas áreas estratégicas, conforme as leis de nº 12.304/2010 e 12.351/2010.

Caso os direitos de domínio e de propriedade fossem transferidos em sua integralidade ao concessionário, o Supremo Tribunal Federal, através do Informativo de nº 380, dispõe que haveria afetação na soberania do País e na proteção do interesse público.

Diante disso, o monopólio dos recursos pela União tem o condão de resguardar tanto a soberania da Nação, quanto o território. Em virtude da atividade de exploração e produção do petróleo ou gás natural, o concessionário fica obrigado ao pagamento de participações governamentais, conforme previsto no artigo 45º da Lei 9.478/1997.

⁷ Pessoa que tem apenas a posse sobre uma área, não sendo considerado proprietário pela ausência de título formal.

⁸ A lei 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, instituindo as normas gerais para licitações e contratos administrativos.

As “participações governamentais” se dividem em quatro espécies: bônus de assinaturas⁹, royalties, participação especial e pagamento pela ocupação ou retenção de área¹⁰, e encontram-se dispostos nos artigos 45º ao 52º, da Lei do Petróleo.

O bônus de assinatura e o pagamento pela retenção de área é inerente ao processo. O diploma legal que estabelece os critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais é o Decreto de nº 2.705/1998.

Constará também do contrato de concessão de bloco localizado em terra cláusula que determine o pagamento aos proprietários da terra de participação equivalente, em moeda corrente, a um percentual variável entre cinco décimos por cento e um por cento da produção de petróleo ou gás natural, a critério da ANP (art. 52, da Lei 9.478/97).

Nesse contexto, as regiões produtoras de Petróleo, uma vez expostas à degradação, recebem indenizações, os chamados *Royalties*.

Ao corroborar com o exposto anteriormente, insta transcrever o entendimento da Professora Doutora Gicélia Mendes sobre a finalidade desta renda:

[...] seria uma espécie de compensação financeira pela redução da jazida, considerando que a exploração da mesma, no momento atual, pode estar inviabilizando-a em momento futuro por outras gerações. Seriam assim considerados como instrumento de promoção da justiça intergeracional. (SILVA, 2012, p. 136)

Tais “contribuições” são compensações pagas aos Estados e aos Municípios produtores ou exploradores da atividade petrolífera. Nesse sentido, Thomè (2011, p. 452), expõe que:

Os *royalties* do petróleo devem ser pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada produtor de petróleo, em montante correspondente à alíquota de 10% (dez por cento) da produção de petróleo ou gás natural, podendo este percentual ser reduzido a um mínimo de 5%, tendo em vista os riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes.

“[...] as regiões produtoras necessitam dessas compensações financeiras para atender à demanda de serviços públicos e infraestrutura em geral, gerada pelo caráter da atividade”

⁹ O bônus de assinatura terá seu valor mínimo estabelecido no edital e corresponderá ao pagamento ofertado na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pago no ato da assinatura do contrato (art. 46 da Lei 9.478/97).

¹⁰ O edital e o contrato disporão sobre o pagamento pela ocupação ou retenção de área, a ser feito anualmente, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, na forma da regulamentação por decreto do Presidente da República (art. 51 da Lei 9.478/97).

(SILVA, 2012, p.137). A exploração do petróleo é uma atividade extremamente lucrativa, entretanto, exige grandes investimentos:

Sobre o território que atende à produção petrolífera, são mobilizados capitais cuja função deixa de existir quando do esgotamento do petróleo. São estruturas industriais, equipamentos de infraestrutura terrestre e portuária, escritórios de serviços, que se cristalizam nestas regiões e que, muitas vezes, podem responder pela dinâmica de crescimento local ou regional. É somente a qualidade finita destes impactos territoriais, e não sua magnitude, que pode justificar a necessidade crucial de aplicação de parte dos recursos de royalties nas regiões produtoras (SERRA; LEAL *apud* SILVA, 2012, p. 137-138).

Por conseguinte, o que se conclui é que a exploração do petróleo modifica toda a dinâmica econômica da localidade e traz consigo uma nova reorganização territorial. Além disso, estas regiões ficam expostas a grandes impactos ambientais e sociais.

Na esfera ambiental, o mapa “Conflitos Ambientais envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”¹¹, que será mais detalhado no subitem seguinte, expõe inúmeros riscos e impactos ambientais ocasionados pela atividade petrolífera, tais como alterações na biota e em seu ciclo reprodutivo, além de “queimadas e desmatamentos, ausência e irregularidades nos licenciamentos ambientais, invasão a áreas protegidas, variadas formas de poluição e crescimento urbano desordenado” (BELLINI; STEPHAN, 2014, p. 4753).

Conforme disposto na Lei 6.938/81¹², em seu artigo 9º, o licenciamento ambiental é um dos instrumentos de tutela administrativa preventiva do meio ambiente. A partir deste procedimento, a Administração Pública (em âmbito federal, estadual ou municipal) licencia a instalação, ampliação, modificação e/ou operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

Salienta-se, ainda, que durante o procedimento, o empreendedor deverá apresentar estudos ambientais pertinentes, Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto – RIMA e outros que forem conexos, a fim de mensurar os impactos que a atividade poderá causar, bem como apresentar formas de mitigação da degradação. Expostos os motivos, tais considerações deverão se tornar públicas, nesse sentido, a Constituição Federal dispõe que:

Art. 225 (...)

§1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

¹¹ Desenvolvido pela parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE.

¹² A Lei 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.

(...)

IV – exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.** (Grifo nosso)

“Releva observar que, as licenças administrativas, qualquer que seja sua natureza (ambiental, urbanística ou sanitária), estabelecem, sob o enfoque das necessidades da coletividade, as condições mínimas de exercício da atividade econômica” (THOMÈ, 2011, p.222). Deveria existir, intrínseco ao processo, uma preocupação social.

Há conflitos implícitos, interesses pessoais e ausência de publicidade dos atos. A população não sabe o porquê, ou por quanto e nem como irão internalizar tais mudanças. Falta-lhes publicidade, aquela elencada como princípio constitucional básico e inerente aos processos administrativos e reafirmada no capítulo reservado ao Meio Ambiente.

Ainda, em relação à questão social, a “gestão dos recursos provenientes da exploração do petróleo e as condições de vida da população, é preciso evidenciar que a gestão do território nestas áreas está intimamente relacionada aos royalties do petróleo” (SILVA *et al*, 2011).

Deste modo, compreende-se que as transformações sociais e o desenvolvimento local não estejam atrelados à produção petrolífera, muito embora existam condições financeiras regulares capazes de promover tais mudanças. Na verdade, os royalties podem piorar as condições destes municípios por se apresentar como receita permanente e proveniente de um recurso inesgotável.

Bellini e Stephan (2014, p. 4750) citam como exemplo a pesquisa de Givisiez e Oliveira (2007) que apresentou “a relação inversamente proporcional entre os municípios produtores de petróleo do Brasil com os maiores PIBs e os maiores índices de pobreza, inclusive quando comparado a municípios que não recebiam os royalties do petróleo”.

Em Sergipe, a ausência de publicidade dos atos, do devido dever de cautela administrativa e o desprezo pelas questões socioambientais, fez com que o Ministério Público Federal (MPF/SE) ajuizasse ação contra as empresas Vale S.A., VLI Operações Portuárias, Votorantim Cimentos e em desfavor da Administração Estadual de Meio Ambiente – ADEMA. Tudo ocorreu em razão de denúncias promovidas pelas comunidades afetadas que, comprovadamente, sofrem interferência na saúde por contaminação pelo “coque do petróleo”.

“O coque é um produto sólido obtido a partir da quebra de resíduos pesados que, quando misturado com outras substâncias, pode causar danos à saúde, como irritação na pele, olhos e sistema respiratório, além de câncer” (FIOCRUZ/FASE – Figura 06).

Figura 06: Produção, armazenamento e transporte de coque



Fonte: Ministério Público Federal – Sergipe, 2014.

Como se vê, a população afetada, com residência fixada nas áreas próximas ao terminal, por onde transitam caminhões carregados com coque¹³, são expulsas de seus ambientes e tem seu modo de vida prejudicado. As pessoas que ali residem vivem da pesca e da produção artesanal, são comunidades quilombolas que tem sua saúde ameaçada, já que sofrem com irritações na pele, olhos e sistema respiratório, além do correrem o risco de desenvolverem câncer. Ademais, o coque pode ocasionar misturas explosivas na atmosfera (Figura 06).

Nesse passo, é de todo oportuno trazer à baila o entendimento de que os territórios do petróleo, premiados por recursos econômicos, nem sempre garantem à população boas condições sociais, econômicas e ambientais.


¹³ O “coque” de petróleo é um produto sólido, obtido a partir da quebra de resíduos pesados.


Figura 07: Reportagem publicada pelo Ministério Público Federal

MEIO AMBIENTE


13 DE JANEIRO DE 2016 ÀS 16H41

MPF/SE processa Vale por poluição causada por resíduos de petróleo

 Curtir

 Compartilhar

21 mil

 Tweetar

VLI Operações Portuárias, Votorantim Cimentos e Adema também vão responder ao processo

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) ajuizou ação contra a empresa Vale S.A., a VLI Operações Portuárias e a Votorantim Cimentos por causarem poluição no município da Barra dos Coqueiros, através da dispersão de material derivado do petróleo, prejudicial à saúde. A Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) também é ré na ação.

Por meio de denúncias feitas por moradores do povoado Jatobá, na Barra dos Coqueiros, foi constatada a presença de um pó escuro derivado do petróleo, conhecido como "coque". O produto era armazenado no Terminal Marítimo Inácio Barbosa e se espalhava pela área. O terminal foi administrado pela Vale S.A até 2014. Depois passou a ser administrado pela VLI Operações Portuárias. A VLI Operações e a Votorantim Cimentos possuem depósitos no terminal para armazenar, receber e despachar cargas de coque de petróleo.

A população prejudicada tem suas residências próximas ao terminal, por onde transitam caminhões carregados com coque. O "coque" de petróleo é um produto sólido, obtido a partir da quebra de resíduos pesados. Quando misturado com outras substâncias, pode causar danos à saúde, como irritação na pele, olhos e sistema respiratório, além de câncer. Ainda há risco de o pó formar misturas explosivas na atmosfera.

Pedidos – O MPF/SE pede, na ação, que as empresas réas sejam obrigadas a, entre outros, adotar medidas de efetivo controle da poluição do ar causada pela dispersão do material e reparar os danos causados à população do povoado Jatobá.

Já a Adema, deve ser obrigada a especificar medidas presentes na Licença de Operação vigente, como o método de tratamento e destinação final dos materiais. Além disso, ela deve realizar inspeções semestrais no Terminal Marítimo Inácio Barbosa.

Número para acompanhamento processual: 0801815-09.2015.4.05.8500

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal em Sergipe
(79) 3301-3874 / 3301-3837
prse-ascom@mpf.gov.br
Twitter: @MPF_SE
Facebook: Facebook.com/MPFSergipe

Fonte: Ministério Público Federal – Sergipe.

Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-processa-vale-s-a-por-poluicao-causada-por-residuos-de-petroleo>>

2.3 Conflitos Territoriais e seus reflexos

O dicionário Michaelis define a palavra “conflito” como sendo a “tensão produzida pela presença simultânea de motivos contraditórios; incompatibilidade entre valores culturais cujos portadores humanos estabelecem contato”.

Tal definição já traz consigo uma vinculação direta entre conflitos e vida social. As modificações hierárquicas, as disputas pelo poder, as transformações culturais e os arranjos territoriais atuais são frutos de vários “confrontos”. Sobre o assunto, Lederach *apud* Santos (2015, p.13), explicam que o conflito “é normal nos relacionamentos humanos e é um motor de mudanças”.

Voltando à origem do termo, “conflito” nasce como sendo um embate, um choque, um antagonismo. Deste modo, percebe-se que a palavra discutida é inseparável da ideia de disputa de interesses, é um antagonismo entre o pensar e/ou o agir de ao menos dois indivíduos (SANTOS,.....p). E é pra ser assim! É o mover de montanhas que impulsiona a história.

“[...] quem quiser conseguir uma sociedade sem conflitos, tem que fazê-lo pelo terror e pela força policial, pois só a representação de uma sociedade sem conflitos é um ato de violência cometido contra a natureza humana” (DAHRENDORF *apud* DIAS JÚNIOR, 2009, p. 3)

Através da interpretação das obras do Alemão Dahrendorf *apud* Dias Júnior (2009, p.3) verifica-se que são as “respostas divergentes que garantem que o homem, através de suas inquietações e incertezas, busque sempre soluções divergentes às situações e desafios que se apresentam cotidianamente”.

Existem conflitos de diversas naturezas. A título de exemplo, as divergências podem ter como origem questões religiosas, políticas, ambientais, territoriais; podem estar relacionadas à raça, ao gênero, ao modo de agir, ou, ainda, podem partir da luta de classes, como já apontava o filósofo Karl Marx em sua obra¹⁴.

Pelos motivos expostos, fica demonstrada a necessidade de se estudar o tema “conflito”, buscando sua essência e demonstrando sua importância no contexto histórico.

A partir disso, a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (destacada instituição promotora de ciência e tecnologia em saúde) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE lançaram um mapa de conflitos. Trata-se de apontamentos sobre matéria ambiental, da saúde e territorial.

¹⁴ Karl Marx escreveu o livro “O Capital” e nele defende a ideia de que a luta de classes é a força motriz da história da humanidade, um combustível de mudança do mundo social.

O objetivo desta parceria é apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por ações governamentais e por projetos de desenvolvimento que impactam desigualmente grupos sociais vulnerabilizados pelo preconceito e pela desigualdade social¹⁵.

No Brasil, conforme exposto na tabela 01, há um elevado número de conflitos, todos relacionados a intensa ocupação territorial e à industrialização geradora de impactos socioambientais:

Figura 08: Distribuição dos conflitos territoriais por Estado e Região, 2010.

| Região | Estado | Conflitos principais | Conflitos Relacionados* | Total | % Por Estado | % pó Região |
|--------------|-------------------|----------------------|-------------------------|-------|--------------|-------------|
| Centro-Oeste | Goiás | 8 | 1 | 9 | 2,62 | 9,62 |
| | Mato Grosso | 13 | 3 | 16 | 4,66 | |
| | Mato Grosso Sul | 6 | 2 | 8 | 2,33 | |
| Nordeste | Alagoas | 9 | 0 | 9 | 2,62 | 29,45 |
| | Bahia | 16 | 4 | 20 | 5,83 | |
| | Ceará | 9 | 3 | 12 | 3,50 | |
| | Maranhão | 8 | 3 | 11 | 3,21 | |
| | Paraíba | 6 | 4 | 10 | 2,92 | |
| | Pernambuco | 13 | 3 | 16 | 4,66 | |
| | Piauí | 4 | 1 | 5 | 1,46 | |
| | Rio Grande Norte | 9 | 0 | 9 | 2,62 | |
| | Sergipe | 8 | 1 | 9 | 2,62 | |
| | Acre | 8 | 0 | 8 | 2,33 | |
| | Amapá | 8 | 0 | 8 | 2,33 | |
| Norte | Amazonas | 15 | 2 | 17 | 4,96 | 21,28 |
| | Pará | 10 | 3 | 13 | 3,79 | |
| | Rondônia | 9 | 0 | 9 | 2,62 | |
| | Roraima | 8 | 0 | 8 | 2,33 | |
| | Tocantins | 9 | 1 | 10 | 2,92 | |
| | Espírito Santo | 13 | 0 | 13 | 3,79 | 27,70 |
| | Minas Gerais | 23 | 4 | 27 | 7,87 | |
| Sudeste | Rio de Janeiro | 20 | 1 | 21 | 6,12 | |
| | São Paulo | 30 | 4 | 34 | 9,91 | |
| Sul | Paraná | 15 | 2 | 17 | 4,96 | 11,95 |
| | Rio Grande do Sul | 10 | 3 | 13 | 3,79 | |
| | Santa Catarina | 10 | 1 | 11 | 3,21 | |
| Total | | 297 | 46 | 343 | | |

Fonte: FIOCRUZ/FASE – Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil – Ano 2010.

¹⁵ Informação retirada do site da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/fase-e-fiocruz-lancam-mapa-de-conflitos-ambientais-e-de-saude-no-brasil/>>

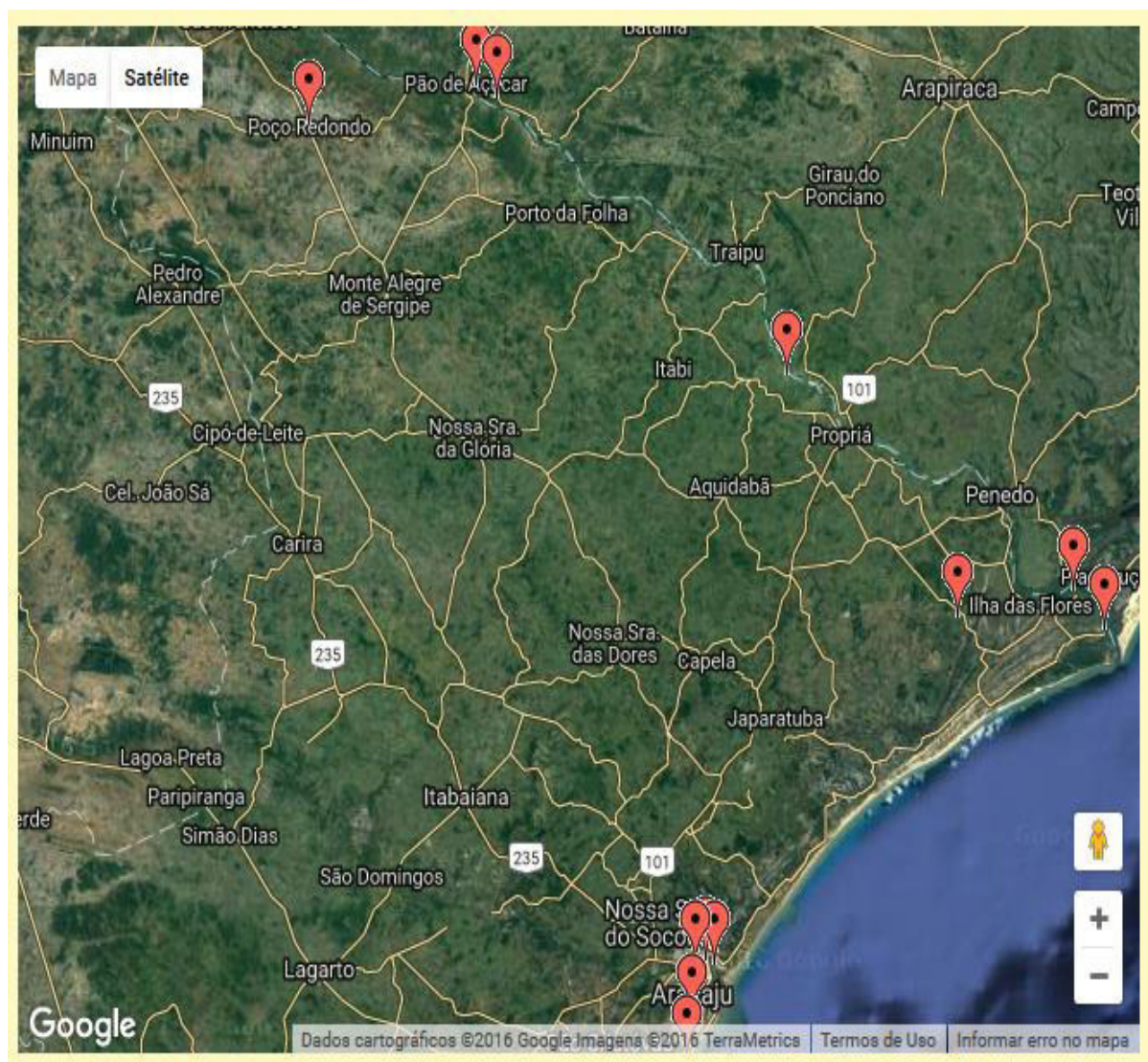
Para melhor entendimento, o mapa exposto a seguir foi criado com o objetivo de:

(...) socializar informações, dar visibilidade a denúncias e permitir o monitoramento de ações e de projetos que enfrentem situações de injustiças ambientais relacionadas à saúde em diferentes territórios e populações das cidades, campos e florestas, sem esquecer as zonas costeiras (FASE, 2010).

Neste sentido, esta produção passou a ser uma importante ferramenta disponibilizada aos pesquisadores e serve de instrumento fiscalizatório para as autoridades fiscalizatórias.

Delimitando o espaço de abrangência deste estudo, voltam-se os olhares ao mapeamento dos conflitos no Estado de Sergipe representados na figura 07.

Figura 09: Mapa dos conflitos territoriais no Estado de Sergipe - 2016.



Fonte: FIOCRUZ/FASE, 2010.

De acordo com o exposto no mapa, atualizado em 2016, Sergipe tem hoje 12 conflitos catalogados, não incluso nesta relação o litígio dessa dissertação.

Os conflitos atingem comunidades vulneráveis, atentam contra a saúde, o meio ambiente e são, todos eles, baseados em discussões territoriais (propriedade/posse/usufruto do local).

Analisando os embates aqui apontados, percebe-se que a questão territorial interfere demasiadamente na vida dessas comunidades.

É a mais cristalina evidência de que o Estado, sozinho, é incapaz de tutelar todos os bens e de garantir todos os direitos. A principal consequência deste panorama é a generalização da insegurança. As comunidades não sabem até quando ou por quanto tempo terão o direito de pescar, de produzir ou de viver ali.

“Se considerar a história da confecção de mapas, verifica-se que a preocupação com a localização se dá desde a pré-história, quando o homem das cavernas, dentro das suas técnicas rústicas valorizava informações relativas à natureza, como locais de caça, rios, grutas, etc” (OTSUSCHI *et all*, 2005).

Divergente disso, o conflito territorial estudado nesta pesquisa parece estar vinculado exclusivamente ao domínio da região petrolífera. A esse propósito, traz-se à colação o entendimento do eminente Juiz Edmilson da Silva Pimenta da 3ª Vara da Justiça Federal em Sergipe quando assevera que:

Em verdade, pelos documentos acostados aos autos, não há como se extrair, com absoluta certeza, **quais são os limites definidores do território do município ora autor, inclusive quanto ao fato de a denominada “Estação Robalo” lhe pertencer ou não**, imprescindindo, portanto, de prova técnica, a ser produzida em momento oportuno. Contudo, tal incerteza, por si só, já é suficiente para caracterizar a fumaça do bom direito, primeiro requisito legal exigido para a concessão da medida cautelar ora requestada. Isso **porque há uma razoável possibilidade de que o território de Pacatuba abarque a área onde se localiza a instalação de embarque e desembarque de petróleo e gás natural originário do mar, denominada “Estação Robalo”**. E, sendo assim, os valores originados das *royalties* pertencer-lhe-iam, e não ao município de Pirambu, o qual, atualmente, os vem recebendo, conforme documentos acostados nas f. 230/234 (grifo nosso), (BRASIL, Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Sergipe, processo nº 0008501-70.2003.4.05.8500).

Nesse passo, o que difere os conflitos territoriais anteriormente citados e a questão entre os municípios de Pirambu e Pacatuba é sua finalidade. Nos primeiros, existe uma busca pelo reconhecimento do território, no intuito de garantir às comunidades uma vida digna e civilizada.

No litígio entre os municípios, a motivação política e econômica parece sobrepôr as questões de natureza social.

3 – APLICABILIDADE DOS ROYALTIES NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NA ESCALA DOS MUNICÍPIOS

3.1 Direitos Sociais e a realidade dos municípios de Pacatuba e Pirambu

Ao adentrar no assunto que aqui se propõe, faz-se indispensável a demonstração do vínculo entre os temas Meio Ambiente, Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social. “Nessa perspectiva, o meio ambiente converte-se em direito humano” (ALIER, 2014, p. 275).

O discurso da defesa dos direitos humanos é utilizado com frequência como justificativa à exploração do Petróleo. Tal alocução, gera uma interpelação direta ao Estado, uma vez que, supõe-se que o Estado respeite e dê garantia aos direitos básicos do cidadão (ALIER, 2014).

Comprometida com a segurança desses direitos, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, assim alude:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição - (REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 90, DE 2015)

Entende-se, a partir dessa norma legal estabelecida, que tais direitos assegurados são dependentes de ações positivas do Estado, e somente "se realizam pela execução de políticas públicas destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente" (COMPARATO, 2010, p. 77).

Nesse mesmo sentido, defende Silva (2005) que:

(...) os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais, podem ser definidos como prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos; direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam com o direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais, na medida em que criam condições materiais mais propícias ao aferimento da igualdade real – o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade (SIIVA, 2005, P. 183/184).

“Nesta perspectiva foram sendo arquitetados os direitos sociais, com o claro e inequívoco intuito de incrementar a qualidade de vida dos indivíduos, especialmente os hipossuficientes” (MASSON, 2015, p. 283).

Nathalia Masson (2015), por sua vez, apresenta em sua obra um importante nexos entre os objetivos fundamentais expostos na Constituição Federal e os direitos sociais, assim expondo:

Em desfecho, vale frisar que a Constituição da República de 1988 enuncia como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, CF/88), objetivos que somente serão concretizados com o incremento na efetivação dos direitos sociais (MASSON, 2015, P. 283).

A situação exposta pelos doutrinadores do Direito, serve de base para a compreensão de que a Constituição Federal de 1988 é um conjunto de normas que se convertem a uma mesma causa: o alcance do bem-estar social. Os direitos sociais estão, deste modo, num patamar de proteção aos setores sociais economicamente e estruturalmente fragilizados, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais homogênea.

Entretanto, as garantias aqui apresentadas não parecem condizer com a realidade dos municípios estudados. Conforme dados das últimas décadas apresentados pelo IBGE, segue breve análise do perfil socioeconômico dos municípios de Pacatuba e Pirambu, logo em seguida dos royalties e indicadores sociais.

3.1.1 Perfil socioeconômico do município de Pacatuba

O Censo Demográfico do IBGE registrou em 2000, uma população residente de 11.484 habitantes, sendo 2.534 na zona urbana e 8.950 na zona rural, com uma densidade demográfica de 28,20 hab/Km². Em 2010, a população residente foi de 13.137 habitantes, também com predomínio na zona rural (10.449), apresentando uma densidade demográfica de 35,14 hab/Km². A taxa de crescimento, entre 2000 e 2010, foi de aproximadamente 13,88%. Em 2017, estimativa aponta um crescimento total superior às demais décadas em torno de 14.000 habitantes.

Na atualidade, a economia tem sua principal base de sustentação no setor primário, com o cultivo do coco-da-baía, manga e caju; nos cultivos de ciclo curtos: milho, mandioca e arroz. A criação tem nos galináceos sua maior representatividade seguida pelos rebanhos bovino, equino e suíno. Na atividade pesqueira a carcinicultura e ostreicultura, no povoado Ponta dos

Mangues. O artesanato de palha é bem característico da planície costeira, nos povoados Tigres e Junça.

A utilização do espaço agrícola no município ocorre a partir de três formas principais: terras ocupadas com lavouras, pastagens, matas e florestas, além das terras em descanso. Segundo Correia (2015), as áreas de lavoura permanente são as mais expressivas sendo representadas, principalmente, pelo coco-da-baía, que está disseminado na planície costeira, associado com frutíferas como a mangabeira (*Harconia speciosa*); cajueiro (*Anacardium occidentale*) e mangueira (*Mangifera indica*) e pastagens nativa e plantada.

Interessante é observar que, os coqueirais constituem a maior área de uso e ocupação do solo. Normalmente dividem o espaço com pastagens nativas e cultivos de subsistência como a mandioca, feijão e milho em sistemas produtivos de pequenas lavouras, com regime de agricultura familiar e aplicação de técnicas de cultivo tradicional. “As pastagens utilizadas para criação de gado são, em geral, representadas por gramíneas ou cultivadas como a branquiária, o capim colonial, o sempre verde, o pangola, entre outros” (CORREIA, 2015, p.85).

Os estudos mostram que, a exploração de petróleo e gás no município iniciou em 1969, quando a Petrobrás descobriu o campo de Ponta dos mangues perfurando o poço 1-PDM-1-SE, e em 1971, com a perfuração do poço 1-TG-1-SE. Com a interrupção da produção, os poços foram devolvidos para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em leilão conduzido pela ANP, a empresa Severo Villares (2006) obteve concessão para reativação dos campos Tigre e Ponta dos Mangues.

O campo de Tigre, com área de 20,3 Km²,

Localiza-se na Bacia Sedimentar de Sergipe/Alagoas, a cerca de 57 Km a nordeste da cidade de Aracaju, no município de Pacatuba. As principais acumulações estão nos carbonatos fraturados da formação Muribeca, em ambiente transicional, e secundariamente, são portadores de óleo os calcarenitos da formação Riachuelo, de ambiente deposicional marinho e os arenitos da formação Coqueiro-Seco, de ambiente deposicional deltaico. As acumulações são limitadas por falhas a leste e a oeste, com trapeamento do tipo estrutural (CORREIA, 2015, p. 87).

O campo de Ponta dos Mangues,

Possui acumulações na formação Calumbi, em arenitos finos de ambiente marinho médio. Os intervalos secundários, portadores de hidrocarbonetos são as formações Muirbeca e Riachuelo. As acumulações são limitadas por falhas a oeste (Falha de Pacatuba) e a leste (Falha de Ponta dos Mangues), embora predomine o trapeamento do tipo estratigráfico. As estimativas para o volume *in situ* de petróleo e gás natural do campo de Tigre são da ordem de 70 mil m³ e 3,63 mil m³, respectivamente (CORREIA, 2015, p. 87).

Informações levantadas por Correia (2015), mostram ainda que, no campo de Tigre houve a perfuração de 20 poços, sendo 10 deles na área do antigo campo de Ponta dos Mangues. No primeiro campo foram construídas duas estações de coleta e armazenamento, distantes aproximadamente 4 Km entre si, que incluem um sistema de separação gás/óleo/água, armazenamento e transferência do óleo, tratamento e descarte da água produzida. O descarte da água é transferido para a empresa Cinal e estação de tratamento de resíduos da Petrobrás, em Carmópolis. O transporte da produção de óleo é realizado através de carro tanque.

No que pese aos quesitos *emprego e renda*, os dados oficiais do IBGE divulgados em 2014 mostram que o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos (aproximadamente, R\$ 1.737,60 – hum mil e setecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), e a proporção de pessoas que recebiam este valor na época já era de 7.9% em relação à população total.

Em contrapartida, 58.2% da população total do município apresentava rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Ou seja, aproximadamente 60% da população vivia com menos de R\$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) mensais¹.

Mesmo em condições péssimas de sobrevivência, em 2014, o município apresentou um PIB *per capita*² de R\$ 13.785,47 (treze mil e setecentos e oitenta e cinco mil reais e quarenta e sete centavos), teoricamente causando a impressão de que cada cidadão tinha uma renda maior que R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Todavia, não é o que ocorre, conforme os números oficiais atestam, aplicando a situação ao caso concreto.

De acordo com a pesquisa realizada, os jovens enfrentam grande dificuldade para entrarem no mercado de trabalho e acredita-se que essa situação esteja relacionada não somente a pouca oferta de emprego no município, seja na área urbana e/ou rural, mas também pela baixa escolaridade e a dificuldade de acesso ao ensino superior. Em decorrência dessas condições, os jovens desempregados ficam em situações de risco, tornando-se mais vulneráveis à criminalidade e adoção de variados tipos de vícios disseminados, principalmente, nos centros urbanos como o uso de entorpecentes e álcool.

Outra questão preocupante, no caso específico, são os indicadores de qualidade ambiental, principalmente o esgotamento sanitário, pois segundo as informações do IBGE o

¹ Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

² PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes do município, região em análise. O PIB é a soma de todos os bens, e quanto maior o PIB, mais demonstra o quanto esse município é desenvolvido. O PIB per capita é um indicador muito utilizado na macroeconomia, e tem como objetivo a economia de um país, estado ou região. Para o cálculo do PIB, é considerado apenas bens e serviços finais. O PIB possui apenas uma consideração, é possível que o PIB aumente enquanto os cidadãos ficam mais pobres, e isso ocorre pois o PIB não considera o nível de desigualdade de renda das sociedades. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pib-per-capita/>. Acesso em: 15/05/2017.

município apresenta apenas 8.7% do total de domicílios com esse indicador adequado, com isso 91,3% padece de condições sanitárias básicas. Além disso, apenas 30% dos domicílios urbanos estão situados em vias públicas com urbanização adequada registrando-se a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (Figura 10).

Figura 10: Área urbana do município de Pacatuba



Crédito: <http://www.sergipeturismo.com/pacatuba-sergipe/>, 2016.

3.1.2 Perfil socioeconômico do município de Pirambu

O município encontra-se geograficamente constituído pelos povoados Aguilhadas, Lagoa Redonda, Anhingas, Marimbondo, Alagamar, Baixa Grande e Santa Isabel (Figura 11).

Em termos populacionais, verifica-se que o município de Pirambu no decorrer dos últimos quarenta anos, sobretudo a partir da década de 1980, vem apresentando um crescimento demográfico considerável evidenciando um certo dinamismo. Os dados censitários divulgados

Figura 11: Povoado Alagamar no município de Pirambu



Crédito: Hélio Mário de Araújo, 2013.

Figura 12: Cenários do povoado Santa Isabel no município de Pirambu



Crédito: Hélio Mário de Araújo, 2013.

Oficialmente, através de dados do IBGE, a variação relativa do crescimento demográfico foi de 46,11%, apresentando um incremento populacional de aproximadamente 1.522 habitantes. No período de 1991/2000 essa variação ampliou para 49,95%, quase dobrando o incremento populacional para 2.417 habitantes. Entretanto, no decênio 2000/2010 esse crescimento foi mais reduzido permanecendo um pouco acima dos 40,00%, registrando um incremento populacional de apenas 1.114 habitantes. Esse resultado, sem dúvida revela um arrefecimento do processo migratório e da taxa de natalidade da população. Ao longo das décadas, os valores totais absolutos e respectivos da população do município foram: em 1980 (3.311), 1991 (4.838), 2000 (7.255), 2010 (8.369) e mais recentemente em 2016 (9.153) habitantes estimados, atribuindo ao município uma densidade demográfica aproximada de 40,65 habitantes por Km².

É interessante observar que, o processo de valorização imobiliária registrado nas últimas décadas nos espaços litorâneos, principalmente naqueles mais próximos a capital Aracaju, como é o caso de Pirambu, tem estimulando, sem dúvida, o crescimento da população urbana no referido município. Tanto isso é verdade que, a variação acumulada para os anos de 1980 a 2010 atingiu a cifra de mais de 196,00%. Em 1980, predominava no município a população rural com 1.758 habitantes em detrimento dos 1.556 habitantes da área urbana. Esse quadro mudou a partir da década de 1990, quando de lá para cá, a população urbana manteve-se sempre crescente. Assim, a variação relativa nos períodos 1980/1991, 1991/2000 e 2000/2007 foi respectivamente: 68,76%, 57,95% e 11,37%, registrando-se percentuais mais baixos para a população rural nesses períodos respectivos, como segue: 25,82%, 40,46% e 15,35%

Sob o ponto de vista econômico, o município de Pirambu destaca-se pela sua tradição pesqueira no cenário estadual. Porém, em se tratando do uso da terra no espaço rural, nota-se que os estabelecimentos agropecuários apresentam predomínio das lavouras, com a cultura permanente do coco-da-baía e as culturas temporárias representadas pelo feijão, milho e mandioca, que se desenvolvem em pequenas propriedades voltadas para agricultura familiar.

No intervalo 1995/2006, os censos agropecuários do IBGE através dos números, revelam um aumento das lavouras em torno de 148,53% na área ocupada, justificada pela presença de altitudes elevadas e solos profundos (*Argissolos*) com boa capacidade de drenagem.

As pastagens, com maior aproveitamento das naturais, também vem apresentando uma diminuição em área em torno de 10,12%. Em 1995 ocupavam 3.152 ha da área total dos estabelecimentos agropecuários, mas em 2006 reduziu para 2.833 ha. Já as matas e florestas ocupam áreas de baixa expressividade, muito embora no período em análise tenha apresentado um crescimento aproximado de 44,48%, pois em 1995 representava 2.122 ha da área total que foi ampliada em 2006 para 3.066 ha.

Santana (2008), estudando as condições geoambientais do referido município afirma que nesse intervalo de um pouco mais de dez anos Pirambu ampliou a sua área ocupada com estabelecimentos agrícolas em torno de 73,15% devido a incorporação de novas áreas ao capital.

No que se refere aos quesitos *emprego e renda*, nota-se que a situação é bastante preocupante, requerendo do setor público municipal medidas que visem uma gradual melhoria na qualidade de vida da população. O levantamento realizado pelo IBE a respeito, mostra que o salário médio mensal em 2014 era de 2,3 salários mínimos, cerca de R\$ 1.665,00 (um mil seiscentos e sessenta e cinco reais) para um percentual mínimo da população. 53,01% da

população de Pirambu sobrevive com até meio salário mínimo e mais alarmante é o fato de aproximadamente 90% da população total não possuir emprego, permanecendo na ociosidade sem desenvolver nenhum tipo de ocupação.

Mesmo em condições precárias de sobrevivência, de grande parte da população, em 2014 o município apresentou um PIB *per capita* de R\$ 10.502,01 (Dez mil quinhentos e dois reais e um centavo). Em 2015, tinha 94.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas, como Royalties, pois dos municípios da Região Petrolífera Sergipana no período 1999/2007, Pirambu foi o que apresentou maior dependência desses recursos, incluindo também as participações especiais. Teoricamente, a impressão que se tem com a elevação do PIB a cada ano, é que a população passaria a ter uma condição melhor de vida se houvesse o investimento em benefício da sociedade local. Na prática, verifica-se que o PIB está sempre aumentando enquanto a população permanece cada vez mais pobre, pois a leitura dos dados oficializados pelo governo mostra que o PIB não tem considerado o nível de desigualdade de renda social.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública do município tiveram nota média de 4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.1. Esses resultados muito abaixo da média esperada denunciam o descaso público com a educação e o baixo rendimento escolar dos alunos refletido nas taxas de aprovação, reprovação e evasão. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.8 em 2010.

A taxa de mortalidade infantil média no município é de 12.35 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes.

Outra questão preocupante, no caso específico, são os indicadores de qualidade ambiental, principalmente o esgotamento sanitário, pois segundo as informações oficiais do IBGE o município apresenta apenas 15.9% do total dos domicílios com esse indicador adequado, com isso 84,1% padece de condições sanitárias básicas. Além disso, 67,4% de domicílios urbanos em vias públicas contam com urbanização adequada registrando-se a presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (Figura 13).

Esse cenário parece não se modificar na linha do tempo na mesma proporção da necessidade crescente da população que exige cada vez mais investimentos do setor público municipal, pois um olhar sobre o censo demográfico de 2000 para o destino do esgotamento sanitário, evidencia que 9,27% dos domicílios em Pirambu não possuía banheiro ou sanitário com os seus dejetos lançados em rede geral de esgoto. Entretanto, dos 90,73% de domicílios que possuíam banheiro ou sanitário, 87,64% estão entre aqueles que utilizavam fossa rudimentar, 1,96% fossa séptica, 0,12% lançavam em valas a céu aberto e 0,06% lançavam diretamente em rio, lago ou mar.

Figura 13: Área urbana do município de Pirambu.



Crédito: <http://www.infonet.com.br/noticias/cultura//ler.asp?id=123992>; 2017.

3.2 – Royalties e Indicadores Sociais

Os indicadores são modelos simplificados da realidade com a capacidade de facilitar a compreensão dos fenômenos e servem para medir as características socioeconômicas da população em uma determinada área. Assim, neste trabalho, computou-se dados do Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Serviços de saúde, Taxa de mortalidade infantil, Emprego, renda e Meio ambiente.

Na perspectiva de apresentar um panorama específico da situação econômica dos municípios de Pacatuba e Pirambu, buscou-se analisar, no primeiro momento, as informações de fontes externas que incrementam a economia a partir das quantias recebidas à título de Royalties e participação especial referentes ao período 2004/2007 (Tabelas 01 e 02).

Em razão dos altos valores apresentados nas referidas tabelas e repassados aos cofres públicos pela produção de petróleo e gás natural e do fundo de participação especial, o que se percebe, mesmo em tempos de “crise”, é o pouco investimento desses recursos na garantia dos

direitos sociais da população dos municípios de Pacatuba e Pirambu, como previsto no art. 6º da Constituição Federativa do Brasil que assegura aos cidadãos brasileiros de forma digna o acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e a infância e assistência aos desempregados.

Nesta ótica, um rápido cotejo das relações entre os royalties *per capita* desses dois municípios petrolíferos de Sergipe e os índices indicativos das condições sociais da população, oferecem subsídios que alertam para a urgente necessidade de se repensar as formas atuais de investimento das rendas petrolíferas em benefício da sociedade local, pois como bem se manifesta Silva (2012):

É preciso que os municípios elaborem suas próprias políticas sociais de combate à pobreza visando uma maior participação da população nos lucros do petróleo. As disparidades apresentadas pela comparação dos royalties per capita e os indicadores sociais dos municípios apontam para a urgente necessidade de políticas sociais eficientes e que possibilitem aos municípios conterem a pobreza e o baixo nível de desenvolvimento social (SILVA, 2012, p. 226).

A situação de alerta observada por Silva (2012) remete ao entendimento de que esses municípios produtores de petróleo no Estado dispõem de recursos financeiros suficientes para a promoção das transformações sociais almejadas pela população.

Tabela 01: Pacatuba - Royalties auferidos no período 2004-2017.

| Ano / Tipo | Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) | Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) | Total |
|------------|---|---|------------------|
| 2004 | R\$ 626.582,29 | R\$ 34.668,83 | R\$ 661.251,12 |
| 2005 | R\$ 749.471,87 | R\$ 42.989,92 | R\$ 792.461,79 |
| 2006 | R\$ 857.608,84 | R\$ 54.228,71 | R\$ 911.837,55 |
| 2007 | R\$ 735.680,28 | R\$ 53.171,52 | R\$ 788.851,80 |
| 2008 | R\$ 1.466.372,78 | R\$ 81.462,10 | R\$ 1.547.834,88 |
| 2009 | R\$ 847.597,16 | R\$ 59.061,43 | R\$ 906.658,59 |
| 2010 | R\$ 1.597.176,76 | R\$ 73.947,23 | R\$ 1.671.123,99 |
| 2011 | R\$ 1.903.087,21 | R\$ 95.795,59 | R\$ 1.998.882,80 |
| 2012 | R\$ 2.123.065,18 | R\$ 114.286,60 | R\$ 2.237.351,78 |
| 2013 | R\$ 2.033.508,46 | R\$ 118.428,79 | R\$ 2.151.937,25 |
| 2014 | R\$ 1.934.162,41 | R\$ 166.553,77 | R\$ 2.100.716,18 |
| 2015 | R\$ 9.231.651,09 | R\$ 125.082,94 | R\$ 9.356.734,03 |
| 2016 | R\$ 7.451.422,65 | R\$ 107.118,88 | R\$ 7.558.541,53 |
| 2017 | R\$ 1.986.649,76 | R\$ 36.635,39 | R\$ 2.023.285,15 |

Fonte: Portal da transparência, disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/index.htm>>
Elaboração: Tássia Camargos, 2017.

Embora o portal da transparência não apresente informações de transferência dos royalties para os municípios de Pacatuba e Pirambu no período anterior a 2004, como se constata nas tabelas 01 e 02, verificou-se na consulta em cartório do processo nº 0008501-70.2003.4.05.8500 na 3ª Vara Federal da seção judiciária de Sergipe, nas folhas 4.494, que a ANP no período 2002/2003 repassou royalties para tais municípios nos seguintes valores: Pacatuba (2002 R\$ 518.249,35 – 2003 R\$ 626.747,42) e Pirambu (2002 R\$ 7.962.553,20 – 2003 R\$ 11.056.231,96).

Tabela 02: Pirambu - Royalties auferidos no período 2004-2017.

| Ano / Tipo | Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º) | Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48) | Total |
|------------|---|---|------------------|
| 2004 | R\$11.407.706,92 | R\$26.001,61 | R\$11.433.708,53 |
| 2005 | R\$13.875.359,89 | R\$32.242,43 | R\$13.907.602,32 |
| 2006 | R\$14.223.145,91 | R\$40.671,52 | R\$14.263.817,43 |
| 2007 | R\$4.394.680,70 | R\$39.878,64 | R\$4.434.559,34 |
| 2008 | R\$2.420.161,19 | R\$61.096,59 | R\$2.481.257,78 |
| 2009 | R\$1.432.621,73 | R\$44.296,08 | R\$1.476.917,81 |
| 2010 | R\$1.612.635,52 | R\$55.460,42 | R\$1.668.095,94 |
| 2011 | R\$2.155.645,04 | R\$71.846,69 | R\$2.227.491,73 |
| 2012 | R\$10.453.597,26 | R\$85.714,95 | R\$10.539.312,21 |
| 2013 | R\$21.810.096,00 | R\$88.821,60 | R\$21.898.917,60 |
| 2014 | R\$27.162.659,83 | R\$99.932,26 | R\$27.262.592,09 |
| 2015 | R\$15.857.902,13 | R\$75.049,77 | R\$15.932.951,90 |
| 2016 | R\$29.157.658,01 | R\$64.271,34 | R\$29.221.929,35 |
| 2017 | R\$17.937.094,30 | R\$21.981,24 | R\$17.959.075,54 |

Fonte: Portal da transparência, disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/index.htm>>.

Considerando as disparidades entre Royalties *per capita* e os resultados apresentados pelos indicadores sociais IDH-M, IPH-M e IES na Região Petrolífera de Sergipe, Silva (2012) identificou as áreas de maiores contrastes e as que demandam maior atenção por parte do poder público a fim de que os royalties sejam alocados na redução da pobreza. Seguindo a metodologia adotada por Givisiez e Oliveira (2007) classificou os municípios em cinco categorias de royalties, como segue: baixo, médio baixo, médio alto, alto e muito alto.

Trazendo essa classificação para o caso específico dos municípios de Pacatuba e Pirambu, verifica-se que na classificação de royalties municipal *per capita* 2000, Pacatuba foi enquadrado na categoria “Alta” e Pirambu “Muito alta”. Levando-se em consideração o Índice

de pobreza humana municipal 2000, Pacatuba enquadrrou-se na categoria “Muito alta” e Pirambu “Médio alto” e por fim, com base no Índice de exclusão social 2000, Pacatuba se inseriu na categoria “Médio baixo” e Pirambu na categoria “Muito alto”.

Segundo a aplicação da metodologia, esclarece Silva (2012) que os autores propõem para o grupo um com IPH-M Alto a Muito alto e RP-M Alta, onde se enquadra Pacatuba, que os investimentos sejam direcionados para a educação, a infraestrutura de serviços urbanos e a programas de saúde visando a redução da mortalidade infantil. Para o grupo dois com IPH-M Médio alto e RP-M Médio alta, onde se enquadra Pirambu, que os investimentos sejam direcionados a programas de incentivo à geração de renda e no incremento de atividades econômicas, pois considerando que este município tem população e área territorial relativamente pequena, recomenda-se que a administração e aplicação dos recursos do petróleo sejam direcionados de maneira mais eficiente.

No quesito educação, os municípios de Pacatuba e Pirambu apresentam um quadro que não fugindo à regra do país e do Estado de Sergipe é bastante preocupante. A tabela 03 ao trazer informações da qualidade educacional na escala dos municípios mostra que no período 2007/2013 o resultado do IDEB apresentou taxas percentuais muito baixas no ensino básico, muito abaixo da média nacional.

Tabela 03: Pacatuba e Pirambu, IDEB (2007 – 2013)

| ANO | PACATUBA | PIRAMBU |
|------|----------|---------|
| 2007 | 2,7 | 3,2 |
| 2009 | 1,9 | 3,0 |
| 2011 | 2,2 | 2,8 |
| 2013 | 2,4 | 2,1 |

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Elaboração: Tássia Camargos, 2017

Nos anos 2007, 2009 e 2011 o município de Pacatuba apresentou índices pouco variáveis, bem abaixo dos índices apresentados para o município de Pirambu. Em 2013, embora

o índice ainda fosse muito baixo (2,4) Pacatuba conseguiu superar o município de Pirambu que obteve índice equivalente a 2,1.

Essa situação gritante da baixa qualidade do ensino público, sem dúvida, é um reflexo do pouco investimento no setor educacional em vários aspectos, com repercussão no rendimento escolar. Presencia-se com muita frequência nas escolas da formação básica, baixas taxas de aprovação nas disciplinas e séries, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, seguido de taxas elevadas de reprovações e evasão motivada por diversas causas sociais, que nem mesmo a escola tem condições de resolver a questão quando ela se apresenta de forma alarmante.

Esses baixos índices ainda indicam que os alunos desses municípios apresentam um péssimo desempenho em Português, sobretudo com pouco estímulo a leitura, e matemática com deficiências nas operações básicas. Neste sentido, para que os municípios cumpram as metas fixadas no Compromisso Todos Pela Educação, firmado pela União, precisam investir com seriedade na educação, inclusive utilizando os recursos adicionais do governo federal para essa finalidade.

A saúde da população tem sido um dos grandes desafios do poder público nas suas diversas instâncias, decorrentes da fragilidade da infraestrutura existente no país. Para atender ao dispositivo constitucional que garante a universalização da saúde para todo o conjunto da população, especialmente a mais carente, os gestores municipais no período 2005/2009 implementaram a criação de estabelecimentos de saúde de primeira necessidade, deixando os serviços mais especializados para a capital Aracaju (Tabela 04).

Tabela 04: Pacatuba e Pirambu, Serviços de Saúde (2005 e 2009)

| Indicador | Pacatuba | | Pirambu | |
|---|----------|------|---------|------|
| | 2005 | 2009 | 2005 | 2009 |
| Estabelecimentos de saúde | 4 | 5 | 5 | 8 |
| Equipamentos (Eletrocardiógrafo; Eletroencefalógrafo; Equipamento de hemodiálise; Mamógrafo; Raio X; Densitometria Óssea; Ressonância magnética; Tomógrafo; Ultrassom doppler colorido) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Número de leitos para internação em estabelecimentos de saúde | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005 e 2009

Elaboração: Tássia Camargos, 2017.

Esse indicador que mede a capacidade de atendimento hospitalar nos municípios, evidencia no conjunto, a situação de carência total dos serviços especializados no setor saúde. Como se constata, o número de estabelecimentos por município ainda é muito baixo considerando a elevação da taxa de crescimento demográfico revelada nos períodos decenais. Pacatuba em 2005 possuía apenas 4 estabelecimentos para atendimento à população urbana e rural de todo o município, com acréscimo de mais um, chegando a 5 em 2009. Pirambu apresentou um quadro quase semelhante, com a diferença de que em 2005 possuía 5 estabelecimentos de saúde, passando a 8 em 2009.

Outra situação que denuncia baixo investimento na saúde, refere-se a inexistência de equipamentos mais sofisticados para realização de exames específicos para a população em geral, além da inexistência de leitos para internação nos estabelecimentos de saúde, pelo menos até o ano de 2009. Isso mostra que, o incremento dos royalties até essa data na receita dos municípios de nada serviu para melhoria da qualidade da saúde em benefício da sociedade. No período 2002/2009 só o município de Pirambu arrecadou R\$ 67.016.648,37 (sessenta e sete milhões, dezesseis mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), e Pacatuba R\$ 6.753.892,50 (seis milhões, setecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). De 2009 em diante os royalties ficaram retidos em conta judicial por conta da situação litigiosa entre os dois municípios.

O reflexo do descaso público com o pouco investimento na melhoria das condições de saúde da população repercute na persistência das elevadas taxas de mortalidade infantil, a cada ano, nos municípios de Pacatuba e Pirambu, muito bem visualizadas na tabela 05. Comparando os dois municípios, nota-se que Pacatuba supera Pirambu apresentando taxas maiores nos anos

Tabela 05: Pacatuba e Pirambu, Taxa de Mortalidade Infantil (2008 - 2014)

| TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL | | |
|------------------------------|----------|---------|
| ANO | PACATUBA | PIRAMBU |
| 2008 | 29,05 | 17,34 |
| 2009 | 9,85 | 5,65 |
| 2010 | 5,13 | 17,24 |
| 2011 | 9,8 | 25,32 |
| 2012 | 19,7 | 6,67 |
| 2013 | 12,05 | - |
| 2014 | 13,33 | 12,35 |

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2012

Elaboração: Tássia Camargos, 2017

2008 (29,5), 2009 (9,85) e 2012 a 2012. Fato interessante, na realidade dos dois municípios, é que no período 2010/2011 Pacatuba reduziu sensivelmente as taxas de mortalidade infantil, sobretudo em 2010 (5,13), elevando-se gradativamente nos demais anos. Já Pirambu, contrariamente, no mesmo período manteve taxas mais elevadas (17,24 e 25,32), reduzindo em 2012 (6,67), mas quase que dobrando em 2014 para 12,35. O Ministério da Saúde não apresentou ocorrência de mortes para esse município em 2013, talvez pela falta de informação da Secretaria Municipal de Saúde, mas pelas péssimas condições de vida da população e do setor saúde, as taxas são sempre crescentes.

Por outro lado, as taxas ainda revelam que muitas crianças morrem nesses municípios, antes mesmo de completarem 1 ano de vida. As causas são diversas, variando entre a desnutrição, até a falta de acompanhamento pré-natal e dificuldades enfrentadas no parto. A correção destes problemas, demanda políticas públicas mais igualitárias, com o objetivo de oferecer infraestrutura adequada para a população, maiores investimentos em saúde, maior disponibilidade de remédios e vacinas, redistribuição dos recursos hospitalares, subsídios para a alimentação, além do processo de conscientização familiar (saneamento ambiental).

Cumpre, ainda salientar que, valores abaixo de 10 mortes por mil nascimentos, como ocorreu em Pacatuba no triênio 2009/2011 e em Pirambu nos anos 2009 e 2012, inclusive encontrados em alguns países desenvolvidos, não reflete a realidade destes municípios, ao contrário disso, tais valores, no caso específico, encobrem as más condições de vida em segmentos sociais específicos.

No que pese ao Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que a exploração de petróleo e gás se constitui em fator essencial para determinação desse indicador, por que é através dele que melhor se visualiza a economia de um país, estado, município ou mesmo região. Neste contexto, os municípios de Pacatuba e Prambú, produtores de petróleo da região em que se inserem, tem se destacado no cenário estadual também pela produção em terra.

Assim, considerando os valores expostos na tabela 06 referentes ao período 2010/2014, afere-se que o PIB de ambos os municípios é bem superior a 10%. Teoricamente, a impressão que se tem com a elevação do PIB a cada ano, é que a população passaria a ter uma condição melhor de vida se houvesse o investimento em benefício da sociedade local. Para além disso, chegar-se-ia a falsa conclusão de que as economias municipais estariam em crescente desenvolvimento e em processo significativo de industrialização. Na prática, verifica-se que o PIB está sempre aumentando enquanto a população permanece cada vez mais pobre, pois a leitura dos dados oficializados pelo governo mostra que o PIB não tem considerado o nível de

desigualdade de renda social. Por isso, o uso desse indicador baseado na capacidade de produção de renda, não tem refletido em nada a realidade precária dos dois municípios.

Tabela 06: Pacatuba e Pirambu, Produto Interno Bruto (2010 – 2014)

| ANO | PACATUBA | PIRAMBU |
|------|-----------|-----------|
| 2010 | 13.054,76 | 6.429,40 |
| 2011 | 10.767,38 | 8.749,62 |
| 2012 | 10.120,28 | 8.498,94 |
| 2013 | 12.062,03 | 10.941,62 |
| 2014 | 13.785,47 | 10.502,01 |

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
Elaboração: Tássia Camargos, 2017

Como se vê, mesmo em condições de alta vulnerabilidade familiar, constatada nos municípios de Pacatuba e Pirambu, no período 2010/2014 observa-se que a média respectiva do PIB *per capita* atingiu valores aproximados bem consideráveis, tais como: R\$ 11.957,98 (onze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil e noventa e oito centavos) e R\$ 9.243,18 (nove milhões, duzentos e quarenta e três mil e dezoito centavos). Além disso, outros dados oficiais já divulgados, mostram que em 2015 o município de Pirambu tinha 94.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas, como Royalties, pois dos municípios da Região Petrolífera Sergipana no período 1999/2007, ele foi o que apresentou maior dependência desses recursos, incluindo também as participações especiais.

A noção de pobreza e desigualdade de renda mantém uma relação muito estreita. O primeiro indicador está relacionado a questão de a renda produzida ser incapaz de suprir o mínimo considerado indispensável para a sobrevivência digna de cada um dos cidadãos. Neste caso, obviamente, a renda per capita tem que ser baixa, o que não ocorre em nenhum dos dois municípios conforme já visto.

No segundo indicador, a desigualdade, o PIB é suficientemente elevado para garantir o mínimo necessário a todos os cidadãos, fazendo com que a pobreza seja um resultado da má distribuição de renda, concentrando os recursos nas mãos de poucos, como de fato vêm acontecendo nos municípios de Pacatuba e Pirambu. Neste aspecto, a comparação destes índices associando a outros fatores, pode oferecer um retrato mais fiel da realidade, que servirá como

parâmetro para que a Administração Pública Municipal escolha investir em pontos críticos dos problemas sociais.

Os indicadores de pobreza e desigualdade auferidos no ano de 2003, conforme expostos na tabela 07, são esclarecedores e confirmadores da má distribuição de renda nos referidos municípios, a qual se apresenta concentrada e desigual. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com a metade do salário mínimo vigente em 2003) apresenta-se extremamente elevada para os dois municípios, pois tanto em Pacatuba com 58,40, quanto em Pirambu com 59,53 esses índices atingem patamares máximos de 65,48 e 66,40 respectivamente. A situação se torna agravante quando se verifica a Incidência da pobreza subjetiva com índices bem superiores aos já apresentados para a pobreza de fato, pois 69,97 para Pacatuba e 68,97 para Pirambu, associado ao limite superior de 74,42 para ambos os municípios, demonstra claramente a situação negligenciável dos gestores com o compromisso social tão afirmadores em campanhas de convencimento político.

Tabela 07 – Pacatuba e Pirambu, Indicadores de Pobreza e Desigualdade (2003)

| Municípios | Incidência da pobreza | | | Incidência da pobreza subjetiva | | | Índice de Gini | | |
|------------|-----------------------|-----------------|-----------------|---------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | Índice | Limite Inferior | Limite superior | Índice | Limite Inferior | Limite superior | Índice | Limite Inferior | Limite superior |
| Pacatuba | 58,40 | 51,32 | 65,48 | 69,97 | 63,51 | 74,42 | 0,42 | 0,38 | 0,46 |
| Pirambu | 59,53 | 52,66 | 66,40 | 68,97 | 63,51 | 74,42 | 0,40 | 0,36 | 0,44 |

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. IBGE, Censo demográfico 2000

Elaboração: Tássia Camargos, 2017.

A desigualdade mostrou-se positiva na medida em que apresentou índices de Gini equivalentes a 0,42 para o município de Pacatuba e 0,40 para o município de Pirambu. Essa situação de desigualdade e concentração de renda encontra reforço quando se verifica os dependentes do rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio divulgados pelo IBGE com base no último censo em 2010. Só em Pacatuba, soma-se aproximadamente 60% da população que sobrevive com renda inferior a meio salário mínimo e, em Pirambu, quase na mesma cifra, totaliza-se 53,0%.

Discutindo essa questão em sua tese de doutoramento, Silva (2012) assim se expressa:

A despeito da forte concentração de renda e da riqueza que há no histórico brasileiro, é preciso que as realidades sejam demonstradas para as transformações ocorrerem. A análise das relações entre os royalties per capita dos municípios petrolíferos de Sergipe e os índices indicativos das condições sociais da população oferecem subsídios que alertam para que sejam repensadas as formas atuais de investimentos das rendas

petrolíferas. **A correlação dos royalties per capita e os IDH-M, O IPH-M e o IES demonstram a inversão de posição entre os municípios na correlação entre as variáveis analisadas (grifo nosso) (SILVA, 2012, P.221).**

A situação exposta por Silva (2012) demanda compromisso social e eficiência de gestão pública, sob pena de a população morrer à míngua pela extrema carência de não dispor das condições mínimas de sobrevivência. As políticas sociais urgem, enquanto os políticos (des)governam contra o próprio povo.

Apesar das fragilidades evidenciadas nos serviços de educação e saúde, bem como da concentração de renda nas últimas décadas, tem-se presenciado uma ligeira variação positiva do Índice de Desenvolvimento Humano nos dois municípios no intervalo 1991/2000/2010 (Tabela 08).

Tabela 08 –Pacatuba e Pirambu, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 1991/ 2000/ 2010

| ANO | PACATUBA | PIRAMBU |
|------|----------|---------|
| 1991 | 0,281 | 0,379 |
| 2000 | 0,368 | 0,460 |
| 2010 | 0,555 | 0,603 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Elaboração: Tássia Camargos, 2017

Se o IDH-M é indicativo de qualidade de vida, percebe-se que os valores apresentados pelos municípios ainda estão muito aquém do nível de satisfação desejada. A melhoria desse indicador em 2010 para Pacatuba (0,555) e Pirambu (0,603) não condiz com os resultados apresentados, no correr dos anos, pelos parâmetros educação, longevidade e renda. Ainda mais, quando se constata que a expectativa de vida da população tem sido baixa em razão das péssimas condições alimentares, falta de assistência médico-hospitalar e saneamento básico mínimo.

4 – O CONFLITO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS NA ESFERA JUDICIAL

4.1 – O IBGE e a geração do conflito

Para garantir a eficácia e a aplicação das regras estabelecidas em dispositivos legais, a União, através do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como objetivo “retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania”¹.

O IBGE oferece de forma pública e transparente, uma visão integral e atual do País, tendo como funções:

- a) a produção e análise de informações estatísticas;
- b) a coordenação e a consolidação das informações estatísticas;
- c) a produção e análise de informações geográficas;
- d) a coordenação e a consolidação das informações geográficas;
- e) a estruturação e a implantação de um sistema da informações ambientais;
- f) a documentação e a disseminação de informações e,
- g) a coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

De acordo com tais atribuições, no Brasil sempre coube ao IBGE a elaboração do censo populacional a cada dez anos, devendo esse órgão adotar a metodologia que melhor responda às expectativas na captação dos dados estatísticos naquele momento, a fim de que seja retratada de fato a realidade nacional. Assim, em 2000, por ocasião da realização do recenseamento, o referido Instituto para melhor facilitar a produção de informações demográficas, setorizou áreas, tendo para isso, confeccionado e publicado o Mapa Estatístico Municipal, documento que representa cartograficamente o espaço territorial brasileiro. Esta projeção se deu a partir de mapas específicos para cada unidade territorial do país, utilizando-se de ferramentas dotadas de tecnologias guiadas por satélite, a exemplo do GPS.

No âmbito estadual, alguns municípios tiveram seus limites redefinidos, gerando diversos conflitos territoriais em todo Brasil com desdobramentos, até o momento, que repercutem na socioeconomia de municípios, a exemplo de distorções na arrecadação de impostos e imprecisão nos cálculos de Fundo de Participação dos Municípios, entre outros. O

¹ Informação exposta na própria página do IBGE, na aba “Instituição”.

estado de Sergipe, não fugindo a regra, desde 2000 vem de modo específico, enfrentando o duelo conflituoso com os municípios de Pacatuba e Pirambu quando o IBGE a partir da elaboração do mapa estatístico municipal, adotando como parâmetro o acidente natural Morro do Robalo, alterou suas bases territoriais, reduzindo para menor as fronteiras do município de Pacatuba, com isso promovendo nova redefinição dos seus contornos.

Por este motivo, considerando que na esfera administrativa as possibilidades de restabelecimento da ordem legislativa restaram sem êxitos, em 11 de dezembro de 2003, o município de Pacatuba propôs uma **Ação Ordinária Retificatória cumulada com pedido de tutela de urgência** em face do IBGE, questionando os limites territoriais e marcos regulatórios, fundamentando seu pedido em legislações estaduais e em diversos documentos cartográficos produzidos pelo Estado de Sergipe e pelo próprio Instituto ao longo do tempo.

Acerca do exposto, o município de Pacatuba em petição inicial inclusa aos autos do processo de nº 0008501-70.2003.4.05.8500 em trâmite na 3ª Vara Federal de Aracaju, alegou que:

[...] o Acionado (IBGE), ao arrepio da legislação estadual incidente e desconsiderando todos os demais mapas da localidade até então por si firmados (1964, 1974 e outros), sem qualquer fundamentação, alterou de forma grosseira, para menor, as fronteiras do município de Pacatuba, promovendo nova e ilegítima redação para seus contornos. (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 08).

Além disso, de acordo com a legislação estadual de regência,

Observe-se que, desde sempre o marco limítrofe dos municípios discriminados tem início na foz do rio Brito, passando pela Lagoa Grande, até a foz do Riacho Santa Isabel, no oceano (Mapas do IBGE 1964; 1974 e outros). Como consequência da espúria alteração, defendida pelo Demandado (IBGE) através da esgrimada RESOLUÇÃO nº 05/2002, a mesma linha divisória tão somente tem início na foz do Brito, não mais passando pelos marcos previstos nas legislações estaduais supracitadas, quais sejam: **a Lagoa Grande e a foz do Riacho Santa Isabel, no oceano** (Mapa Estatístico Municipal/2000). (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 09).

Sentindo-se demasiadamente prejudicado, o município de Pacatuba em 2005, pleiteou em outro processo tombado sob o nº 0003057-85.2005.4.05.8500 em andamento na 3ª Vara Federal, uma indenização por danos materiais em desfavor do IBGE, considerando não somente as perdas econômicas sofridas decorrentes da subtração dos royalties, mas também pelos prejuízos referentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com a diminuição do seu território, além daqueles de ordem histórico-cultural e eleitoral. Esses argumentos, segundo o município irreparáveis, o levou, no ingresso da ação principal em 2003, requerer a

tutela de urgência alegando inexistir o perigo de irreversibilidade do provimento do julgado, mesmo por que no pedido formulado estavam presentes os requisitos necessários para a sua concessão, previstos no art. 273, incisos e parágrafos pertinentes do Código de Processo Civil. Assim, em sede de tutela requereu ao judiciário:

a) roga-se determinar ao IBGE que retifique os dados constantes do Mapa Estatístico Municipal/2000, por si confeccionado, precisamente quanto ao limite entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, fazendo-o retornar ao seu molde originário, determinado e patrulhado pela legislação estadual (*Lei Estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953; Lei Estadual nº 554 de 06 de fevereiro de 1954; Lei Estadual nº 1.234 de 26 de novembro de 1963 e Lei Estadual nº 1.256 de 08 de abril de 1964*) e pelos mapas anteriormente firmados pelo próprio IBGE e pelos confeccionados pelo Estado de Sergipe (*todos em anexo*), partindo-se o marco divisório da foz do Rio Brito, em linha reta, passando pela Lagoa Grande, até a foz do riacho Santa Izabel no oceano.

b) da concessão da tutela pleiteada, que o Demandado imediatamente informe a alteração exercida a todos os órgãos da administração pública federal e estadual que de seus dados se utilizem, em especial, à Secretaria do Tesouro da União, à Secretaria de Estado da Fazenda/SE e à Agência Nacional de Petróleo-ANP (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 10/11).

Preliminarmente, o pedido foi deferido pelo magistrado, sob o argumento de que a supressão de parte do território de Pacatuba ocasionou decréscimo populacional e, conseqüentemente diminuição dos recursos oriundos do Fundo de Participação Municipal (FPM) conforme se visualiza em decisão prolatada pelo Excelentíssimo Juiz titular da 3ª Vara Federal, Dr. Edmilson da Silva Pimenta *in verbis*,

Portanto, restam demonstrados o dano e o nexo de causalidade, na medida em que a redução dos recursos, recebidos a título de royalties e FPM pelo Município de Pacatuba, se deu por conta da delimitação equivocada do seu território registrada no Mapa Estatístico do IBGE do ano de 2000 (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 265).

Demais disso, com a citação o IBGE, em sede de contestação avistada nas folhas 70/80 dos autos, arguiu preliminarmente sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda processual, alegando que a finalidade do Mapa Municipal de 2000 é apenas estatística, não sendo capaz de alterar os limites territoriais dos municípios, por ser a fixação de limites territoriais de competência do Estado de Sergipe (Figuras 15 e 16).

Figura 14: Pacatuba - Mapa Municipal Estatístico, 2000.

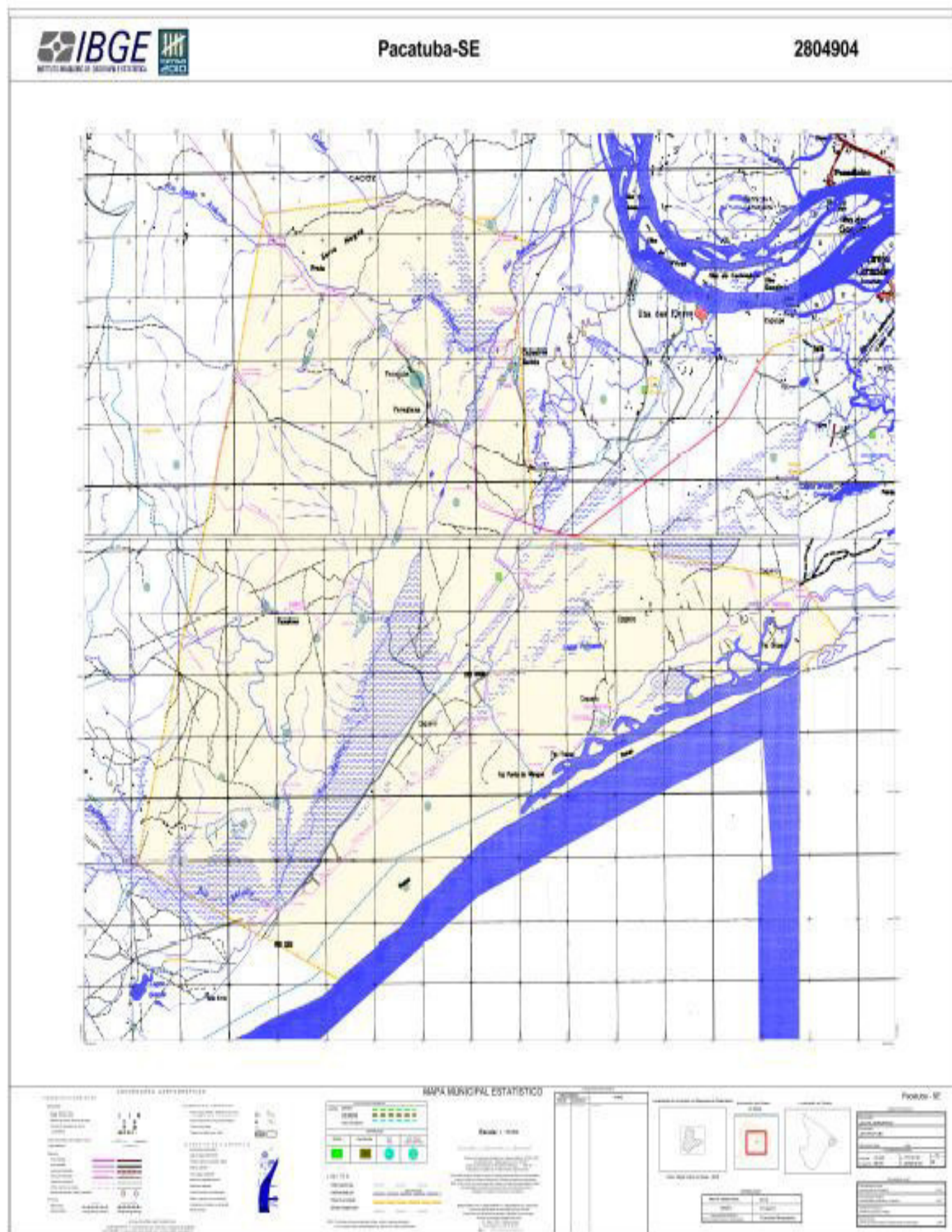
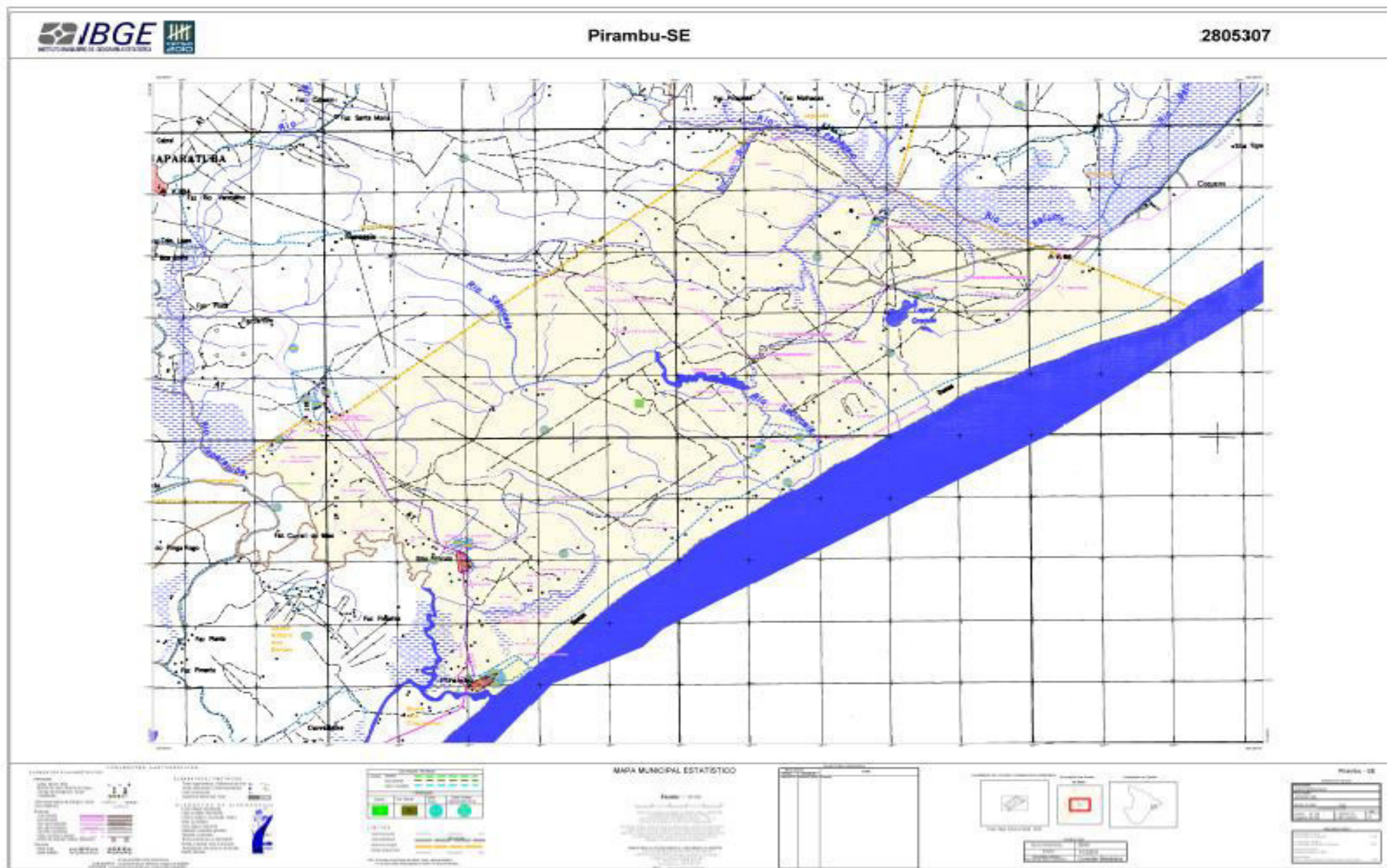


Figura 15: Pirambu - Mapa Municipal Estatístico, 2000.



Além de outras preliminares levantadas, o IBGE também suscitou a nulidade do processo por ausência de litisconsortes passivos necessários, sendo eles o Estado de Sergipe investido de competência para a definição dos limites entre os municípios litigantes e o Município de Pirambu que alterou seu próprio limite territorial. Tais partes foram citadas na demanda, mas apenas o Município de Pirambu manifestou-se, alegando interesse e refutando os argumentos apresentados por Pacatuba (fls. 200/2012).

No que tange ao interesse de agir, o município de Pacatuba, ao se pronunciar em réplica à Contestação apresentada pelo IBGE argumentou que:

[...] as informações impugnadas, constantes do banco de dados do IBGE, são utilizadas pelos demais entes federativos quando da repartição de suas receitas financeiras e tributárias, especialmente no que respeita ao Fundo de Participação do Municípios. Acrescentou que, por expressa disposição legal, a compensação financeira advinda da exploração do petróleo, atualmente administrada pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, segue orientação do IBGE quanto à localização geográfica dos poços e estações coletoras pertencentes a PETROBRAS, o que evidencia o caráter não só estatístico das informações prestadas pelo requerido, que têm, também, repercussão de caráter financeiro, na hipótese aventada nos autos. (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 962).

Como se percebe, o litígio parece girar em torno de uma única questão: os royalties advindos da Estação Coletora do Robalo, como a seguir se constata:

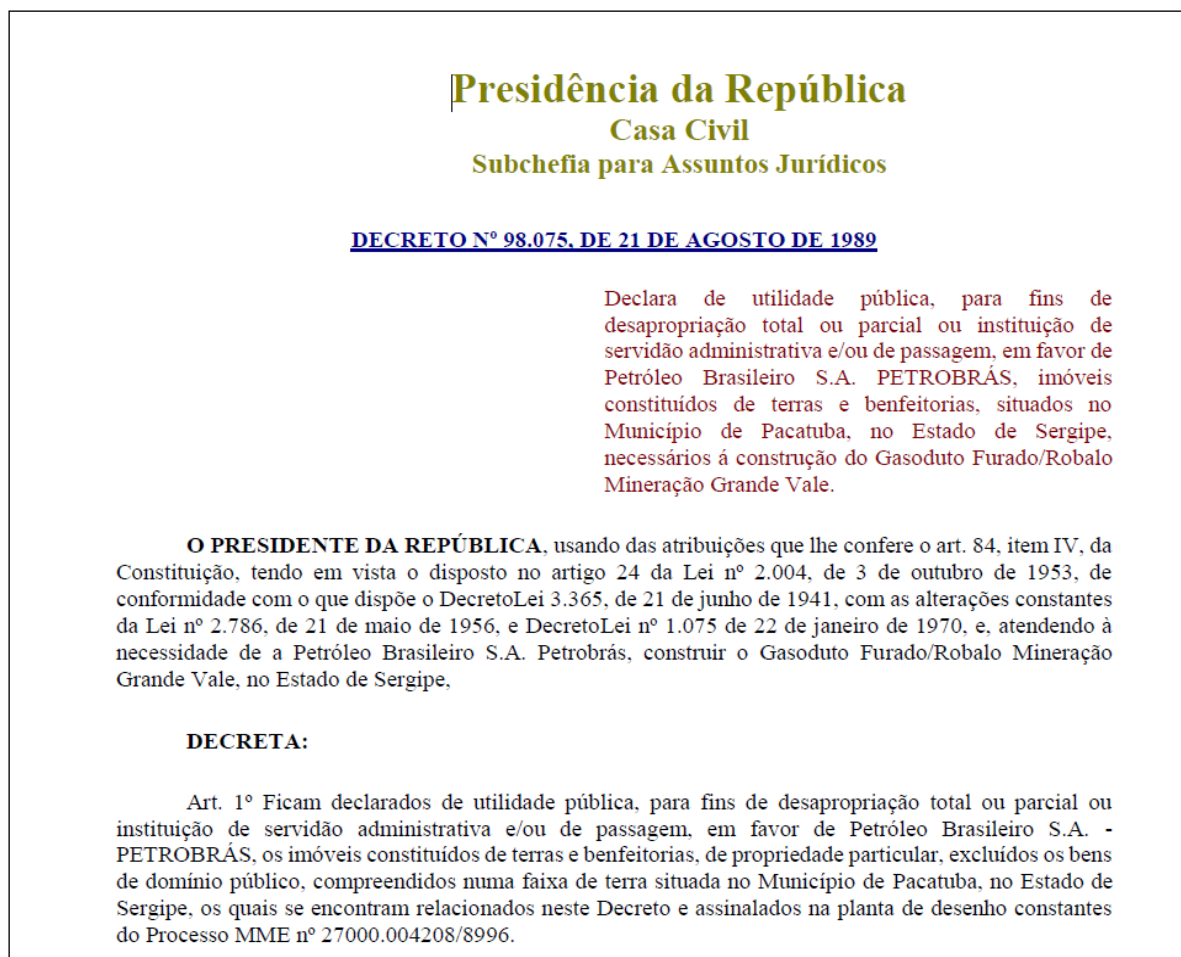
(...) todo o litígio diz respeito à maliciosa e ilegal manipulação de dados na base cartográfica do Município de Pacatuba (mapa estatístico), realizada por parte de determinado preposto do IBGE, modificando sua área poligonal, ‘alterando’, conseqüentemente, o limite entre os Municípios de Pacatuba e Pirambu, transferindo a este último, exclusivamente, área cartográfica na qual se encontra cravada a Estação Coletora de Embarque e Desembarque ‘Robalo’, promotora de royalties (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 265).

Diante de toda essa polêmica sobre a localização da Estação do Robalo, vale ressaltar que, em 21 de Agosto 1989, ao fazer a desapropriação dos imóveis para construção do Gasoduto Furado/Robalo Mineração Grande Vale, o então Presidente José Sarney, por meio do Decreto de nº 98.075/89, indiretamente declarou com exatidão a área que seria de localização da Estação, situando-a no município de Pacatuba como se nota na figura 17.

Ou seja, a faixa fronteira entre os dois municípios e a conseqüente localização da Estação não eram imprecisos, já que ensejaram a promulgação de um Decreto Federal. Deste modo, a suposição de que houve “maliciosa e ilegal manipulação de dados na base cartográfica do Município de Pacatuba, realizada por parte de determinado preposto do IBGE”, poderá ou

não ter alguma consistência teórica, mas somente o judiciário que dispõe de todos os elementos probatórios para julgamento da lide é quem melhor dirá sobre essa questão.

Figura 16: Decreto de nº 98.075/1989



Fonte: Site do Planalto

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98075.htm>.

Ademais, Pirambu, em defesa de seus interesses, apoiou o que fora alegado pelo IBGE e argumentou que seria impossível a fixação dos limites entre os municípios tomando-se como base a legislação estadual citada por Pacatuba, devido às várias inconsistências e imprecisões que os mapas antigos apresentam. Conforme tais alegações, a Estação Coletora do Robalo estaria posicionada dentro do município de Pirambu.

Assim, se, supostamente, houve erro na elaboração do Mapa Municipal Estatístico de 2000, Pacatuba terá diversos prejuízos, sobretudo em relação aos Royalties distribuídos pela PETROBRAS em virtude da Estação do Robalo.

Cumprir frisar que, até a presente data, o valor dos royalties provenientes da compensação financeira oriunda da exploração do petróleo depositados em juízo é de R\$ 113.447.666,02 (cento e treze milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e dois centavos), deste valor, R\$ 49.903.829,21 (quarenta e nove milhões, novecentos e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos) encontram-se depositados na Caixa Econômica Federal (agência 0654, conta nº 14.423-9) referentes aos meses de produção de fevereiro de 2007 a abril de 2010, a título de royalties provenientes de instalações, parcelas de 5% e acima de 5%, antes depositados no Banco do Brasil. Em outra conta da Caixa Econômica Federal, agência 0654, conta 2134-0 têm-se depositado a quantia de R\$ 39.873.318,27 (trinta e nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e dezoito reais e vinte e sete centavos) referentes aos meses de produção de maio de 2010 a maio de 2012.

Em razão de Pirambu ter sido beneficiário dos royalties da instalação de embarque e desembarque da Estação Coletora de Tartaruga em junho de 2012, o primeiro mês de distribuição ocorreu em 22 de agosto de 2012, por isso outra conta judicial foi aberta na Caixa Econômica Federal vinculada ao processo nº 2003.85.00.00.8501-1 (conta judicial nº 0654.005.22220-5) a fim de que fossem depositados os valores referentes à parcela de 5%, a partir da distribuição dos royalties do mês de crédito de agosto de 2012, totalizando, no momento, o depósito no valor de R\$ 23.670.518,54 (vinte e três milhões, seiscentos e setenta mil, quinhentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos).

Por todo o exposto, evidencia-se o nexo de causalidade entre a elaboração do Mapa Municipal Estatístico de 2000, produzido pelo IBGE, e a supressão de receita que o município de Pacatuba vem sofrendo em razão da alteração de seus limites.

4.2 – As Perícias Judiciais e os assistentes técnicos dos municípios

Tratando-se de uma questão de interesse público e por envolver riscos capazes de gerar danos ao Erário e à população envolvida, a condução deste processo demanda provas inequívocas, para formação de um conjunto probatório consistente.

Em razão disso, a prova pericial é utilizada para explicar fatos complexos, por isso exigindo do profissional conhecimentos específicos. Para Luiz Rodrigues Wambier (2000, p.

527) a perícia é “o meio de prova destinado a esclarecer o juiz sobre circunstâncias relativas aos fatos conflituosos, que envolvem conhecimentos técnicos ou científicos”.

Já para o ilustre doutrinador de Processo Civil, Cândido Rangel Dinamarco (2003, p. 585), “o nome perícia é uma alusão à qualificação e aptidão do sujeito a quem tais exames são confiados, ou seja, os peritos ou experts”.

No caso em exame, nota-se que pela complexidade multifacetada da questão, houve a pedido das partes a necessidade de requerer a realização de perícia técnica, conforme se verifica nos autos fls. 644 e 653 (município de Pacatuba), fls. 647 (IBGE), fls. 655 (município de Pirambu) e fls. 658 a União Federal através do Ministério Público que reforçou também a importância para o deslinde da questão.

Face aos requerimentos encaminhados, vê-se que nas fls. 663 houve deferimento pelo magistrado da realização de perícia técnica, bem como na fl. 689 da nomeação do perito do juízo a fim de dirimir o ponto controvertido sobre a existência e a localização da foz do riacho Santa Isabel no Oceano Atlântico, marco fundamental para identificação dos limites territoriais entre os municípios de Pirambu e Pacatuba.

Diante disso, os municípios de Pacatuba (fls.697) e Pirambu (fls. 714/722) indicaram ao juízo seus assistentes técnicos e apresentaram quesitos enumerados a seguir. Não apresentando questões, neste momento, o Ministério Público Federal e IBGE que também deixou de indicar seu assistente técnico.

QUESITOS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA

1 Inicialmente, queira o Sr. Perito esclarecer qual a base cartográfica utilizada pelo IBGE como referência para estabelecer os marcos legais indicativos dos limites entre os municípios?

2 Queira o Sr. Perito informar qual a base cartográfica utilizada pelos órgãos públicos gestores de recursos hídricos levados em conta para definir a hidrologia nacional?

3 Queira o Sr. Perito informar quais as Leis de criação dos municípios de Pacatuba e Pirambu.

4 Queira o Sr. Perito informar qual a lei que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado de Sergipe (limites municipais).

5 Queira o Sr. Perito informar quais os marcos legais fixados pela legislação para definição dos limites entre os municípios de Pacatuba e de Pirambu.

6 No contexto da informação prestada no quesito anterior, queira o Sr. Perito esclarecer quais as coordenadas geográficas dos marcos referenciados como “FOZ DO RIO BRITO” e “FOZ DO RIACHO SANTA ISABEL”.

7 Queira o Sr. Perito, levando em consideração as coordenadas geográficas obtidas (quesito anterior), traçar a representação gráfica do limite entre os municípios de Pacatuba e Pirambu.

8 Com base na representação do quesito anterior, queira o Sr. Perito esclarecer se o limite entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, indicados pelo IBGE e materializados no MAPA ESTATÍSTICO MUNICIPAL 2000 encontram-se corretas.

9 Queira o Sr. Perito informar quais as coordenadas geográficas da ESTAÇÃO COLETORA DE ROBALO – PETROBRAS.

10 Levando-se em consideração as respostas aos quesitos anteriores, queira o Sr. Perito esclarecer em qual município – Pacatuba ou Pirambu – encontra-se situada a ESTAÇÃO COLETORA DE ROBALO – PETROBRAS.

QUESITOS DO MUNICÍPIO DE PIRAMBU

1 Qual o grau de confiabilidade cartográfica dos mapas colacionadas às fls. 55/146 do volume I, dos autos?

2 Os mapas objeto do quesito anterior apresentam discrepâncias? Se positiva a resposta indica-las.

3 Quais os marcos definidos legalmente como divisores dos municípios de Pirambu e Pacatuba?

4 Qual a exata localização do marco denominado “Foz do Riacho Santa Isabel? Indiquem-se suas coordenadas geográficas.

5 Qual a exata localização da Estação Coletora do robalo (Petrobras) Indiquem-se suas coordenadas geográficas.

6 Com base nas informações colhidas, seja confeccionando mapa indicando os exatos Limites entre os municípios de Pirambu e Pacatuba, descriminando-se os marcos divisórios, com a demonstração do local onde está situada a Estação Coletora do Robalo (Petrobras), esclarecendo-se em qual municipalidade está localizada a aludida Estação.

Em 2007, tem-se registro de realização da primeira perícia, cujo laudo técnico foi elaborado pelo Engenheiro Cartógrafo *Idalton Antônio Martins* que, além de responder aos quesitos formulados e prestar esclarecimentos as partes, chegou à seguinte conclusão:

Inequivocamente a divisa entre os municípios de Pirambu e Pacatuba é: a partir da FOZ DO RIO BRITO, com coordenadas plano retangulares aproximadas N = 8.827.900 m, E = 746.250 m, daí por linha imaginária até a FOZ DO RIACHO SANTA ISABEL, NO OCEANO ATLÂNTICO, com coordenadas plano retangulares aproximadas N = 8.820.811 m, E = 747.211 m.

Por conseguinte, conclui-se que o Mapa Municipal de Pacatuba 2000, elaborado pelo IBGE, contém erro técnico na localização da linha divisória entre os Municípios de Pirambu e Pacatuba, em especial na indicação da foz do Riacho Santa Isabel (MARTINS, 2007, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 780).

Em quesitos, respectivos, elaborados pelos municípios de Pacatuba e Pirambu, obteve-se as seguintes respostas:

Levando-se em consideração as respostas aos quesitos anteriores, queira o Sr. Perito esclarecer em qual município – Pacatuba ou Pirambu – encontra-se situada a ESTAÇÃO COLETORA DO ROBALO – PETROBRAS?

Resposta: Município de Pacatuba (Grifo nosso).

(MARTINS, 2007, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 783).

Com base nas informações colhidas, seja confeccionado mapa indicando os exatos limites entre os municípios de Pirambu e Pacatuba, discriminando-se os marcos divisórios, com a demonstração do local onde está situada a Estação Coletora do Robalo (PETROBRAS), esclarecendo-se em qual municipalidade está localizada a aludida Estação.

Resposta do município de Pirambu a seguir no mapa (Grifo nosso).

Com base nas informações colhidas e visando responder ao município de Pirambu, este primeiro Perito recortou um trecho da Carta topográfica de Japarutuba, Folha SC.24-Z-B-V-MI-1973, editada pela SUDENE em 1974 e reimpressa em 2000 para discriminar os marcos divisórios e demonstrar o local onde está situada a Estação de Robalo, como se observa adiante (Figura 18).

Impende esclarecer que, sobre o laudo pericial se manifestaram o IBGE (fls. 801/802), o município de Pacatuba (fls. 820) e o município de Pirambu (fls.822/832) que resolveu impugná-lo sob alegação de que “ele não corresponde à realidade, por que parte de premissas falsas e coloca marcos divisórios não previstos em lei” e, por isso requereu a realização de nova perícia, com fundamento no art. 473 do CPC.

Deve-se frisar que, mesmo dotados de maior expertise em relação ao tema, os laudos técnicos emitidos pelos peritos não vinculam o magistrado², que poderá requerer nova perícia ou novos esclarecimentos. E deste modo foi feito, considerando o requerimento do Ministério Público Federal e o pedido do município de Pirambu sobre a possibilidade de realização de nova perícia técnica, com respaldado no artigo 480 do Novo CPC/2015³ *in verbis*:

Art. 480. O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida (grifo nosso).

§ 1º A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.

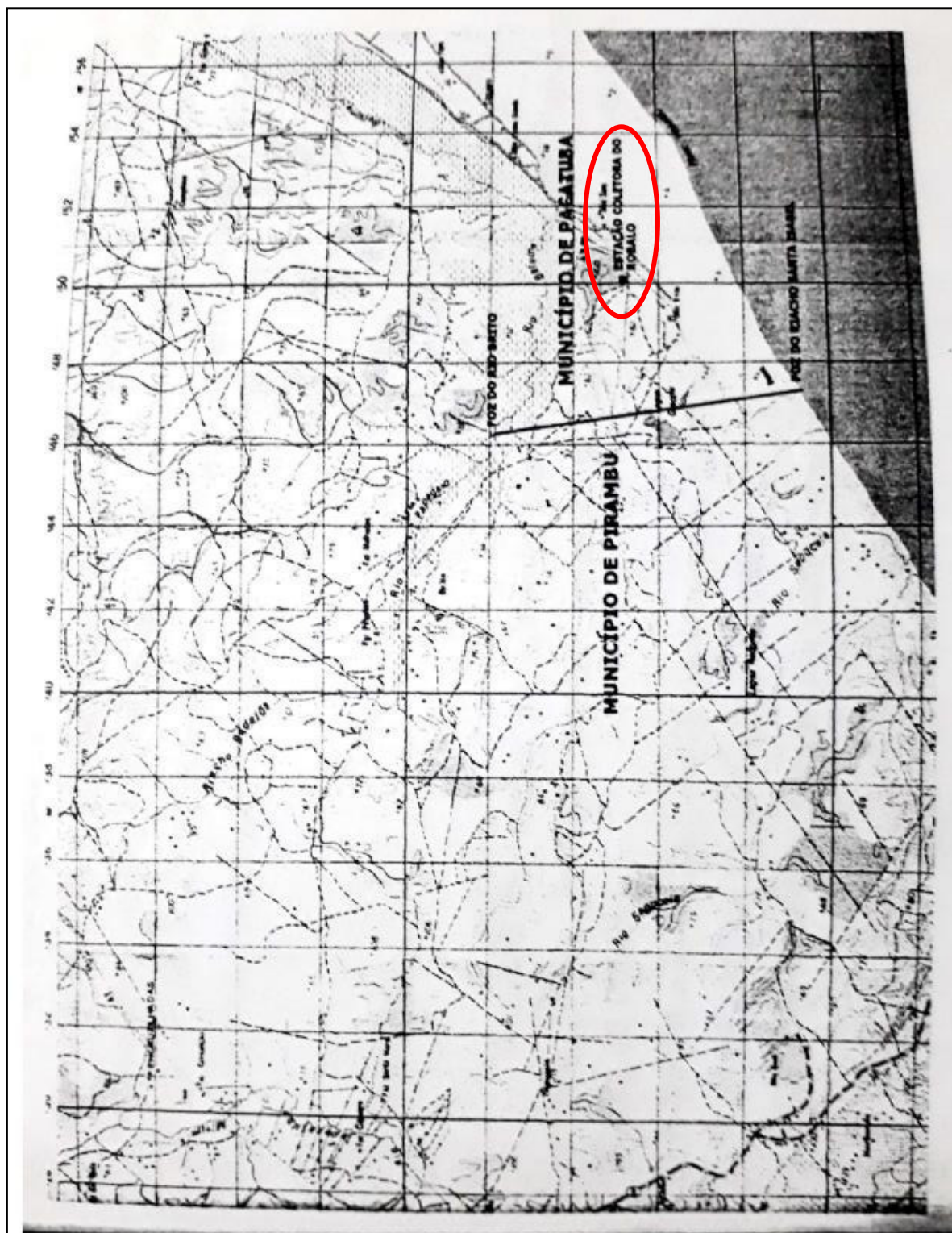
² Art. 437 do CPC/1973 e art. 480 do Novo CPC/2015.

³ Art. 437, 438 e 439 do CPC/1973 e art. 480 do Novo CPC/2015.

§ 2o A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.

§ 3o A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra.

Figura 17: Limites fronteiriços entre os municípios de Pirambu e Pacatuba, 2007.



Fonte: Processo de nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – em trâmite na 3ª Vara Federal de Aracaju/SE, p. 784.

Diante da possibilidade ventilada pela realização de nova perícia técnica, com profissional habilitado da Geografia e Cartografia, o juiz responsável pela condução do processo, em decisão interlocutória, esclareceu que:

Este juízo não possui credenciamento de profissionais dessas áreas, razão por que determino que **se oficie ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe**, solicitando seus valiosos préstimos no sentido de que indique, em quinze dias, nome de profissionais aptos à realização de perícia nas áreas acima relacionadas, inclusive, pelo menos nome de dois habilitados para cada especialidade. (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 2623).

Como se percebe, a situação exposta levou o magistrado em abril de 2013, a solicitar a colaboração da Universidade Federal de Sergipe, através do Departamento de Geografia (Campus de São Cristóvão) a fim de que pudesse indicar profissional habilitado na especialidade requerida para realização de nova perícia técnica. Assim, com a indicação do Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo pelo Departamento de origem e liberação pelo Magnífico Reitor, o juiz procedeu a nomeação, em virtude de seu amplo conhecimento na Geomorfologia e Cartografia, formação no assunto e pela peculiaridade do tema.

Deferida a realização de nova perícia para identificação e localização do ponto controvertido da demanda conforme fora apresentado, as partes e interessados foram intimados para apresentarem quesitos (Art. 465 do CPC/2015⁴). Neste caso, apresentaram quesitos: o Ministério Público Federal (fls. 2.889/2.890), o município de Pirambu (fls. 3.029/3.031), o IBGE (fls. 3.335) e o município de Pacatuba, como segue, nessa ordem:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

1 Quais são os marcos definidos legalmente como divisores dos municípios de Pirambu e Pacatuba? Quais as leis de criação dos municípios de Pacatuba e Pirambu e qual a lei que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado de Sergipe?

2 Qual a localização exata da Estação Coletora de Robalo? Indicar as coordenadas geográficas.

3 Qual a localização exata da Estação Coletora Tartaruga? Indicar, da mesma forma, as coordenadas geográficas.

4 Qual a localização exata dos marcos denominados “Foz do rio Brito” e “Foz do riacho Santa Izabel”? Indicar ainda as coordenadas geográficas.

5 Com base nas informações colhidas, seja confeccionado mapa indicando os exatos limites entre os municípios litigantes, com a discriminação dos marcos divisórios e a demonstração do local onde estão situadas a Estação Coletora de Robalo, bem como a Estação Coletora Tartaruga, esclarecendo em quais municipalidades estão localizadas as aludidas estações.

⁴ Art. 421 do CPC/1973.

6 Declinar os critérios técnicos e objetivos pelos quais se fixou os limites divisórios entre os referidos municípios, indicando a base cartográfica utilizada pelo IBGE, como referência para estabelece-los.

7 Indicar a base cartográfica utilizada pelos órgãos públicos gestores de recursos hídricos para definição e caracterização do sistema hídrico nacional.

8 É possível haver alteração natural ou humana na configuração desse sistema hídrico ao longo do tempo, entre o momento de fixação legal dos limites dos municípios e a data atual?

MUNICÍPIO DE PIRAMBU

1 Existe algum curso d'água que, partindo da Lagoa Grande (situada ao lado do Povoado de Santa Isabel), segue em linha reta, perpendicular ao mar, até o Oceano Atlântico, onde deságua?

2 Tendo em vista o relevo da região onde supostamente existiria, segundo Pacatuba, a foz do Riacho Santa Isabel no mar (abrangente da faixa litorânea que se inicia em ponto, no oceano, aproximadamente perpendicular à atual Lagoa Grande, indo até a divisa dos municípios fixada pelo IBGE), eventuais cursos d'água que surjam na Lagoa Grande, inclusive aqueles existentes apenas durante o período de chuvas, correrão em direção ao interior do continente, indo desaguar no rio Betume, ou seguirão em linha perpendicular até o Oceano Atlântico?

3 Além das fozes dos cursos d'água chamados de Aningas e Lagoa Redonda e Roncador, há entre a sede do município de Pirambu e a sua atual divisa com o município de Pacatuba, algum outro curso d'água que possui foz permanente no Oceano Atlântico?

4 Caminhando-se pelo litoral no sentido Pirambu-Pacatuba, o último curso d'água indicado no mapa em anexo, cuja foz se dá no Oceano Atlântico, antes da atual divisa, chama-se Roncador, e se encontra fora da área aqui litigiosa. Pois bem, após a foz do riacho Roncador, ainda no sentido Pirambu-Pacatuba, e até a atual divisa entre os dois municípios, o relevo da região permite a existência de cursos d'água que, vindos do interior, deságuam no mar? Ou, ao contrário, a existência de dunas e elevações constantes faz com que, nessa faixa de litoral, que compreende justamente a área aqui controvertida, os eventuais riachos que nasçam no interior corram em sentido contrário ou paralelo ao Oceano Atlântico, indo desaguar em afluentes do rio São Francisco?

5 Existe a foz identificada no laudo pericial de fls. 761/785? É certo ou possível que tal foz não é a do riacho Santa Isabel? O curso d'água correspondente a tal foz nasce na Lagoa Grande? Tal foz e respectivo curso d'água são perenes ou intermitentes, fixos ou móveis?

A partir do mapa em anexo, caso aceita a conclusão da perícia anteriormente procedida, os povoados de Santa Isabel e Alagamar passariam a pertencer ao município de Pacatuba. Nesse contexto:

6 Queira o Sr. Perito confirmar se, com a linha divisória traçada pelo perito anterior às fls. 778 dos autos, os povoados de Santa Isabel e Alagamar realmente passariam a ser considerado como pertencentes ao município de Pacatuba;

7 Queira o Sr. Perito, a partir de levantamento histórico-geográficos (inclusive com a realização de entrevistas junto à população local), identificar se a população desses dois povoados tinha notícia, antes de 2003, de que eles poderiam ser cidadãos de Pacatuba? Em outras palavras: a prova histórico-geográfica, assim produzida, revela que a população local sempre teve a convicção, antes de 2003, de que residiam no município de Pirambu?

8 Ainda no âmbito da prova histórico-geográfica, queira o senhor perito informar, com base em pesquisas junto à população local, desde quando o município de Pirambu presta serviços de educação e saúde naquelas localidades, e desde quando os seus residentes são alistados na Justiça Eleitoral como eleitores de Pirambu?

9 Considerados os conhecimentos do ilustre perito acerca das técnicas de elaboração de mapas, é possível afirmar, à luz das técnicas utilizadas por esta ciência, principalmente na primeira metade do século XX, que é consistente a hipótese tecida pelo IBGE em seus laudos, de que teria sido usado, nos mapas citados na perícia anterior (mapa entre as fls. 770 e 778), marcos naturais inexistentes ou com localização inexata? Por quê?

10 Queira o Sr. Perito, ainda a partir dos seus conhecimentos, informar se o método utilizado pelo perito anterior, no laudo de fls. 761-785, baseado na sobreposição de cartas produzidas entre 1938 e 1983, é cientificamente seguro e tecnicamente correto. Porque?

QUESITOS SUPLEMENTARES DO MUNICÍPIO DE PIRAMBU

1 Queira o Sr. Perito descrever se no Doc. 05, ora anexado as fls. 04 de dito documento, que é o mapa do Estado de Sergipe realizado pelo IBGE, os limites e confrontações ali representados no tocante aos municípios de Japaratuba, Japoatã e Pacatuba estão de acordo com a Lei de criação de ditos municípios, Doc. 01 aqui anexado, em seus incisos XXVI, XXVII E XL.

2 Queira o Sr. Perito informar se quando da criação do município de Campinas de Pacatuba, o mesmo, nas delimitações legais de sua criação, mormente não expressamente consignado a confrontação com o município de Pirambu, uma vez conjugando-se a área topográfica deste, nos termos da Lei nº 1.234 de 26/11/1963 ora anexada Doc. 02 verifica-se em confronto com os municípios de Japaratuba, Japoatã e Pacatuba, que a área de delimitação do município de Campinas de Pacatuba, abrange os 04 (quatro) municípios acima envolvidos.

3 Queira o Sr. Perito informar se face a não implantação do município de Campinas de Pacatuba, a área aqui objeto de litígio, em questão, continuou no município de Pacatuba, até mesmo por intransmissibilidade, ou foi incorporada ao município de Pacatuba, mormente a vedação legal *ex vi* do art. 9º do Decreto-Lei 311 de 02/03/1938 cujo artigo 9º estabelece:

...

Art. 9º Em nenhuma hipótese se considerarão incorporados, ou a Qualquer título subordinados a uma circunscrição, território compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas.

...

4 Queira o Sr. Perito informar se caso tivesse sido implantado o município de Campinas de Pacatuba, a área aqui objeto de litígio estaria “encravada” em dito município, por desmembramento da área de qual município?

5 Queira o Sr. Perito informar se os mapas aqui anexados, referentes aos municípios de Japaratuba, Pirambu, Japoatã e Pacatuba, Docs. 07, 08, 09 e 10, territorialmente “fecham” o polígono encontrado pelo IBGE em 1960, as fls. 04 do Doc. 05, referente a ditas áreas considerando-se não ter havido ainda em 1960 a divisão do município de Japaratuba.

6 Queira o Sr. Perito informar se quando da criação do município de Pacatuba, nos termos da Lei 554 de 06/02/1954, ora anexada, Doc. 01, houve alguma alteração de marco do município de Japoatã que lhe deu origem ou foi somente uma secção de parte do território de dito município (Japoatã)?

7 Queira o Sr. Perito informar se quando da criação do município de Pacatuba, nos termos da Lei 554 de 06/02/1954, ora anexada, Doc. 01, o povoado chamado maracujá está ou não “encravado” na área do município de Pacatuba?

8 Queira o Sr. Perito informar se quando da criação do município de Pirambu, nos termos da Lei 1.234 de 26/11/1963, ora anexada, Doc. 02 houve alguma alteração de marco do município de Japarutuba que lhe deu origem ou foi somente uma secção de parte do território de dito município (Japarutuba)?

9 Queira o Sr. Perito informar se quando da criação do município de Pirambu, nos termos da Lei 1.234 de 26/11/1963, ora anexada, Doc. 02, o local denominado “Lagoa Grande” ficou encravado na área constante em dito município?

10 Queira o Sr. Perito informar se o local denominado “Lagoa Grande” do Doc. 02, sempre pertenceu, encontrou-se encravado no município de Japarutuba ou em algum momento pertenceu ao município de Japoatã?

11 Queira o Sr. Perito informar se “traçando-se” os rumos do município de Campinas de Pacatuba, nos termos da Lei 1.256 de 08/04/1964, ora anexada, Doc. 03, necessariamente, iniciaria no povoado Maracujá, encravado no município de Pacatuba e terminaria na Lagoa Grande, encravada no município de Pirambu em direção ao oceano?

12 Queira o Sr. Perito informar se quando da criação do município de Japarutuba, Japoatã e Pacatuba, estes, nos termos do Doc. 04, Decreto-Lei 311 de 02/03/1938 artigo 13 que dispõe:

Art. 13. Dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei, ou da respectiva instalação, se ulterior, os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território. Onde então os mapas depositados por ditos municípios, correspondem ao reprisado, confeccionado pelo IBGE em 1960, nas fls. 04 do Doc. 05 em anexo?

13 Queira o Sr. Perito responder que em caso negativo da pergunta nº 12 anterior, qual mapa foi então apresentado pela Edilidade o município de Pacatuba, contrapondo-se ao então confeccionado pelo IBGE?

14 Queira o Sr. Perito responder, em caso positivo, da pergunta elaborada de nº 12, se resta frustrada a presente perícia, face aquiescência, anuência do próprio município de Pacatuba, quanto ao mapa genérico consolidador de todo Estado de Sergipe em 1960, cujas sucessivas reproduções cartográficas baseiam-se nos moldes ali delineados.

15 Queira o Sr. Perito responder se os mapas dos municípios de Japarutuba, Pirambu, Japoatã e Pacatuba, confeccionados pelo IBGE em 2011, ora anexos Docs. 07, 08, 09 e 10, representam juntos, cartorialmente, geograficamente a mesma delimitação do mapa as fls. 04 do Doc. 05 confeccionado pelo IBGE em 1960.

16 Queira o Sr. Perito prestar quaisquer outros esclarecimentos que entender necessários ao julgamento da lide.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1 Com a realização da perícia *in loco* foi encontrada a “*foz do riacho Santa Izabel*”?

2 Requer-se que o Douto Perito teça algumas considerações técnicas acerca da melhoria da Cartografia, como ciência, e seus aprimoramentos, quanto aos meios fixadores da realidade geográfica em épocas distintas, como nos anos de 1964 e de 2000, e a influência desta evolução na moldura e definição dos limites territoriais, como no caso dos autos.

3 Levando-se em apreço os fins de censo populacional para o que se presta a Fundação IBGE, pode o Sr. Perito comentar se o censo 2000, quanto aos municípios de Pirambu e Pacatuba, não retratou a realidade estatística do momento, considerando os documentos que compõem o processo.

MUNICÍPIO DE PACATUBA

1 Queira o Sr. Perito responder se há erros na elaboração e resultado no Laudo Pericial de fls. 761/785 e, em caso afirmativo, discriminá-lo.

2 Queira o Sr. Perito responder se há equívocos no Laudo Técnico elaborado pelo perito do Departamento de Polícia Federal de fls. 2.868/2.870, especificamente quanto a assertiva de existência da Foz do riacho Santa Isabel nas coordenadas geográficas UTM N=8.820,811 m e E= 7.472,11 m.

Avista-se dos autos as fls. 3.647/3.701, o Laudo Pericial apresentado ao juízo pelo Sr. Perito na data de 06 de março de 2015, contendo informações valiosas de caráter geográfico/geomorfológica e cartográfica imprescindíveis para compreensão da questão litigiosa. Os quesitos formulados pelas partes e Ministério Público foram devidamente respondidos e muito bem fundamentados cientificamente, de sorte que, o ponto controvertido da demanda acha-se plenamente esclarecido, não pairando dúvidas sobre a existência do riacho Santa Isabel na localidade, bem como a consequente mudança de um trecho do seu leito no direcionamento da foz (Figura 19). Pois respondendo ao quesito nº 01 formulado pelo IBGE, assim se manifestou:

Sim. Não no Oceano Atlântico como representam cartograficamente os mapas mais antigos, sobretudo os de 1938, 1940 e alguns outros. O referido riacho nasce no bordo dos tabuleiros e caracteriza-se por ser de regime perene, estando seu alto curso nas proximidades da Lagoa Santa Isabel. Após percorrer os tabuleiros exercendo o seu trabalho (erosão, transporte e deposição) divaga na Planície Costeira escoando suas águas para a Lagoa do Aterro que recebe essa denominação pelo gradual processo de colmatagem a que vem se submetendo ao longo de sua evolução geomorfológica.

Ao adentrar na planície interposta nos Terraços marinhos pleistocênicos, os riacho exibe tipologia meândrica denunciando o ajustamento entre as variáveis hidrológicas, inclusive a carga detrítica e a litologia por onde corre seu curso. Apresenta leito estreito como um filete, porém definido, reduzindo a profundidade a poucos centímetros, ao ponto de em períodos de intensa precipitação extravasar parte de suas águas tornando o ambiente embrejado com difusão da drenagem em determinados trechos do seu curso, mas sem perder o sentido do fluxo (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Figura 18: Fotos Perícia - A) Nascente do riacho Santa Isabel, B) trecho do riacho sobre os terraços pleistocênicos de baixo gradiente de inclinação, C) trecho do riacho divagando sobre a planície e seguindo o lineamento das dunas e D) curso inferior exibindo trecho de desembocadura.



Créditos: Hélio Mário de Araújo e Givaldo dos Santos Bezerra, 2014.

Ainda esclarecendo sobre a mudança da foz do referido riacho, em resposta ao quesito de nº 04 formulado pelo município de Pirambu, extrai-se que:

Imperioso é observar que, a litologia e as estruturas de subsuperfície revelam-se como importantes condicionantes das morfologias e da rede de drenagem (...).

No caso particular do riacho Santa Isabel, que nasce no bordo dos tabuleiros próximo a lagoa de mesma denominação, nota-se que o seu curso inferior experimentou uma mudança de direção associada, principalmente, à dinâmica dos processos costeiros que contribuíram para a deposição de sedimentos arenosos formando um cordão dunar em cujo avanço proeminente a sotavento de um de seus segmentos, acabou por interceptar o trajeto original desse riacho que parecia seguir, no passado, o sentido contrário do atual, desaguando diretamente no oceano. Assim, partindo da nascente até o contato com a parte basal das dunas ele drena no sentido oeste-leste e, em seguida inflete para o nordeste, indo despejar suas águas na Lagoa do Aterro que aos poucos vem sendo colmatada pelos sedimentos arenosos transportados pela ação do vento, entre outros sedimentos carreados pela ação interativa dos processos exógenos (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Por outro lado, o Sr. Perito respondendo ao quesito de nº 05 formulado pelo município de Pirambu, nega a existência da foz, atualmente, no oceano, identificada pelo primeiro perito como sendo a do riacho Santa Isabel, e pelo viés geomorfológico sabiamente explica:

Não, uma vez que a foz identificada pelo perito anterior em seu laudo pericial, não guarda nenhuma relação com a foz do riacho Santa Isabel, por ser, nos dias atuais, inexistente neste ambiente praial confinando, como em tempos pretéritos com o oceano, muito bem atestado pela Cartografia histórica estadual. O curso d'água referenciado não tem sua cabeceira na Lagoa Grande, mesmo porque de lá não emanam rios e/ou riachos que drenem os tabuleiros e a planície costeira. Neste sentido, o curso d'água equivocado pelo perito com sua respectiva foz, refere-se a um pequeno córrego semelhante aos canais efluentes que em áreas úmidas recebem água do subsolo, principalmente, nos períodos em que a precipitação é mais intensa e se mantém de forma constante. Esse córrego, como vários outros que se originam no período chuvoso (outono-inverno) na localidade, nasce dentro da propriedade particular (Sítio do Saco) do Sr. Adalberto dos Santos na Reserva Biológica de Santa Isabel e numa curta extensão corre em direção ao mar (...). Impende esclarecer que, situações que tais, geralmente ocorrem em áreas recobertas de material sedimentar friável, de baixa consolidação que permite com que a água da chuva ao atingir a superfície rochosa, percole o terreno com muita facilidade gerando um reservatório em subsuperfície. No período chuvoso, de abril a agosto, o lençol freático se eleva, e aflora formando pequenos alagados e, mesmo cursos de água temporários (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Outra questão relevante nesta discussão, suscitada na relação processual pelo Ministério Público Federal diz respeito a localização exata da Estação Coletora do Robalo, conforme se verifica no quesito nº 02. Em resposta ao atendimento do quesito, percebe-se com muita clareza que a referida estação localiza-se em bases territoriais do município de Pacatuba (Figura 20). O Sr. Perito para precisar a exata localização como pede o quesito, fez uso de 02 aparelhos receptores geodésicos no rastreamento do ponto, portando 40 canais universais de capacidade de rastreamento de sinais de satélites GPS e GLONASS, de alta precisão horizontal e vertical para fazerem a leitura simultânea dos mesmos satélites. Neste sentido, segundo as investigações técnico-científicas do Sr. Perito do juízo,

(...) a Estação Coletora de Robalo, de acordo com o sistema de convenções adotado no Brasil, se localiza em áreas em áreas territoriais do município de Pacatuba, estado de Sergipe, em sua porção sul, entre as coordenadas geográficas 10° 37' 16" de Latitude S e 36° 42' 54" de Longitude W. Por outro lado, embora o sistema de coordenadas geográficas, baseado em coordenadas geodésicas localize, de forma direta, qualquer ponto sobre a superfície terrestre, sem haver a necessidade de qualquer outra indicação complementar, registra-se também por oportuno, e como outra possibilidade de resposta alternativa à questão, as coordenadas UTM utilizadas pela DSG e IBGE nos mapeamentos sistemáticos do país, cujo sistema adota coordenadas métricas planas ou plano-retangulares, com o mesmo grau de confiabilidade das coordenadas anteriormente apresentadas. Para tanto, seguindo essa referência, a Estação Coletora de Robalo situa-se a 8.824.980 mN e 749.989 mE (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº

Figura 19: Visualização da Estação Coletora de Robalo no município de Pacatuba.



Créditos: Hélio Mário de Araújo e Givaldo dos Santos Bezerra, 2014.

Insta destacar que, os peritos judiciais designados pelo juízo da 3ª Vara Federal para atuarem no processo, reconheceram e atestaram em seus laudos que a Estação Coletora do Robalo pertence ao território do município de Pacatuba/SE, estando fincada, inclusive, a uma distância considerável da área litigiosa.

No que pese a questão controvertida suscitada nos autos, o que distancia, neste aspecto, os laudos apresentados é a localização do marco geográfico “*Foz do Riacho Santa Isabel*”. Conforme já visto, o primeiro perito baseando-se, apenas, na cartografia histórica desatualizada, afirmou ser no Oceano Atlântico, nas coordenadas UTM 8.820.811 mN e 747.211 mE. Enquanto o segundo perito, respondendo aos quesitos de números 04 e 08 formulados pelo Ministério Público Federal, de forma cautelosa em atividade de campo, e a luz do conhecimento científico mais amplo, não se apegando, apenas, na cartografia, evidenciou novos fatos que justificaram uma alteração natural no posicionamento da foz do referido riacho, lhe permitindo localizá-la atualmente nas coordenadas geográficas a 10° 37’

58” de Latitude S e 36° 43’ 16” de Longitude W ou em coordenadas planas (sistema UTM) a 8.823.678 mN e 749.328 mE.

Ademais, segundo o Sr. Perito,

Na área de investigação litigiosa não se constatou intervenções antrópicas capazes de interferir na configuração do sistema hídrico local. Entretanto, alterações de ordem natural foram evidenciadas, considerando a dinâmica geomorfológica e ambiental da área dos municípios envolvidos, principalmente pela interferência direta dos processos morfogenéticos. Entre eles, destaca-se a ação eólica (...). Infere-se dessa situação que, a natureza não é imutável. Os ambientes naturais continentais e, sobretudo, os costeiros estão em constante mutação, em diversas escalas espaciais e temporais, pela ininterrupta procura de uma situação de equilíbrio dinâmico, no confronto entre diversas forças antagônicas aí atuantes. A geomorfologia da área litigiosa e seu entorno é marcada pela presença de unidades do relevo bastante dinâmicas, com características distintas em sua gênese pela época de formação na escala do tempo geológico, e bem assim das topografias exibidas na paisagem resultante da atuação dos processos endógenos e exógenos em sua elaboração e evolução (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Demais disso, o Sr. Perito respondendo ao quesito de nº 09 formulado pelo município de Pirambu, no que tange, especificamente, a inexatidão de prováveis informações espacializadas no terreno e representadas nos documentos cartográficos mais antigos, concorda com o IBGE, por que segundo ele, a escala de representação de um documento cartográfico está ligada a um conceito de evolução espacial e de precisão de observação. E diz mais,

De fato, em alguns dos documentos cartográficos referidos são bem perceptíveis alguns problemas referentes à correta posição física de elementos geográficos que devem ser facilmente identificáveis em campo ou mesmo nos próprios mapas, além de posicionamento de localidades, erros de toponímia, exageros na representação gráfica de certos corpos d’água, a exemplo das lagoas, tanto em dimensão, quanto em forma, representação tipológica da drenagem. Erros insistentes são visualizados nos mapas de 1940, 1944, 1956 e 1964 quanto à representação gráfica do riacho Santa Isabel como se este tivesse a sua nascente na Lagoa Grande de onde a simbologia empregada emana. O mapa de 1938 evidencia uma cartografia bem rudimentar com o emprego de simbologias na representação dos fenômenos parecendo de forma livre, assemelhando-se a um croqui que é um tipo de documento cartográfico sem rigor metodológico, ao menos quando elaborado de forma convencional (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

No mais a mais, sobre o método utilizado pelo primeiro perito baseado na sobreposição de cartas produzidas entre 1938 e 1983 (quesito de nº 10) formulado pelo município de

Pirambu, o Sr. Perito deixou claro que para a finalidade desejada ao desfecho da questão conflituosa, não é cientificamente seguro e tecnicamente correto, uma vez que:

Um cotejo amíúde dos documentos cartográficos produzidos ao longo de aproximadamente sete décadas, isto é mapas de 1938, 1940, 1944, 1956, 1961, 1964, 1974, 1982 e 1983 inseridos no laudo de fls. 761/785 mostra que no processo de elaboração desses produtos, levou-se em consideração diferentes escalas para representação espacial de uma mesma área geográfica, pois o uso de informações com essa diferenciação pode gerar interpretações errôneas na leitura de uma determinada temática abordada, não se tornando útil a sobreposição pela incompatibilidade das escalas. Em outras palavras, apesar de sistemas computacionais, como os sistemas de informações geográfica (SIG), possibilitarem a visualização de diferentes informações gráficas em uma mesma escala, isso não significa que elas têm a mesma escala de origem, ou seja, de produção. Assim, o uso de informações provenientes de diferentes escalas pode ser extremamente prejudicial na montagem de um mapa ou até mesmo na análise de fenômeno, diante dos diferentes graus de generalização a que essas informações são submetidas (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Seguindo o procedimento de estilo, o segundo laudo pericial, como o primeiro, foi apreciado pelas partes, tendo juntado parecer técnico: o município de Pirambu através de seu assistente (fls. 3.738/3.788), o município de Pacatuba através de seu assistente (fls. 3.905/3.975) e o IBGE (fls. 4.512/4.514). Com os pareceres, várias questões de esclarecimentos foram levantadas e o Sr. Perito por determinação judicial foi intimado a prestar os devidos esclarecimentos, como de fato, rebateu um a um, como se avista nos autos do processo.

Neste aspecto, vê-se que os assistentes técnicos dos municípios ao emitirem seus pareceres, não se pouparam no sentido de contestarem o incontestável, deixando muito bem explícito que estavam predispostos a não aceitarem a real verdade dos fatos observados e cientificamente analisados pelo perito do juízo, que na condução dos trabalhos, além de sua postura ética, se investiu de imparcialidade e excelente profissionalismo técnico.

Assim, um cotejo dos pareceres técnicos inclusos nos autos, mostra que a linguagem textual está bastante confusa, mais ainda, no caso de Pacatuba, e nos dois casos, Pacatuba/Pirambu desprovidos de argumentações convincentes e interpretações equivocadas de recortes do laudo pericial. Um exemplo disso, refere-se a equivocada insistência em afirmarem que o Sr. Perito elaborou uma nova proposta de limite para os dois municípios. Ao contrário do que dizem, um olhar atento sobre o laudo técnico-pericial colacionado aos autos mostra que, o Sr. Perito apenas respondeu ao quesito de número 05 elaborado pelo Ministério Público Federal desprovido de qualquer intenção neste sentido. A propósito, vejamos a sua resposta em um dos quesitos de esclarecimentos:

(...) quando o Ministério Público pede no quesito: “*com base nas informações colhidas seja confeccionado mapa ...*” um mapa, nada mais é do que a representação cartográfica da espacialização das informações. Na linguagem geográfica e cartográfica associada, a representação de limites se configura através do mapa Político-administrativo. **As informações colhidas pelo perito traz novos fatos com a mudança da foz do riacho Santa Isabel que justificam alterações de limites**, ou seja, como solicita: “*... indicando os exatos limites entre os municípios litigantes...*”, neste caso, **o perito não pode ignorar o resultado do seu trabalho para fazer a representação nos moldes anteriores que insiste numa foz, nos dias atuais, inexistente no oceano** (grifo nosso). Além disso, solicita-se finalmente na representação cartográfica: “*... a discriminação dos marcos divisórios e a denominação do local onde estão situadas a Estação Coletora do Robalo, bem como a Estação Tartaruga, esclarecendo-se em quais municipalidades estão localizadas as aludidas estações*”. Assim o termo *nova proposta de limite* é força de expressão do perito e não do Ministério Público. **O poder de decidir não é do perito, mas do douto magistrado** (grifo nosso) (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Ainda se debruçando sobre a questão, conclui:

O assistente técnico precisa entender que o Direito, assim como os demais ramos do conhecimento científico, evolui temporal e espacialmente e, com ele, as leis que dispõem sobre determinada matéria e vigem até o surgimento de novos fatos que justifiquem uma alteração total no seu conteúdo, no sentido da revogação ou parcial. Portanto, de modo algum se aplica a vulnerabilidade como apresentada pelo assistente técnico, mesmo porque, **em sua visão, as leis são intocáveis, e não tem o alcance de compreender que o fato novo (mudança da foz) impõe uma atualização legislativa dos limites, para não deixar a lei em descompasso com a realidade, ainda mais, se considerarmos o grande dinamismo que afeta a zona costeira na área. Neste sentido, a sugestão apresentada não conflita com a lei se houver o entendimento de que a natureza não é estática e se os limites são fixados com base nos elementos naturais, a depender de qual seja o elemento, pelas condições de tempo e lugar, um dia poderá sofrer algum tipo de alteração, seja no aspecto morfológico ou de posicionamento, resultante da interferência de fatores internos ou externos, manifestados em escala local ou global** (grifo nosso) (ARAÚJO, 2015, LAUDO PERICIAL NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Como se verifica, a mudança natural de localização da foz do riacho Santa Isabel requer como consequência, uma correção legislativa nos limites territoriais entre os dois municípios, visto que, esse marco geográfico, considerado pela Lei Estadual nº 554, de 06 de fevereiro de 1954, comprovadamente existe no território, com suas águas, atualmente, desembocando em local diverso daquele previsto pela referida lei. É interessante observar que, na possibilidade de perda de terras, em função do ajuste legal, a Constituição Federal de 1988, para os casos similares até sua promulgação, previu no Ato das Disposições Constitucionais transitórias em seu art. 12, § 2º que “Os Estados e os Municípios deverão (...) promover, mediante acordo ou arbitramento, a demarcação de suas linhas divisórias atualmente

litigiosas, **podendo para isso fazer alterações e compensações de área que atendam aos acidentes naturais, critérios históricos, conveniências administrativas e comodidade das populações limítrofes**” (grifo nosso).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando da sua manifestação sobre o laudo pericial, não apresentou quesitos que necessitassem de esclarecimentos pelo perito do juízo, mas ressaltou alguns pontos significativos que permitem anuir com as informações levantadas pelo Sr. Perito durante a realização da perícia *in loco*, como segue:

- 1) Inexistência da foz do riacho Santa Isabel no Oceano Atlântico;
- 2) Nova localização da foz do riacho Santa Isabel desaguardo em outro ponto por detrás das dunas;
- 3) Deslocamento natural no traçado do riacho Santa Isabel, já comprovado de forma inequívoca pelos técnicos do IBGE há vários anos;
- 4) Permanência da foz do riacho Santa Isabel como marco divisório, considerando o seu deslocamento natural;
- 5) Inconsistência da análise dos fatos, baseada apenas na Cartografia Histórica, por não considerar a forte dinâmica ambiental e geomorfológica da área;
- 6) Reconhecimento histórico pela população dos povoados Alagamar e Santa Isabel no município de Pirambu;
- 7) Valorização histórica, cultural e legal dos usos dos topônimos nos mapas e;
- 8) Surpresa dos gestores municipais pela dinâmica da natureza, em cuja falta de vigilância na linha do tempo deixou por esbarrar a situação num fato conflituoso.

Por fim, cumpre frisar que, o conjunto de informações apresentadas no laudo técnico-pericial, ao contrário do que relutam os assistentes técnicos dos municípios de Pacatuba e Pirambu, apenas norteia o entendimento do julgador, ficando garantido ao Juiz o poder de decidir e prolatar sentença.

4.3 – O poder judiciário na mediação do conflito e o papel do Ministério Público Federal

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XXXV, prescreve que *nenhuma lesão ou ameaça a direito deixará de ser apreciada pelo Poder Judiciário*. Essa garantia baseada no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, permite o acesso do cidadão brasileiro à ordem jurídica justa.

A estruturação, composição e as competências do Poder Judiciário estão especificadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 nos artigos 92 ao 126. Ainda, em termos de hierarquização e definição de competências, o poder judiciário se divide em várias justiças, estabelecidas, geralmente, em razão da matéria objeto do litígio ou em razão da pessoa.

De antemão, sobre a causa em análise, o conflito territorial estabelecido entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, não atrai para si a competência da Justiça Federal, já que ela é definida *ratio personae*⁵, competindo aos juízes federais processar e julgar as causas em que uma entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes⁶

Deste modo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, figurando no polo passivo da relação processual, atrai para si a competência da Justiça Federal, no caso específico, através da Justiça Federal do Estado de Sergipe, vinculada ao Tribunal Regional da 5ª Região (TRF).

Segundo Cintra *et al* (*apud* lenza, 2004, p.311) podemos conceituar a jurisdição,

Como uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça. Essa pacificação é feita mediante a atuação da vontade do direito objetivo que rege o caso apresentado em concreto para ser solucionado; e o Estado desempenha essa função sempre mediante o processo, seja expressando imperativamente o preceito (através de uma sentença de mérito), seja realizando no mundo das coisas o que o preceito estabelece através da execução forçada (CINTRA *et al*, 2004, p. 311).

⁵ “Em razão da pessoa”.

⁶ Constituição Federal de 1988:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

Feita tais considerações, verifica-se que durante a fase de instrução processual, o magistrado em decisão interlocutória às fls. 149/154 dos autos proferiu decisão,

Afastando as preliminares de ilegitimidade passiva do IBGE, incompetência absoluta da Justiça Federal, de nulidade do processo por ausência de litisconsórcio passivo necessário e da ausência de interesse de agir do município autor. Determinei, ainda, que o autor promovesse a citação do Estado de Sergipe e do Município de Pirambu, na condição de litisconsortes passivos necessários (EDIMILSON DA SILVA PIMENTA, SENTENÇA PROLATADA EM 2008, p. 962, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Com essa decisão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (fls. 165/167) inconformado, no prazo de lei e de forma tempestiva interpôs agravo retido. Apreciando as argumentações do recurso, na fl. 232 dos autos vê-se que o juiz se posicionou pela manutenção da decisão agravada pelo referido Instituto.

Avista-se dos autos, especificamente nas fls. 232/242 que o município de Pacatuba, se manifestou replicando a contestação apresentada pelo município de Pirambu e por questão de cautela fundamentado no art. 798 do Código de Processo Civil, em petição à parte, requereu liminarmente “que fosse determinado o depósito judicial dos valores dos royalties concernentes à Estação do Robalo, em conta corrente da Caixa Econômica Federal vinculada ao presente processo, até decisão transitada em julgado” (fls. 244/247). Diante dessa solicitação, o Douto magistrado manifestou-se pelo deferimento (fls. 257/259) e, por prevenção, determinou que a Agência Nacional do Petróleo – ANP depositasse em juízo todos os royalties provenientes da Estação do Robalo, conforme se observa em decisão datada de 27/07/2005:

Posto isso, defiro o pedido cautelar orquestrado, determinando à Agência Nacional de Petróleo – ANP que **proceda ao depósito judicial**, mês a mês, da quantia referente aos royalties decorrentes da instalação de embarque e desembarque da Petrobras intitulada **Estação Robalo**, em conta corrente a ser aberta na **Caixa Econômica Federal**, sujeita à atualização monetária e juros, para esse fim específico, que deve ficar vinculada a este processo, até o julgamento final da demanda (PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE, P. 249 - 251).

Esta decisão, de natureza interlocutória, levou o município de Pirambu, pelo inconformismo, a interpor agravo de instrumento, acostando as razões recursais nas fls. 272/285 dos autos. Entretanto, mesmo o TRF da 5ª Região concedendo efeito suspensivo ao agravo interposto de nº 63.948/SE (Processo nº 2005.05.00.030053-6), quando do seu julgamento pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região foi mantida a decisão

do juiz de 1º grau. Além de Pirambu, a ANP também agravou da referida decisão, tanto que na fl. 738 acostou-se cópia do acórdão que negou provimento ao recurso contra a decisão do juízo.

Encerrando a instrução processual, o município de Pacatuba, requerente da ação, em memoriais (fls. 904/916), defendeu a legitimidade do IBGE para figurar no polo passivo da demanda, bem como a competência da justiça federal para processar e julgar o feito. Além disso, adentrando no mérito da questão, entre outras alegações,

Garantiu que, quando o IBGE submeteu a alteração de dados cartográficos à SEPLANTEC, não houve consenso em relação à divisa entre a sua área e a do município de Pirambu, fato que deveria ter constado dos mapas estatísticos elaborados pelo IBGE, com a indicação de “litígio”, “pendência” ou, ao menos, “limite aproximado”, o que não ocorreu; que a anuência ou não de qualquer órgão público não tem o condão de alterar divisas fixadas em lei (...), (EDIMILSON DA SILVA PIMENTA, SENTENÇA PROLATADA EM 2008, p. 962, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Manifestando-se em forma de memorial, o município de Pirambu, por sua vez, ratificou o pedido de impugnação nas mesmas razões já apresentadas, acrescentando ainda que “os métodos utilizados pelo perito para traçar a divisa do seu território com o de Pacatuba não são confiáveis, por se basearem em mapas muito antigos e pouco precisos ...”.

O IBGE também apresentou suas alegações finais em forma de memorial (fls. 938/939) aduzindo que não foi responsável pela alteração dos limites territoriais entre os dois municípios, mas ao percorrer seus limites legais utilizando-se o GPS e procedendo o georreferenciamento, se deparou com povoados e lugarejos fora da área do município que se acreditava pertencer.

Em decisão de mérito (fls. 966/971), o magistrado indeferiu o pedido do município de Pirambu no sentido de possibilitar a realização de nova perícia cartográfica, por entender que seria diligência inútil e de cunho protelatória, já que as questões técnicas levantadas nos autos tinham sido esclarecidas no Laudo Pericial de fls.760/796.

Na mesma ordem, rejeitou as preliminares suscitadas pelo município de Pirambu, objetos de análises na decisão de fls.149/154, referentes a ilegitimidade do IBGE e a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o processo em análise.

Assim, após analisar as argumentações apresentadas pelas partes, o juiz concluiu que o ponto crucial do litígio se restringe aos marcos divisórios existentes entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, principalmente ao referente à foz do riacho Santa Izabel.

Além disso,

Embora tenha dito que conseguiu encontrar a foz do Riacho Santa Izabel, e por isso se utilizou de outro marco para separar os municípios de Pirambu e Pacatuba – o morro do Robalo –, o IBGE consignou a existência daquela em seus mapas anteriores, a exemplo da Carta do Brasil e Aracaju, elaborada em 1961, e do Mapa do Estado de Sergipe, de 1964.

Entretanto, partindo da legislação atinente ao caso, e de diversos documentos cartográficos elaborados desde a criação das municipalidades em questão, inclusive dos referidos mapas confeccionados pelo IBGE por via da SEPLANTEC, o perito nomeado por este juízo não apenas encontrou a foz do Riacho Santa Izabel como também traçou as exatas coordenadas da divisa entre os municípios de Pacatuba e Pirambu, chegando à conclusão que o mapa ora em discussão, elaborado em 2000 pelo IBGE, está equivocado, inclusive quanto à localização da Estação Coletora do Robalo – Petrobrás, que se encontra em área pertencente ao município de Pacatuba, e não de Pirambu (EDIMILSON DA SILVA PIMENTA, SENTENÇA PROLATADA EM 2008, p. 968, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Finalmente conclui, julgando procedente o pedido do município de Pacatuba para determinar ao IBGE que:

Retifique os dados constantes do Mapa Estatístico Municipal/2000, de sua autoria, especificamente em relação aos marcos divisórios entre os municípios de Pirambu e Pacatuba, no Estado de Sergipe fazendo-o de acordo com legislação pertinente ao caso (Leis Estaduais nº 525-A/1953, 554/1964 e 1.234/1963) e tomando por base a foz do Rio Brito, com as coordenadas plano retangulares dadas pelo Laudo Pericial de fls. 760/796 (N = 8.827.900 m, E = 746.250 M), seguindo uma linha reta imaginária até a foz do Riacho Santa Izabel, no Oceano Atlântico, com as coordenadas plano retangulares dadas também pelo referido laudo pericial (N = 8.820.811 m, E = 747.211 m) (EDIMILSON DA SILVA PIMENTA, SENTENÇA PROLATADA EM 2008, p. 971, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – EM TRÂMITE NA 3ª VARA FEDERAL DE ARACAJU/SE).

Diante dessa decisão, irressignado, o IBGE interpôs recurso de apelação que foi improvido nos termos da seguinte ementa (fls. 1.422/1.424):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA RETIFICATÓRIA. LIMITES TERRITORIAIS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PACATUBA/SE E PIRAMBU/SE. MAPA ESTATÍSTICO MUNICIPAL/2000, CONFECCIONADO PELO IBGE, EM DESCONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL APLICÁVEL. EQUÍVOCO CONSTATADO PELO PERITO NOMEADO PELO JUÍZO DE ORIGEM. LAUDO PERICIAL CLARO E PRECISO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E LEGITIMIDADE EM RAZÃO DA EQUIDISTÂNCIA DOS INTERESSES DAS PARTES. DEMONSTRAÇÃO DOS MARCOS TERRITORIAIS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE REGÊNCIA. RETIFICAÇÃO DO MAPA ESTATÍSTICO MUNICIPAL/2000 QUE SE IMPÕE. APELAÇÃO DO IBGE IMPROVIDA.

Desse desate, foram opostos embargos declaratórios pelo Município de Pirambu/SE, que findaram parcialmente acolhidos, apenas para suprir a omissão referente à remessa obrigatória, sem atribuição de efeitos infringentes (fls. 1.469/1.472). Em seguida, o referido município apresentou novos embargos declaratórios, que foram rejeitados (fls. 1.538/1.541).

Ainda insatisfeito, o Município de Pirambu ofereceu os terceiros aclaratórios, rejeitados com aplicação de multa por litigância de má-fé, por acórdão cuja ementa possui o seguinte teor (fls. 1.563/1.564):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS. CONDENAÇÃO DO EMBARGANTE QUE OS OPÔS EM MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC. **ACLARATÓRIOS DESPROVIDOS.**

Dos recursos especiais nº 1.233.677 – SE (2011/0020706-0) interpostos pelo Município de Pirambu e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal de origem emitiu juízo de admissibilidade de ambos os recursos especiais às fls. 1.729/1.730. Assim, nas palavras do Relator Ministro Benedito Gonçalves:

(...), a insurgência do Município de Pirambu está embasada, basicamente, nos argumentos de: i) nulidade no acórdão recorrido, porquanto a apelação e a remessa necessária, esta por seguir rito idêntico àquela, não teriam sido precedidas da necessária designação e atuação de um revisor, o que afrontaria o prescrito no artigo 551, caput e §§ 1º e 2º do CPC e 30 Regimento Interno do TRF-5ª Região; ii) contrariedade aos artigos 82, III, 83 e 84 do CPC, em face da ausência de intervenção do Ministério Público nos autos, como fiscal da lei, embora as partes sejam pessoas jurídicas de Direito Público e a causa verse acerca de um sério e grave conflito federativo (divisa entre dois municípios e, portanto, delimitação de seus territórios); e iii) ofensa aos artigos 267, *caput*, I, VI e 295, *caput*, I, e parágrafo único, III, do CPC, por entender que o pedido é juridicamente impossível, vez que, se há litígio entre Municípios quanto às divisas de seus territórios contíguos, tal questão não pode ser resolvida de forma meramente prejudicial no presente processo, mas sim em via jurisdicional própria (ação demarcatória), conduzida específica e exclusivamente para esse fim.

Por sua vez, o IBGE, em seu recurso especial, sustenta, preliminarmente, violação ao artigo 535 do CPC, ao argumento de que os acórdãos que julgaram os três embargos declaratórios opostos pelo Município de Pirambu supriram apenas parcialmente as omissões e obscuridades suscitadas, permanecendo incompleta a prestação jurisdicional. No mais, tece, praticamente, a mesma argumentação esposada no recurso especial do Município de Pirambu, no sentido de que o acórdão recorrido violou os artigos 82, III, e 84 do CPC e artigo 551 do CPC, ante a ausência, respectivamente, de intervenção do MPF e de atuação de um revisor nos autos (BENEDITO GONÇALVES-RECURSO ESPECIAL Nº 1.233.677/SE, p. 2.223/2.224 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).

Da análise ministerial sobre os argumentos, um a um, apresentados pelas partes, nota-se que o recurso especial interposto pelo IBGE não mereceu conhecimento pela Corte Especial do STJ, no que pese a alegação de violação ao art. 535, inciso II, do Código de Processo Civil, uma vez que a Recorrente se limitou a arguir de forma genérica a existência de omissão, sem mostrar de maneira precisa quais foram os pontos não examinados pelo Tribunal de origem. Neste caso, como houve deficiência na fundamentação do recurso especial, incidiu, na espécie, a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, nos termos da jurisprudência consolidada da referida Corte.

A argumentação de carência de ação pela impossibilidade jurídica do pedido, apresentada pelo Município de Pirambu, não logrou êxito, uma vez que a ação ajuizada pelo Município Requerente não se tratava de nova demarcação de limites territoriais entre os dois municípios, mas sobre a retificação de dados do IBGE, afim de se verificar se o Mapa Estatístico Municipal de 2000 elaborado pelo referido Instituto, levou em consideração os limites estabelecidos na legislação estadual de regência (Leis Estaduais nºs 525-A/1953, 554/1954, E 1.234/1963). Diante disso, verificou-se que “a ação intentada pelo Município de Pacatuba é adequada para alcançar os fins pretendidos” (p. 2.648).

No que pese às demais argumentações apresentadas nos dois recursos, o posicionamento da Corte Especial do STJ foi no sentido de que, “havendo previsão expressa no Regimento Interno do Tribunal, é possível a dispensa do revisor da apelação nas hipóteses em que a matéria discutida nos autos seja eminentemente de direito” (p.2.648), pois no caso dos autos tais requisitos acham-se preenchidos, não somente pela apreciação das legislações estaduais de regência que estabeleceram os limites territoriais entre Pacatuba e Pirambu, mas pela previsão no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Portanto, a respeito da nulidade suscitada por ausência de Intervenção do Ministério Público Federal, assim se pronunciou o Ministro Benedito Gonçalves:

Por fim, melhor sorte não tem os recorrentes quanto à suscitada nulidade por ausência de intervenção do Ministério Público Federal no feito, dado que a questão discutida nos autos, atinente à mera retificação do Mapa Estatístico Municipal/2000, não atrai a existência de interesse público primário apto a ensejar a aplicação do disposto no art. 82, III, do CPC, sendo certo que a presença de entes municipais nos polos da demanda não altera tal situação.

Não há, portanto, interesse social ou interesse indisponível em litígio, de toda a sociedade, mas sim interesse público secundário, de natureza meramente econômica, mais precisamente de receber verbas decorrentes de royalties. Trata-se de interesse da Administração, cuja proteção está confiada ao órgão constitucionalmente concebido para tal encargo (Procuradoria Municipal) (BENEDITO GONÇALVES - RECURSO ESPECIAL Nº 1.233.677/SE, p. 2.225/2.2.226-SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).

Ademais, consoante asseverou o Tribunal de origem,

O Ministério Público Federal teve vista dos autos (fls. 1.188/1.188v.), sem, no entanto, manifestar qualquer necessidade de intervenção obrigatória no feito (fls. 1.529), o que mais uma vez corrobora a tese da inexistência de nulidade neste ponto.

Ante o exposto, conheço do recurso especial do Município de Pirambu e em parte do recurso especial do IBGE e, nesta extensão, nego-lhes provimento (BENEDITO GONÇALVES-RECURSO ESPECIAL Nº 1.233.677/SE, p. 2.228 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA).

Esgotadas as possibilidades das vias recursais na 2ª instância, após o julgamento do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça, o processo retornou a sua vara de origem passando a ter movimentação regular, com várias manifestações das partes constatadas pelas peças anexadas aos autos. Diga-se de passagem, o Município de Pirambu, a partir de então, criou diversos obstáculos ao bom andamento do processo, resultando como consequência numa segunda condenação por litigância de má-fé (fls. 3.448). Além de Pirambu, o Ministério Público Federal, oportunamente, requereu nova perícia (fls. 1.955).

Em abril de 2013, o juízo cientificou o perito de sua nomeação expedindo mandado de intimação sobre o inteiro teor da decisão de fls. 3.008/3.009. Em 27 de maio de 2013, através de petição juntada aos autos, o perito manifestou seu interesse na realização da perícia, informando, inclusive o valor dos seus honorários e o procedimento metodológico a ser adotado com a realização perícia técnica. Finalmente, em 27 de novembro de 2014, após homologação pelo juízo, foi feita a diligência local com as partes e em 06 de março de 2015, o Sr. Perito com a conclusão dos trabalhos requereu a juntada aos autos do Laudo Pericial.

Compulsando os autos, verifica-se às fls. 4.193/4.196 petição de acordo celebrado entre o Município de Pacatuba e Pirambu, protocolado em 22 de setembro de 2015, informando ao juízo que, em se atendendo o pleito da ANP, incluso às fls. 4.409/4.410, excluiu o valor de R\$ 24.001.095,98 (vinte e quatro milhões, um mil, noventa e cinco reais e noventa e oito centavos), depositado em juízo na conta 0654.005.22220-5, devendo esse valor ser liberado após decisão judicial, permanecendo, portanto, como objeto do acordo o valor retificado de R\$ 93.781.488,19 (noventa e três milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dezenove centavos) a serem partilhados na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada município. Os valores depositados nas contas 0654.005.22.220-5 e 0654.635.00014423-9 deveriam ser liberados, imediatamente, através de alvará judicial, de acordo com os termos da retificação apresentada, com seus acréscimos legais existentes até a data do seu efetivo recebimento.

Aditaram, ainda, ao referido acordo, o compromisso de não mais pleitearem, um do outro e/ou entre o IBGE, indenização material em relação ao levantamento dos valores objeto do acordo e em relação aos que deixarem de receber (50% do total do acordo, levantado pelo outro município), em virtude do acordo (ressalvados eventuais diferenças depositadas, em juízo, a menor pela ANP), independente do resultado da demanda.

Por fim, requereram, o prosseguimento do feito no tocante à disputa territorial, renunciando, os Municípios de Pacatuba e Pirambu, ao direito de pleitearem, um do outro, indenização sob qualquer fundamento, relacionado ao direito em que se funda o presente processo.

Em 09 de setembro de 2016, avista-se dos autos fls. 4.644/4.649, decisão do juízo sobre demanda encartada nos autos virtuais de nº 0800899-43.2013.4.05.8500 referentes a valores de royalties provenientes da Estação Coletora de Tartaruga, que, por equívoco já reconhecido pela ANP, tinham sido depositados, entre 2010 e 2012, na conta bancária vinculada a este processo em análise, o qual se refere apenas à Estação Coletora do Robalo, e não à Estação Coletora de Tartaruga.

Segundo a carta sentencial, os itens 2.2 e 2.3 do acordo firmado entre a ANP e o Município de Pirambu preceituam o seguinte:

2.2. A ANP e o município de Pirambu demandarão o levantamento de R\$ 102.435,58 (cento e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), relativo à parcela de royalties acima de 5% entre julho/2010 e julho 2012 depositados indevidamente na conta de depósito judicial nº 0654.005.21346-0, vinculada à ação judicial nº 0008501.70.2003.4.05.8500, que já integra a parcela que será paga em agosto/2016.

2.3. A ANP e o município de Pirambu demandarão o levantamento de R\$ 2.528.109,04 (dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil, cento e nove reais e quatro centavos), relativo à parcela de royalties até 5%, da conta de depósito judicial nº 0654.005.21346-0, vinculada à ação judicial nº 0008501.70.2003.4.05.8500, conforme apurado pela ANP, tendo em vista que a inclusão de uma nova instalação – EC Tartaruga – na distribuição de valores de royalties de 5% afeta o montante total a ser distribuído aos municípios, diminuindo a fatia do montante depositado, assim como os municípios que estão sendo compensados, que já integra a parcela que será paga em agosto/2016.

Afirma o magistrado que, “os valores discriminados nos referidos itens do acordo pertencem, de forma incontroversa neste autos, ao município de Pirambu/SE, por dizerem respeito à Estação Coletora Tartaruga, cujos royalties nunca estiveram em litígio, inclusive todos os entes envolvidos nesta demanda já reconheceram esse fato” (PIMENTA, 2016, p. 4.647).

Assim, pelo exposto,

Determino a transferência, para conta a ser aberta pela CEF vinculada aos autos do processo virtual nº 0800899-43.2013.4.05.8500, de R\$ 102.435,58 (cento e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito e oito centavos) referente ao item 2.2 do acordo mencionados nesta, e de R\$ 2.528.109,04 (dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil e quatro centavos) alusivos ao item 2.3 também do aludido acordo, ambos depositados na conta nº 0654.005.21346-0, vinculada aos presentes autos.

Depois de aberta a referida conta pela Caixa Econômica Federal, determino que esta instituição bancária transfira, da nova conta bancária vinculada aos autos virtuais citados no parágrafo anterior, os citados valores para a conta bancária nº 22-3, operação nº 006, agência 4471, da Caixa Econômica Federal, de titularidade do município de Pirambu/SE, que foi declinada por este ente político no bojo dos autos de nº 0800899-43.2013.4.05.8500 (EDIMILSON DA SILVA PIMENTA, 2016, p. 4.649 – SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO DE Nº 0008501-70.2003.4.05.8500 – 3ª VARA).

Em audiência designada para o dia 07 de julho de 2017, o Município de Pacatuba formalizou pedido de desistência do acordo firmado nas fls. 4.193/4.196 com o Município de Pirambu. O Município de Pirambu, por sua vez, não compareceu na audiência previamente designada. O IBGE arrolou testemunha, a qual foi ouvida nesta audiência. O juiz concedeu prazo sucessivo para as partes apresentarem suas alegações finais, nessa ordem: Autor, IBGE, Pirambu e MPF.

Enfrentada a questão do judiciário, passa-se ao papel do Ministério Público Federal. Esta Instituição foi criada visando dinamizar a atividade jurisdicional, “institucionalizou-se atividades profissionais (públicas e privadas), atribuindo-lhes o *status* de funções essenciais à Justiça” (LENZA, 2004, p. 345). Deste modo, é essencial à organização do Estado, sendo permanente e incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis⁷.

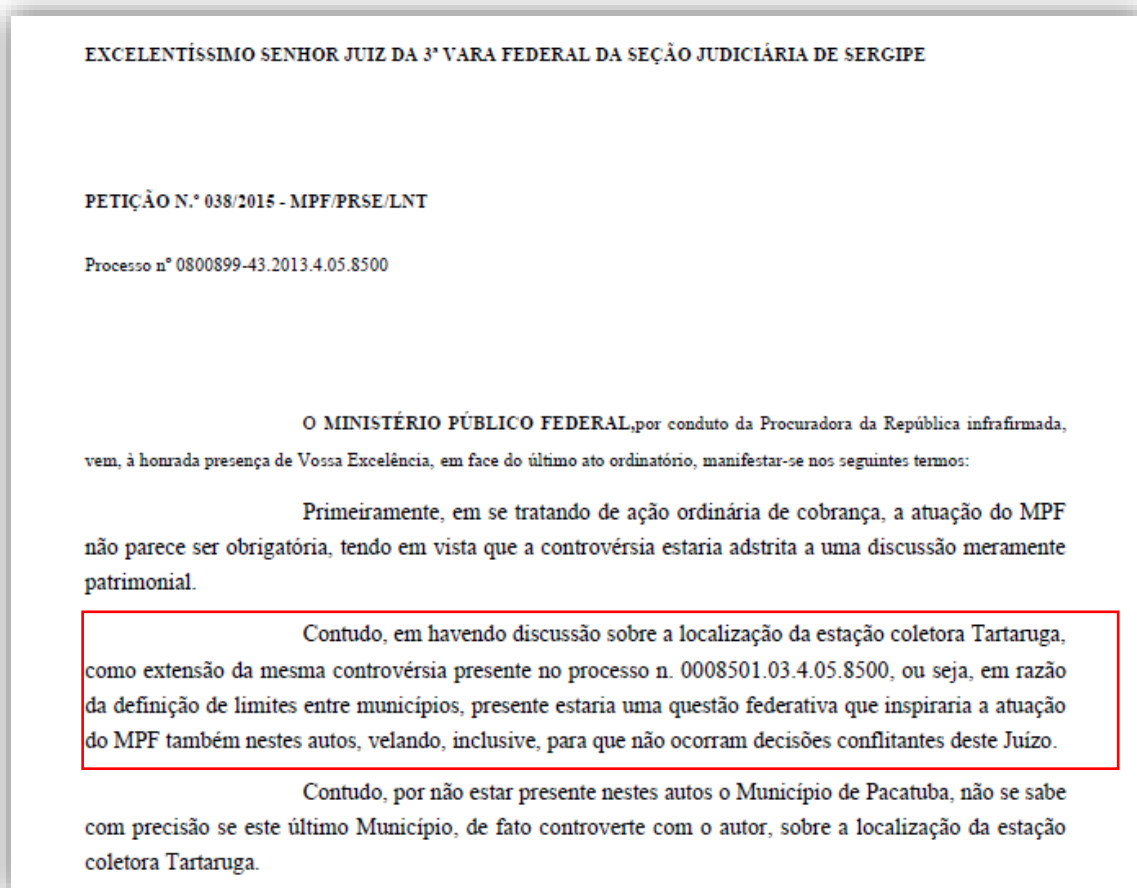
Por este motivo, em casos como este em análise, o juiz obrigatoriamente deverá intimar o órgão do MP, sob o risco de ser invalidada qualquer deliberação ou convenção estabelecida entre as partes. Ademais, o Novo Código de Processo Civil (artigo 279), em consonância com o Código anterior, CPC/1973 (artigo 84 e 246), em seu rol de nulidades, estabelece a possibilidade de invalidação dos atos processuais, a partir do momento em que o Ministério Público deixe de ser intimado para se manifestar em questões de sua competência. Como se vê, no exemplo abaixo, em ação distribuída por dependência (Autos de nº 0800899-

⁷ Art. 127, *caput*, CF/1988:

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

43.2013.4.05.8500) ao processo principal (Autos de nº 0008501-70.2003.4.05.8500), o MP tem a prerrogativa de analisar a questão e, posteriormente, se pronunciar sobre o feito (Figura 21):

Figura 20: Manifestação do Ministério Público Federal



Fonte: TJSE – Autos de nº 0800899-43.2013.4.05.8500, p. 408, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe.

Interessante é observar que, na Corte Especial do STJ quando do julgamento dos recursos especiais interpostos pelo Município de Pirambu e IBGE, enquanto o Ministro Relator entendeu que a mera retificação do Mapa Estatístico Municipal de 2000, não atrai a existência de interesse do Ministério Público Federal (art. 82, III, do CPC), pelo fato de não haver interesse social ou interesse indisponível em litígio, de toda a sociedade, mas apenas interesse secundário, de natureza meramente econômica com os recebimentos dos royalties. Com isso, não votando pela nulidade do processo. A opinião parece dividida quando o Ministro Teori Albino Zavascki em função da relevância da causa, assim se expressou em seu voto, como transcrito integralmente:

Há aqui, evidentemente, uma cláusula jurídica de conteúdo aberto e indeterminado, cujo significado comporta exame em cada situação. E o art. 246 estabelece que a não intervenção, quando é obrigatória, é causa de nulidade. Não há como sanar o vício. Essa é a linguagem da lei.

V. Exa., no voto, colocou que a causa envolveria apenas interesses secundários, não interesses primários, o que não atrairia o art. 82, III, do CPC. Tenho minhas severas dúvidas sobre isso. Se há uma questão que envolve interesses primários, não apenas de um município, mas, indiretamente, de toda a sua população, é esta causa. Não deve haver causa mais importante para essas duas comunidades, uma delas, inclusive, como disse o advogado da tribuna, das mais pobres do País. Suponho que a situação do município vizinho não deva ser muito diferente. Ora, não dev haver uma causa mais importante do que essa que vai envolver uma parte substancial da receita municipal, importantíssima, que pode atingir positiva ou negativamente não apenas o município como entidade, mas a sua população como um todo.

Ademais, como referiu o próprio advogado do recorrido, a fixação dos limites municipais de certo modo envolve o próprio direito de cidadania, o direito, como foi salientado, de nascer em Pacatuba e ser chamado pacatubense, ou pirambuense. Indiretamente, há também, efeitos eleitorais.

Embora tenhamos, imediatamente, uma demanda envolvendo a retificação de dados do IBGE, esse é um pedido imediato. De forma mediata, a repercussão é muito maior. Existe a questão dos royalties e, também, toda a questão de cidadania. Não se pode imaginar que esta causa esteja dissociada inteiramente de todas as demais repercussões que dela decorrem. Não se pode imaginar um município que tenha determinado território para fins de royalties e não tenha o mesmo território para os demais fins, como os de cidadania e de divisão do bolo tributário, enfim, para todos os demais fins.

Portanto, estamos, sim, diante de uma causa que envolve interesses primários dessas comunidades. Não é somente um interesse do município como pessoa jurídica que está em questão. Há interesses de toda a população, indiretamente interessada nisso. Diria até diretamente interessada.

De modo que, se esta não é uma causa que demande a participação do Ministério Público como tutor dos interesses coletivos, tutor dos interesses sociais, como manda a Constituição, não saberia em que outra causa se poderia dizer que há interesse do Ministério Público.

Assim, com a vênua de V. Ex^a., proporia que se desse provimento aos recursos especiais para que essa demanda tivesse o acompanhamento e a intervenção do Ministério Público, desde o início.

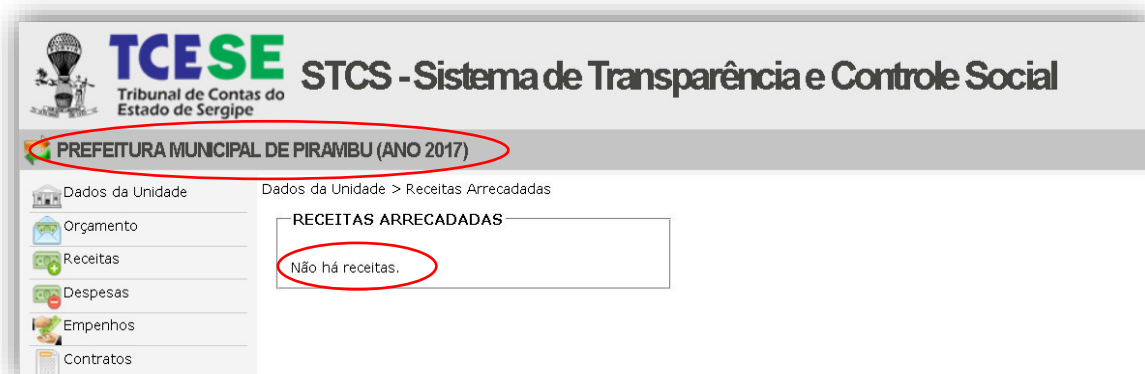
Em princípio, dou-lhes provimento por esse fundamento, Sr. Presidente, para anular o processo desde o momento em que nele deveria participar o Ministério Público, considerando violado o art. 82, III do CPC. É o voto (TEORI ALBINO ZAVASCKI, 2011, p. 2.230/2.231- RECURSO ESPECIAL Nº 1.233.677-SE (2011/0020706-0)).

Ressalte-se ainda que, ao Ministério Público Federal incumbe o acompanhamento de ações de combate à corrupção e a fiscalização da efetiva publicidade dos atos praticados pela Administração Pública, pelo Poder Judiciário e pelo poder Legislativo, respeitando a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei de Acesso à informação, e a Lei de Improbidade Administrativa, por exemplo.

A Publicidade é instrumento básico de garantia da democracia, devendo o MPF, como fiscal da Lei, verificar o cumprimento de tal obrigação. É através dela que se garante a participação do cidadão na gestão administrativa, fiscalizando e exercendo controle dos atos.

Mesmo estando tais municípios cientes de tal obrigação, o Portal da Transparência vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, não dispõe de nenhuma informação sobre as despesas, empenhos, licitações e/ou receitas arrecadadas pelos dois municípios envolvidos no litígio, como se vê nas figuras 22 e 23.

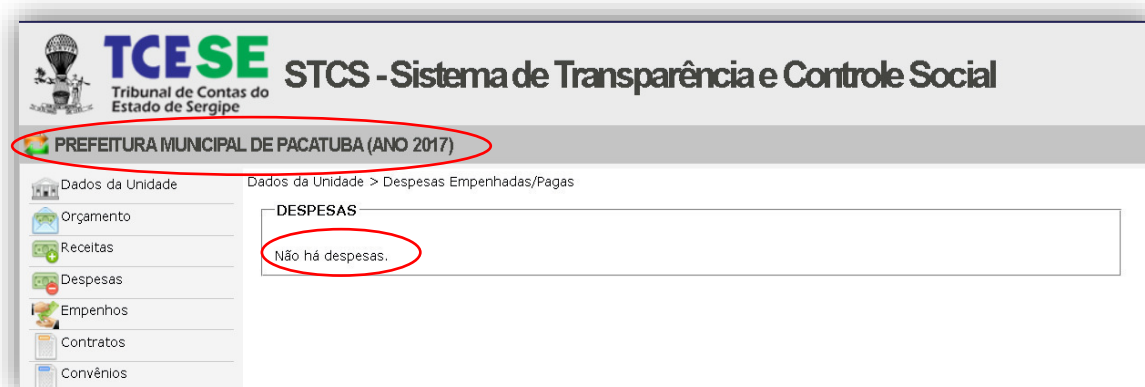
Figura 21: Sistema de Transparência e Controle Social – prefeitura do Município de Pirambu



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Sistema de Transparência e Controle Social.

Disponível em: <<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Receita.aspx>>

Figura 22: Sistema de Transparência e Controle Social – prefeitura do Município de Pacatuba.



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Sistema de Transparência e Controle Social.

Disponível em: <<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Despesa.aspx>>

Ou seja, não há qualquer informação relativa ao modo de uso dos Royalties ou qualquer outra receita neste Portal. Em razão disso, a fiscalização fica prejudicada e os fatos só se tornam públicos a partir do jornalismo local, dos grupos de apoio à comunidade e pela publicação em redes sociais, que podem, muitas vezes, oferecer informações imprecisas.

Os moradores dos dois municípios interessados pela causa, por não terem acesso às informações oficiais em relação ao processo em exame, acabam emitindo opiniões baseadas no senso comum, sem nenhum conhecimento de causa, contentando-se, apenas, com as informações de cunho meramente especulativas.

4.4 O interesse do poder público municipal pela disputa do território

O cenário brasileiro, atualmente, mostra duas realidades, uma em direção contrária a outra, de um lado, o desejo de mudança das práticas políticas, com efetivação das ações voltadas aos interesses públicos, bem como extinção da corrupção e dos interesses escusos e ilícitos, punição dos culpados e devolução de valores ao erário e, do outro lado, a triste ignorância (ou má-fé) de algumas instituições que insistem em refutar a verdade real dos fatos. Toma-se como exemplo o conflito aqui analisado entre os municípios sergipanos de Pacatuba e Pirambu.

Levando-se em consideração outros acontecimentos públicos, como o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da chapa Dilma-Temer, fica evidentemente claro o esquema de falcatrues na política brasileira, a relação promíscua dos representantes públicos com os grandes grupos empresariais e a manipulação de dados, amparados até mesmo por um Tribunal.

Nessa ótica, a questão do aproveitamento dos Royalties no Estado de Sergipe não foge disso, como se expõe no artigo jornalístico:

Figura 23: Reportagem CINFORM - Dossiê aponta Farra com Royalties

6 | MUNICÍPIOS GERAL

WhatsApp: (79) 9647-3370
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br



CINFORM

www.cinform.com.br



Aracaju - SE, Ano 32, Edição 1661
9 a 15 de fevereiro de 2015

ESPECIAL

EXCLUSIVO

DOSSIÊ APONTA FARRA COM ROYALTIES

Municípios recebem quantias altíssimas e destinam boa parte para comemorações "culturais". Relatório traz lista de empresas beneficiadas com valores exorbitantes

■ A cada ano, cerca de R\$ 165 milhões chegam aos cofres públicos do Estado, beneficiando a diversos municípios, como Carmópolis, Japaratuba, Estância e Itaporanga D'Ajuda. A quantia, chamada de royalty, é oriunda da exploração de petróleo, gás ou xisto betuminoso.

Repassado diretamente pela Agência Nacional de Petróleo - ANP -, órgão distribuidor e indiretamente fiscalizador

desses recursos em nível nacional, o dinheiro a ser aplicado nos municípios servia, de acordo com a Lei nº 7.990, de 1987, exclusivamente para obras de infraestrutura, voltadas principalmente para áreas ambientais: tratamento de águas, esgoto ou coleta seletiva de lixo.

No entanto, não é o que tem acontecido. "Fazendo a festa", aliás, pode ser o termo mais apropriado para a utilização desses recursos milionários nas comemorações municipais. É o que aponta um dossiê foi entregue à equipe de reportagem do Cinform, contendo diversos documentos de empenhos que comprovam o pagamento das festividades.



Em Estância, população questiona uso de recurso

Fonte: Jornal CINFORM, 2015.


Aparentemente, sem entrar no mérito da questão, a história poderá se repetir nos personagens diretamente envolvidos com o litígio. Os municípios que digladiam há aproximadamente 14 anos na justiça federal pela posse dos recursos oriundos dos royalties do petróleo, estranhamente, tentaram homologar um acordo judicial, antes firmado entre eles, logo depois de novamente constatada, pela segunda perícia técnica, a localização da Estação Coletora do Robalo em áreas territoriais do município de Pacatuba.

Neste caso, os senhores prefeitos poderiam livremente transigirem nos autos, quanto a divisão dos valores depositados judicialmente na mesma proporção, pois a providência de urgência da elaboração de leis e aprovações pelas Câmaras Municipais, como se vislumbra nas leis a seguir nº 111/2015 (Município de Pirambu – Figura 25) e nº 222/2015 (Município de Pacatuba – Figura 26) reforça, sem sombra de dúvidas, a preocupação da população desses municípios com o destino final de tais recursos. E, mais ainda aberrante, é o fato de que a disputa do território parece ter sido relegada a segundo plano, para uma questão que se alastra na linha do tempo, quem sabe, como se fosse infinita, eivada pelos interesses políticos das duas municipalidades.

O que mais surpreende, através das citadas Leis, é que um dos Municípios, através de seu Prefeito, renuncia a um direito, parcialmente, já conquistado em favor do outro, através de lei municipal esdrúxula, atraindo prejuízo exclusivo para si, caso seja vencedor na demanda. Essa situação, por si só, instiga ao seguinte questionamento: qual foi a verdadeira intenção da proposta de acordo?

Indignação? Iniquidade? A questão do conflito e posterior uso dos royalties ultrapassam a simples falta de publicidade, a situação real dos municípios, muito bem aqui demonstrada evidencia situação de abandono em vários aspectos socioeconômicos e com o povo, e por que não dizer, de abandono da moralidade, da probidade administrativa, da transparência e da sociedade.

Figura 24: Lei do Município de Pirambu



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAMBU

Registro publicado e afixado no quadro de avisos desta Prefeitura, para conhecimento dos interessados em conformidade com o disposto no art. 13, inciso XII da Constituição Estadual.

15/05/2015

Carlos Brito Amaral Lemos
Sec. Especial de Governo

LEI Nº 111 / 2015
DE 14 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a autorização legislativa para o Poder Executivo de Pirambu firmar acordo com o Município de Pacatuba junto ao processo nº 0008501-70.2003.4.05.8500, que tramita perante a 3ª Vara Federal de Aracaju, em relação ao litígio da área onde se encontra a Estação Robalo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAMBU (SE), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo de Pirambu autorizado a firmar acordo com o Município de Pacatuba junto ao processo nº 0008501-70.2003.4.05.8500, que tramita perante a 3ª Vara Federal de Aracaju, em relação ao litígio da área onde se encontra a Estação Robalo.


Art. 2º O acordo deverá ser firmado com a obrigação do Município de Pirambu dividir os valores depositados em conta judicial a título de *Royalties*, pela exploração da Estação Robalo, junto ao processo nº 0008501-70.2003.4.05.8500, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) para o Município de Pacatuba.

Art. 3º Os demais termos do acordo deverão ser regulamentados através de petição devidamente homologada pelo juízo competente.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação ou execução desta Lei devem correr à conta das dotações apropriadas consignadas no Orçamento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAMBU/SE, 15 DE MAIO DE 2015.

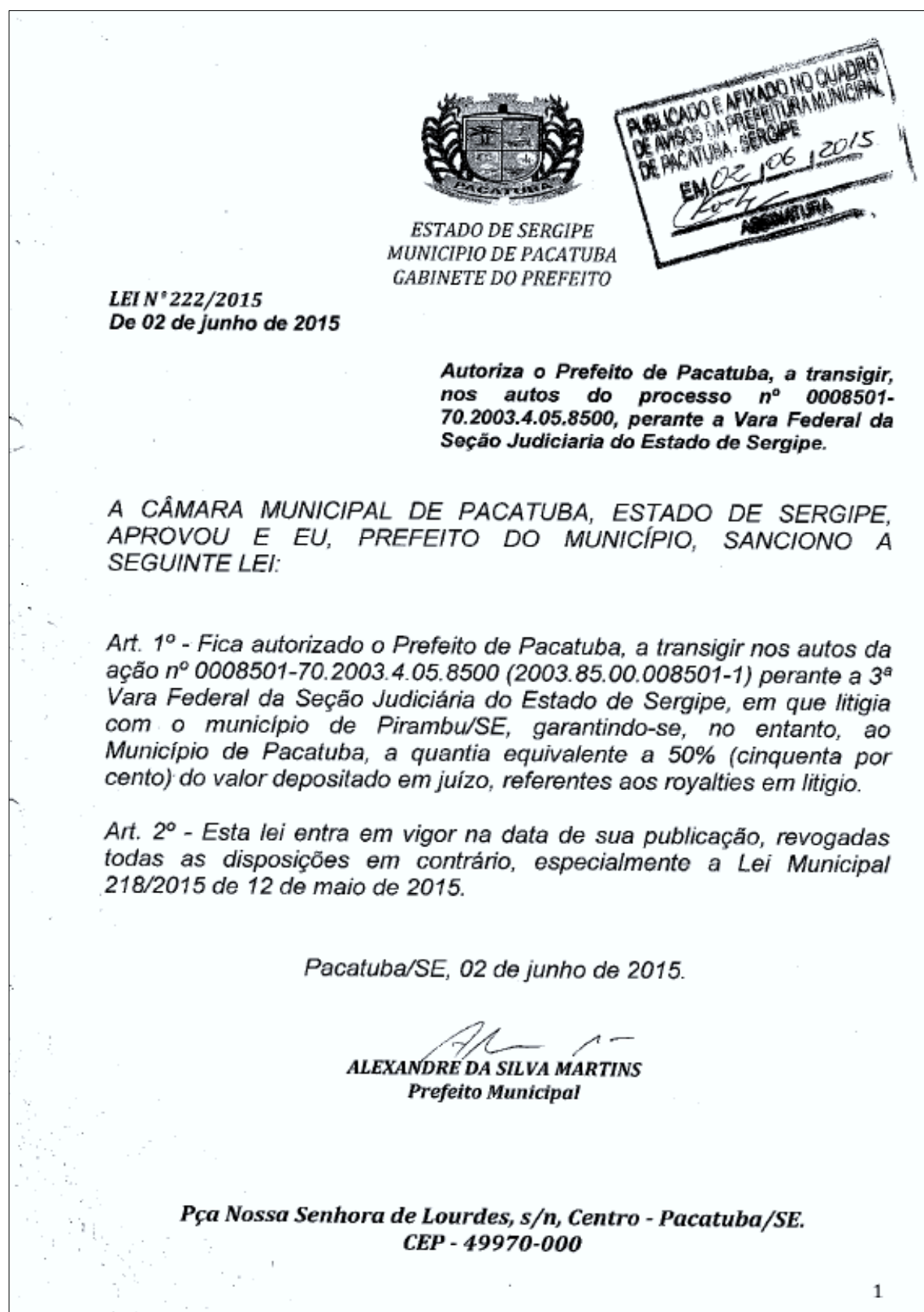

Elio José Lima Martins
Prefeito Municipal

Praça Nossa Senhora de Lourdes, n.º 373. Centro. Pirambu/SE

Fonte: Prefeitura Municipal de Pirambu

Disponível em: <<http://municipioonline.com.br/se/prefeitura/pirambu/cidadao/legislacao>>

Figura 25: Lei do Município de Pacatuba

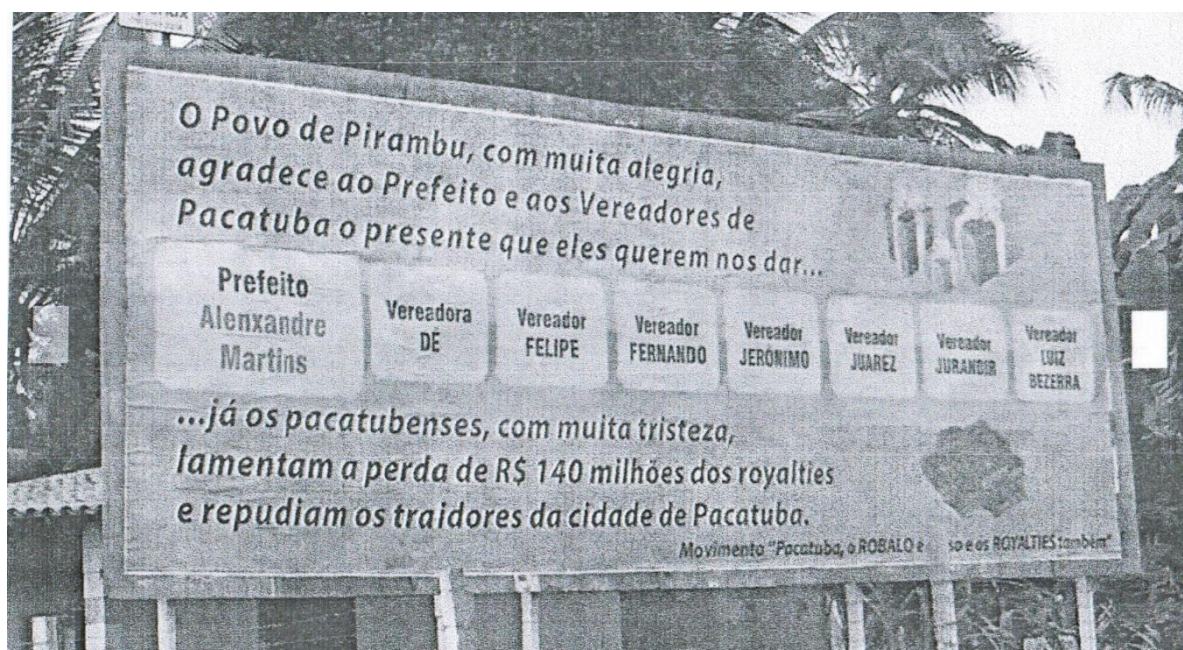


Fonte: Prefeitura Municipal de Pacatuba

Disponível em: < <http://www.pacatuba.se.gov.br/?p=contaspublicas&c=92> >

Em Pacatuba, como se constata no texto veiculado no outdoor, a população encontra-se extremamente inconformada com a condução do processo, não pelo judiciário, mas pelos gestores municipais, principalmente com as absurdas soluções apresentadas, caso vingassem, para, parcialmente, resolverem a contenda (Figura 27).

Figura 26: Outdoor veiculado pelo movimento “Pacatuba, O Robalo é nosso” em resposta a proposta de acordo celebrado pelo Prefeito da cidade Alexandre Martins.



Fonte: TJSE - Autos de nº 0008501-70.2003.4.05.8500, p. 4.323, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe.

Desse modo, trago a registro o teor da mensagem veiculada: “O Povo de Pirambu, com muita alegria, agradece ao prefeito e aos vereadores de Pacatuba o presente que eles querem nos dar...já os pacatubenses, com muita tristeza, lamentam a perda de R\$ 140 milhões dos royalties e repudiam os traidores da cidade de Pacatuba”.

Em razão deste *outdoor*, cujo conteúdo apenas revela um sentimento de consternação do povo Pacatubense, o Prefeito de Pacatuba, Alexandre da Silva Martins, propôs uma ação de obrigação de fazer para retirada de todos os *outdoors* cumulada com indenização por danos morais, sob o argumento de que as informações expostas desabonariam sua imagem e comprometeriam sua credibilidade junto ao seu eleitorado.

Entretanto, acredita-se que a população saiba reconhecer a atuação de um político comprometido com as causas sociais e com os direitos do cidadão, notadamente, no mundo atual onde as informações chegam “a galope” através das redes sociais, não sendo um outdoor o responsável por sua descredibilidade junto à população do município.

Não se sabe ao certo quais serão os resultados das manifestações de indignação da população, mas, sem sombra de dúvidas, há uma busca por respostas e por justiça. A mobilização social não se limita ao questionamento de atos do Poder Público, querem clareza em qualquer forma de governar, fiscalizar e julgar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um ambiente de corrupção generalizada, toda nação brasileira clama por publicidade. Publicidade em sentido amplo, aquela elencada como princípio constitucional básico dos processos, sejam eles considerados em âmbito cível, trabalhista, eleitoral, penal ou administrativo.

O cenário político do País se traduz em desvios, lavagem de dinheiro, corrupção, improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e barganhas políticas.

Neste contexto, a investigação que fora proposta caminhou pelo tema exploração petrolífera e alcançou uma disputa territorial abrangendo os municípios sergipanos de Pacatuba e Pirambu. Fora analisado o conflito, discutido suas causas e apresentado as consequências em relação aos direitos da população envolvida.

Evidenciou-se que a alteração dos limites territoriais entre os dois municípios trouxe repercussões na distribuição dos royalties do petróleo, prejudicando, principalmente, o município de Pacatuba, mas além disso, repercutiu nas reduções significativas dos cálculos do Fundo de Participação do Município para uma localidade carente de recursos, inclusive com uma economia basicamente voltada para as atividades agrícolas, ainda, com pouca repercussão na balança comercial local e estadual.

O IBGE, sem dúvida, contribuiu na geração do conflito, com a elaboração do Mapa Estatístico Municipal 2000, ainda que para fins censitários, alterando os limites entre os municípios litigantes, com isso, desrespeitando diversos documentos cartográficos e leis que se referiam às municipalidades.

Ao longo do tempo, o litígio repercutiu nas políticas locais, atingiu a área de influência direta da atividade de exploração mineral e gerou impactos na qualidade de vida dos cidadãos. Como fora exposto, é um tema extremamente controverso.

Ademais, as inúmeras intervenções processuais dos municípios litigantes, muitas vezes desnecessárias, impediram o andamento regular do feito, repercutindo na demora do julgamento da demanda pelo judiciário. Afinal de contas, são 14 anos de expectativas na resolução de um problema eivado de interferências políticas, onde a ganância pelo dinheiro parece estar acima das reais necessidades básicas dos municípios, e de seu povo que clama por medidas intervencionistas urgentes no setor socioeconômico.

O Ministério Público, com certeza, tem desempenhado um importante papel na defesa dos interesses coletivos dos municípios envolvidos no litígio, atuando de forma ativa nos

momentos de intervenções. Todavia, no que tange à fiscalização da alimentação do Portal da Transparência, nada parece ter sido feito.

A situação de pobreza que assola a população dos dois municípios, muito bem revelada através dos indicadores sociais analisados nesta pesquisa, mostra que a arrecadação dos royalties do petróleo pouca contribuição trouxe para o desenvolvimento rural/urbano tanto de Pacatuba, quanto de Pirambú. Pior ainda, no quesito emprego e renda, constatou-se que cerca de 60% da população sobrevive com menos da metade do salário mínimo legal, sendo crescente o exército de reserva de desempregados.

Portanto, em relação às gestões municipais, não se pode afirmar os seus reais interesses envolvidos no conflito, mas, com certeza não reflete o desejo da população que clama por melhores condições e qualidade de vida. De todo modo, mesmo com os baixíssimos investimentos no setor educacional, os cidadãos sabem reconhecer a atuação de um político comprometido com as causas sociais, o que não parece refletir o sentimento dos pacatubenses em relação ao seu prefeito.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Neise Mare de Souza. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe: diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. **Tese (Doutorado em Geografia)**. São Cristóvão, PPGeo, 2010.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 6.^a ed. rev., atual. e ampl.– Rio de Janeiro Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

ARAÚJO, Hélio Mário. **Laudo pericial**, Justiça Federal: 3^a Vara da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Aracaju, 2015.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do estado**. 36 ed. São Paulo: Globo, 1997.

BAALBAKI, Sérgio. **O Estado, o povo e a soberania**. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 759, 2 ago. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7045>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa Do Brasil, Brasília, DF, 1988.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14 de Julho de 2016.

BRASIL. **Decreto - Lei n ° 1.985, de 29 de Março de 1940**. Código de Minas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1985.htm >. Acesso em: 06 de Agosto de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 98.075, de 21 de Agosto de 1989**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRÁS, imóveis constituídos de terras e benfeitorias, situados no Município de Pacatuba, no Estado de Sergipe, necessários á construção do Gasoduto Furado/Robalo Mineração Grande Vale. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98075.htm >. Acesso em: 18 de Julho de 2016.

BRASIL. IBGE. **Assistência Médica Sanitária 2005 a 2009**. Indicadores selecionados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de out. 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. **Lei n ° 9.478, de 6 de Agosto de 1997**. Lei do Petróleo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 de Agosto de 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm >. Acesso em: 06 de Agosto de 2016.

BRASIL. **Lei n ° 13. 105, de 16 de Março de 2015**. Novo Código de Processo Civil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 18 de Julho de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP - **Censo Educacional 2007, 2009, 2011 e 2013**. Brasília. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiP_oaHiPjTAhURPJAKHeW0C0sQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fdownload.inep.gov.br%2Feducacao_basica%2Fcenso_escolar%2Fresumos_tecnicos%2Fresumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf&usg=AFQjCNEcdcdxTf8-RaijQlI5R652l8sCaw>. Acesso em: 16 Maio 2017.

BRASIL. **Portal da transparência**. Disponível em: <<http://paineis.cgu.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 10 de Maio de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. 3ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe. **Procedimento Ordinário de nº 0008501-70.2003.4.05.8500**. Autor: Município de Pacatuba - SE. Réus: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE e Município de Pirambu - SE. Juiz: Edmilson da Silva Pimenta. Aracaju - SE, 2003.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. 3ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe. **Procedimento Ordinário de nº 0 800899-43.2013.4.05.8500**. Autor: Município de Pirambu - SE. Ré: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Juíza: ANA CAROLINA OLIVEIRA SOARES. Aracaju - SE, 2013.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. 3ª Vara da Seção Judiciária de Sergipe. **Decisão interlocutória em ação ordinária de redefinição de limites entre municípios** - Processo nº 0008501-70.2003.4.05.8500, 3ª Vara. Juiz Edmilson da Silva Pimenta. Publicado no DJ de 27-07-2005. Disponível em <<http://www.jfse.jus.br/decisooes/processuaiscivis/decproccivil2005/decprocciviledm2003850085011.htm>>. Acessado em 01-08-2016.

BELLINI, Juliana Higa; STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro. **O reordenamento territorial nos territórios do Petróleo**. VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriais e Ambientais. – Páginas 4745 – 4760. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo5/Juliana%20Higa%20Bellini,%20Italo%20Caixeiro%20Stephan.pdf>> Acesso em: 05 de Julho de 2016.

CORREIA, Aracy Losano Fontes. Interações socioambientais da planície costeira associada à foz do rio São Francisco no município de Pacatuba/SE. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. São Cristóvão, PPGEU/UFS, 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórico dos Direitos Humanos. 71 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 77.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**, 23a ed., São Paulo, Saraiva, 2003.

DIAS JUNIOR, Antônio Carlos. **Conflito social e liberalismo em Ralf Dahrendorf**. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires: 2009. Disponível em: < <http://www.aacademica.org/000-062/1258.pdf> > Acesso em: 18 de Julho de 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. vol III, 4ª ed., São Paulo: Malheiros, 2003, p. 585.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz; FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php>

GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Eliza Lúcia de. A pobreza e a riqueza nas cidades do petróleo. In: PIQUET, Rosélia; SERRA Rodrigo (Orgs.). **Petróleo e Região do Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: GRAMOND, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**; Tradução: João Baptista Machado. 6.Ed. São Paulo: Martins fontes, 1998.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Brasília: Editora Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo: uma breve introdução**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 7ª Edição, São Paulo: Editora Método, 2004.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. Salvador: Editora JusPODIVM, 2015.

MENEZES, Rodrigo da Silva. Dinâmica ambiental e derivações antropogênicas na planície costeira entre as desembocaduras dos rios Sergipe e Vaza-Barris. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)**, São Cristóvão, PRODEMA/UFS, 2013.

MENDES, Gicélia. **Territórios do Petróleo em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 21 de Julho de 2016.

OTSUSCHI, Cristina; CAPITANIO, Cesar. **Análise Geográfica Da Ocupação Territorial Do Oeste De Santa Catarina A Partir De Mapas Antigos**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Nuevastecnologias/Cartografiatematica/14.pdf> Acesso em: 12/08/2015.

PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. Coordenação Pedro Lenza. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques Rousseau. **O Contrato Social**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016
SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. 2002

_____. **O retorno do território.** En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282

_____. **A Natureza do espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SANTANA, Leandro Barros de. **Análise geoambiental dos municípios costeiros de Barra dos Coqueiros e Pirambú/SE. Dissertação (Mestrado em Geografia).** São Cristóvão, PPGeo/UFS, 2008.

SANTOS, Antonio Henrique De Almeida. **Métodos diferenciados de resolução de conflitos e ensino jurídico: análise a partir das grades curriculares dos cursos de graduação em Direito em Sergipe.** In: Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I. Organização CONPEDI/UFGM/FUMEC/Dom Helder Câmara; coordenadores: Carlos André Hüning Birnfeld, Samyra Haydê Dal Farra Napolini Sanches, Orides Mezzaroba – Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/5hws4a53/ZsnufTP40G7sx6Vk.pdf>>. Acesso em 28 de Julho de 2016.

SAQUET, M. A., & SANTOS, S. S. Milton Santos: **Concepções de geografia, espaço e território.** ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008, p. 24-42. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>> Acesso em: 10 de Junho de 2016

SILVA, G. M. da.; SOUZA, R. M., OLIVEIRA, A. C., & Aragão, F. L. **Royalties do petróleo, conflitos ambientais e impactos socioeconômicos em Sergipe.** Seminários Espaços Costeiros, v. 1, 2011. Disponível em: <http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%205/SILVA,G.M.da,%20SOUZA,R.M.e,%20OLIVEIRA,A.C,%20ARAG%C3%82O,F.L._Royalties%20do%20petr%C3%B3leo,%20conflitos%20ambientais%20.pdf> Acesso em: 05 de Julho de 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 24 ed. São Paulo: Malheiros: 2005.

SOUZA, Rosemeri Melo. **Royalties do petróleo, conflitos ambientais e impactos socioeconômicos em Sergipe.** Disponível em: <http://www.costeiros.ufba.br/Semin%C3%A1rio/Eixo%205/SILVA,G.M.da,%20SOUZA,R.M.e,%20OLIVEIRA,A.C,%20ARAG%C3%82O,F.L._Royalties%20do%20petr%C3%B3leo,%20conflitos%20ambientais%20.pdf>. Acesso em 28 de Julho de 2016.

THOMÉ, Romeu. **Manual de Direito Ambiental.** Salvador: Juspodivm, 2011.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil.** vol I, 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 527.

ZANOTTO, Sônia Regina. **Informação estatística oficial produzida pelo IBGE: apropriação pela comunidade científica brasileira no período 2001 a 2009 / Sônia Regina Zanotto.** 2011. 167 f. : il.

ANEXOS

